



**Plano de Compensação para o Projecto de Construção e Operação de
uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW e Linhas de Transmissão no
Distrito do Dondo, Província de Sofala, Moçambique**

VOLUME II

**ESTUDO DE BASE DE SOCIOECONOMIA E
RESULTADOS DO CENSO E INVENTÁRIO
PATRIMONIAL**

RASCUNHO PARA CONSULTA PÚBLICA

Maio 2023

ESTUDO DE BASE DE SOCIOECONOMIA E RESULTADOS DO CENSO E INVENTÁRIO PATRIMONIAL

Plano de Compensação para o Projecto de Construção e Operação de uma Central Solar Fotovoltaica de 40 MW e Linhas de Transmissão no Distrito do Dondo, Província de Sofala, Moçambique.

Proposto pela Electricidade de Moçambique, E.P.

Preparado por: IMPACTO, Lda.



ASSINADO POR: Luciana Santos, Impacto, Lda.

Cargo: Directora

Maio de 2023

Este relatório foi preparado pela Projectos e Estudos de Impacto Ambiental, Limitada (IMPACTO, Lda.), com todo o conhecimento, cuidado e diligência nos termos do Contrato com o Cliente, incorporando os nossos Termos e Condições de Negócio padrão e tomando em consideração os recursos dedicados ao mesmo mediante acordo com o cliente. Declinamos qualquer responsabilidade perante o Cliente ou outros com respeito a qualquer assunto fora do âmbito do mesmo.

Índice

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	DEFINIÇÃO DA ÁREA DO PROJECTO	3
3.	DESCRIÇÃO GERAL DA ÁREA DO PROJECTO	6
4.	CENSO E INVENTÁRIO PATRIMONIAL	10
4.1.	Conceitos-Chave na Distinção dos AFs	10
4.2.	Metodologia do Censo e Inventário Patrimonial.....	11
4.2.1.	Recolha de Informação	11
4.2.2.	Formação da Equipa.....	14
4.2.3.	Resolução de Casos de Sobreposição.....	15
4.2.4.	Resolução de Conflitos de Terra.....	20
4.3.	Resultados do Censo e Descrição dos AFs Afectados.....	20
4.3.1.	Demografia e Composição dos Agregados Familiares.....	21
4.3.2.	Nível Educacional dos Agregados Familiares.....	22
4.3.3.	Estabelecimento no Local e Habitação.....	24
4.3.4.	Ocupação Principal dos Membros dos Agregados Familiares Afectados	28
4.3.5.	Actividade Agrícola dentro da Área do Projecto	32
4.3.5.1.	Prática da agricultura e tipos de machambas	32
4.3.5.2.	Machambas registadas pelos AFs registadas na área do Projecto	32
4.3.5.3.	Regime de posse das machambas registadas na área do Projecto	33
4.3.5.4.	Dependência das machambas da área do Projecto e Machambas Alternativas ..	34
4.3.5.5.	Segurança Alimentar das Famílias Registadas.....	38
4.3.5.6.	Fruticultura dentro da Área do Projecto	42
4.3.6.	Produção Animal	43
4.3.7.	Dependência nos Recursos Naturais da Área do Projecto	44
4.3.8.	Actividade Comercial dentro da Área do Projecto	45
4.3.9.	Principais Actividade de Geração de Renda Familiar	46
4.4.	Situações de Vulnerabilidade	50
4.4.1.	Descrição dos Agregados Vulneráveis em relação às suas Terras Agrícolas	54

4.4.1.1.	Situação de Afecção	54
4.4.1.2.	Regime de Posse de Terra	54
4.4.1.3.	Dependência das machambas e Segurança Alimentar	54
4.4.2.	Potenciais Vulnerabilidades Induzidas pelo Projecto	57
4.5.	Resultados do Inventário Patrimonial	59
4.5.1.	Terras Agrícolas (Machambas) Registadas	59
4.5.2.	Árvores Registadas	63
4.5.3.	Estruturas Registadas	66
4.6.	Descrição e Situação de Afectados de Carácter Empresarial	68

Lista de Tabelas

Tabela 1: Estrutura etária e por género dos membros dos AFs registados	21
Tabela 2: Nível de escolaridade nos membros dos AFs registados pelo Projecto	23
Tabela 3: Local de Residência dos AFs registados pelo Projecto	24
Tabela 4: Detalhes das Residências dos AFs registados pelo Projecto	25
Tabela 5: Principais motivos de fixação no actual local de residência dos AFs residentes em Dondo ..	27
Tabela 6: Ocupação principal dos membros dos AFs registados	29
Tabela 7: Número de AFs que registaram mais do que uma machamba na área do Projecto	32
Tabela 8: Distância das machambas registadas em relação à residência do AF	33
Tabela 9: Situação de Posse de Terra na Área do Projecto	34
Tabela 10: Posse de machambas fora da área do Projecto	35
Tabela 11: Registo de terras alternativas para AFs que registaram machambas dentro da área do Projecto	36
Tabela 12: Distância, tempo médio e meio de deslocação das machambas fora da área do Projecto .	37
Tabela 13: Principais motivos para insuficiência na produção agrícola nos últimos 12 meses	39
Tabela 14: Estratégias de sobrevivência para AFs que reportaram produção insuficiente nos últimos 12 meses	41
Tabela 15: Estratégias de sobrevivência para AFs que reportaram produção suficiente nos últimos 12 meses	42
Tabela 16: AFs com árvores de fruta dentro da área do Projecto	43
Tabela 17: Animais criados pelos AFs afectados pelo Projecto	44
Tabela 18: Recolha de recursos naturais e florestais na área do Projecto	45
Tabela 19: Actividade comercial na área do Projecto	46
Tabela 20: Actividades de geração de renda	47
Tabela 21: Registo de vulnerabilidades em membros dos AFs afectados	52
Tabela 22: Agregados Familiares Vulneráveis afectados pelo Projecto.....	53
Tabela 23: Agregados Familiares Vulneráveis e Machambas fora da área do projecto	55
Tabela 24: Resumo dos critérios de vulnerabilidade induzida pelo Projecto	58
Tabela 25: Machambas afectadas na área do Projecto	59
Tabela 26: Machambas afectadas de acordo com o tipo (Baixa ou Sequeiro)	61
Tabela 27: Machambas afectadas de acordo com o estado.....	62
Tabela 28: Árvores registadas por localização das machambas	63
Tabela 29: Árvores registadas por tipo de árvore e localização	64

Tabela 30: Machambas afectadas de acordo com o estado.....	66
Tabela 31: Machambas afectadas de acordo com o estado.....	69
Tabela 32: Árvores registadas pelos afectados	71
Tabela 33: Árvores registadas pelos afectados	71
Tabela 34: Animais registadas pelos afectados	72
Tabela 35: Uso de recursos naturais na área do Projecto	73

Lista de Figuras

Figura 1: Área do Projecto.....	5
Figura 2: Localização do Projecto	6
Figura 3: Divisão administrativa do Município de Dondo	7
Figura 4: Cartão de Registo de Censo e Inventário Patrimonial	13
Figura 5: Casos 1, 2, 3 e 4 de sobreposição de machambas e AFs envolvidos	16
Figura 6: Casos 5, 6, 7 e 8 de sobreposição de machambas e AFs envolvidos	16
Figura 7: Casos 10, 11, 12 e 13 de sobreposição de machambas e AFs envolvidos	17
Figura 8: Casos 14 e 15 de sobreposição de machambas e AFs envolvidos	17
Figura 9: Resolução dos Casos 1, 2, 3 e 4&5	18
Figura 10: Resolução dos Casos 6, 7, 8 e 11	19
Figura 11: Resolução dos Casos 12, 13, 14 e 15	19
Figura 12: Tempo de residência no Dondo (231 AFs).....	26
Figura 13: Principais meios de deslocação para machambas fora da área do Projecto	37
Figura 14: Meses de produção insuficiente.....	40
Figura 15: Calendário Agrícola no Município de Dondo	40
Figura 16: Machambas registadas na área do Projecto.....	60
Figura 17: Machambas na zona baixa dentro da área do projecto	61
Figura 18: Machambas de sequeiro dentro da área do projecto	62
Figura 19: Fotos de bananeiras, mangueiras e cajueiros dentro da área do projecto.....	64
Figura 20: Poços registados na área do Projecto.....	66
Figura 21: Estruturas registadas na área do Projecto.....	67
Figura 22: Parcelas de Terra registadas pelo AF0196 (Parcela 1 a esquerda e Parcela 2 à direita)	70
Figura 23: Área cultivada da parcela registada pelo AF0210.....	70
Figura 24: Estruturas registadas pelo AF0210 (abrigo à direita e latrina à esquerda)	72

Lista de Anexos

Anexo I – Questionário de Deslocação Económica

Anexo II – Inquérito Simplificado de Rendimento Familiar

Anexo III – Formulário de Consentimento Informado

Anexo IV – Lista de AFs registados no Censo

Anexo V – Tabelas Detalhadas dos Resultados do Censo

Anexo VI – AFs do Segmento Subterrâneo e Condições de Vulnerabilidade

Lista de Acrónimos e Abreviaturas

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AFs	Agregados Familiares
ARENE	Autoridade Reguladora de Energia
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EDM	Electricidade de Moçambique, E. P
EPC	Ensino Primário Completo ou Escola Primária Completa
ESG	Ensino Secundário Geral
FIPAG	Fundo de Investimento do Património da Água
GPS	<i>Global Positioning System</i> (Sistema de Posicionamento Global) – referência para equipamento de recolha de coordenadas geográficas
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
Mt	Metical
PROLER	Programa de Leilão de Energias Renováveis
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPR	Quadro da Política de Reassentamento
s/i	Sem Informação

Lista de Unidades

ha	Hectare
Km	Quilómetro
km ²	Quilómetro quadrado
kV	Quilovolt
m	Metros
nº	Número
%	Porcentagem
#	Número de

1. INTRODUÇÃO

O programa PROLER (Programa de Leilões de Energia Renovável) pretende lançar as bases para o lançamento de projectos de energia renovável (solar e eólica) e desenvolver a capacidade das entidades públicas envolvidas no sector energético (MIREME, ARENE e EDM) no sentido de habilitar o Governo de Moçambique a gerir todos os aspectos relacionados com o lançamento e gestão de projectos de energia renovável.

O Programa é apoiado pela União Europeia através de uma doação de fundos a administrar pela Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). Neste âmbito, o PROLER lançará concursos públicos para a construção de três centrais de energia solar (Dondo, Lichinga e Manje) e uma central eólica (Inhambane) ligadas à rede eléctrica nacional que devem ser regidos por um Quadro da Política de Reassentamento (QPR) e um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) desenvolvidos especificamente para o PROLER.

O Projecto-piloto será a construção de uma central de produção de energia solar no Município de Dondo, na Província de Sofala, que engloba a construção da Central Solar Fotovoltaica e da Linha de Transmissão a ela associada. A implementação do Projecto provocará situações de deslocação económica, as quais terão de ser devidamente compensadas e para as quais um Plano de Compensação foi desenvolvido (do qual este Relatório é parte integrante).

O Plano de Compensação está apresentado em 4 volumes distintos, nomeadamente:

- Volume I: Plano de Compensação
- **Volume II: Estudo de Base de Socioeconomia e Resultados de Censo e Inventário Patrimonial**
- Volume III: Plano de Restauração dos Meios de Subsistência
- Volume IV: Relatório de Envolvimentos das Partes Interessadas e Afectadas

O Plano de Compensação deve apresentar uma descrição compreensiva da situação socioeconómica dos agregados familiares e das perdas induzidas pelo Projecto, tendo sido, por isso, elaborado o presente **Estudo de Base de Socioeconomia e Resultados do Censo e Inventário Patrimonial**. O presente relatório, apresenta (i) os dados socioeconómicos recolhidos no Censo e com base em outros instrumentos de recolha de informação e (ii) as perdas económicas induzidas pela aquisição de terra pelo Projecto.

2. DEFINIÇÃO DA ÁREA DO PROJECTO

Duas áreas foram contempladas para o Censo e Inventário Patrimonial, nomeadamente, a área da Central Solar e a área da Linha de Transmissão associada. Para o caso da Linha de Transmissão, inicialmente o Censo e Inventário Patrimonial abrangeram todo o interior da área de servidão legal, isto é, um corredor de 50 metros para cada lado do eixo de implantação da linha, conforme prescrito pela Lei de Terras (Lei n.º.19/1997, de 7 de Outubro no ser Capítulo III, Artigo 8, Alínea g)). Posteriormente, no entanto, as dificuldades de encontrar terra de substituição acabariam por aconselhar a revisão dessa abordagem, de modo a minimizar a afectação permanente de agregados familiares e evitar a deslocação física de famílias. Nesse sentido, e por consenso entre o Proponente e o Consultor, foram tomadas as seguintes decisões:

- No caso do segmento aéreo da linha:
 - Manter a área de servidão estabelecida por lei (50m de cada lado a partir do eixo da linha) e considerar os agregados familiares deste troço como temporariamente deslocados. Assim, será permitida a utilização de parte da área de servidão de modo a minimizar as situações de perda permanente de direitos de aproveitamento de terra e de culturas e diminuir a área de terra de substituição a alocar (o que se torna imperativo dada a escassez de terra disponível a distância razoável).
 - Definir, no interior da área de servidão legal, um Corredor de Compensação de 8 metros de cada lado a partir do eixo da linha (segundo os procedimentos de segurança do Proponente considerados nas áreas urbanas e periurbanas), considerado suficiente para a execução das obras de implantação e manutenção da linha. Dentro deste Corredor de Compensação, os agregados familiares serão permanentemente deslocados, havendo assim a necessidade de compensação pela terra assim como pelas culturas e qualquer outro bem dentro desta área.

- No caso do segmento subterrâneo da linha:
 - Instalar o cabo subterrâneo entre as duas linhas da EDM já existentes, nomeadamente Lamego-Dondo e Chibata-Dondo, pelo que se irá fazer uso da servidão já existente, não sendo necessária a criação de uma nova servidão legal de 50 m. A adopção desta abordagem permitiu evitar a deslocação física de alguns agregados familiares cujas residências principais se encontravam dentro da servidão legal de 50m do segmento subterrâneo da linha. Para efeitos de compensação, todos os agregados familiares serão considerados como permanentemente deslocados.

- Proceder à actualização do Censo e Inventário Patrimonial, ajustando-o aos corredores de compensação acima mencionados;

- Recolha de cartões de Censo e Inventário Patrimonial atribuídos a agregados familiares (AFs) que deixam de estar dentro das áreas de afectação acima mencionadas; e
- Desenvolver uma acção de gestão das expectativas, devendo os novos critérios e as razões da sua adopção ser claramente explicados às autoridades locais, aos Comités de Reassentamento e às comunidades afectadas, realçando que quaisquer bens registados no exterior das áreas acima indicadas não serão afectados e, por conseguinte, não serão objecto de medidas compensatórias.

Assim, as áreas do Projecto consideradas para a análise no presente relatório são:

- A área de Implantação da Central Solar;
- Na linha de transmissão:
 - O segmento aéreo da linha, incluindo a sua área de servidão legal de 50 m e um Corredor de Compensação de 8m para cada lado, considerando a implementação do Projecto numa área urbana/periurbana;
 - O segmento subterrâneo, limitado pelas duas linhas da EDM já existentes.

A figura que se segue ilustra as áreas do Projecto conforme acima descrito.

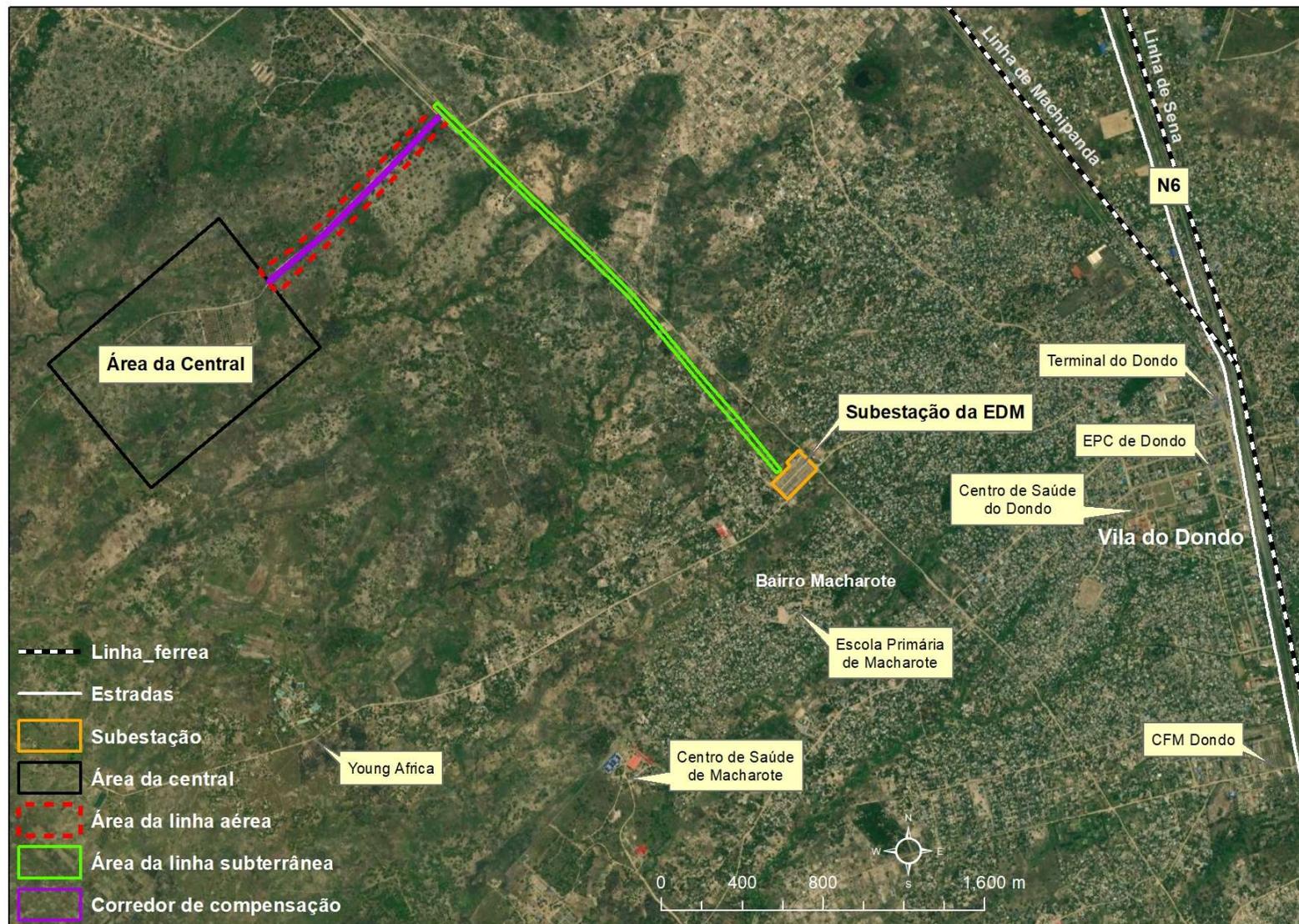


Figura 1: Área do Projecto

3. DESCRIÇÃO GERAL DA ÁREA DO PROJECTO

O presente capítulo apresenta uma breve descrição da situação de referência do ambiente socioeconómico, caracterizando o padrão socioeconómico das comunidades abrangidas pelo Projecto e fornecendo uma descrição sumarizada das estruturas sociais, económicas, organizacionais, políticas e culturais da área de influência do Projecto. A informação abaixo apresentada foi recolhida no âmbito do Estudo de Socioeconomia realizado para o Estudo de Impacto Ambiental e Social da Central Solar entre Novembro e Dezembro de 2020 e do Relatório de Procedimentos de Boas Práticas de Gestão Ambiental e Social preparado para a Linha de Transmissão em Outubro de 2021.

O Projecto, que envolve uma Central Solar e uma Linha dupla de transmissão de energia de 33 kV será implantada no Bairro Macharote, Município de Dondo, na Província de Sofala (Figura 2).

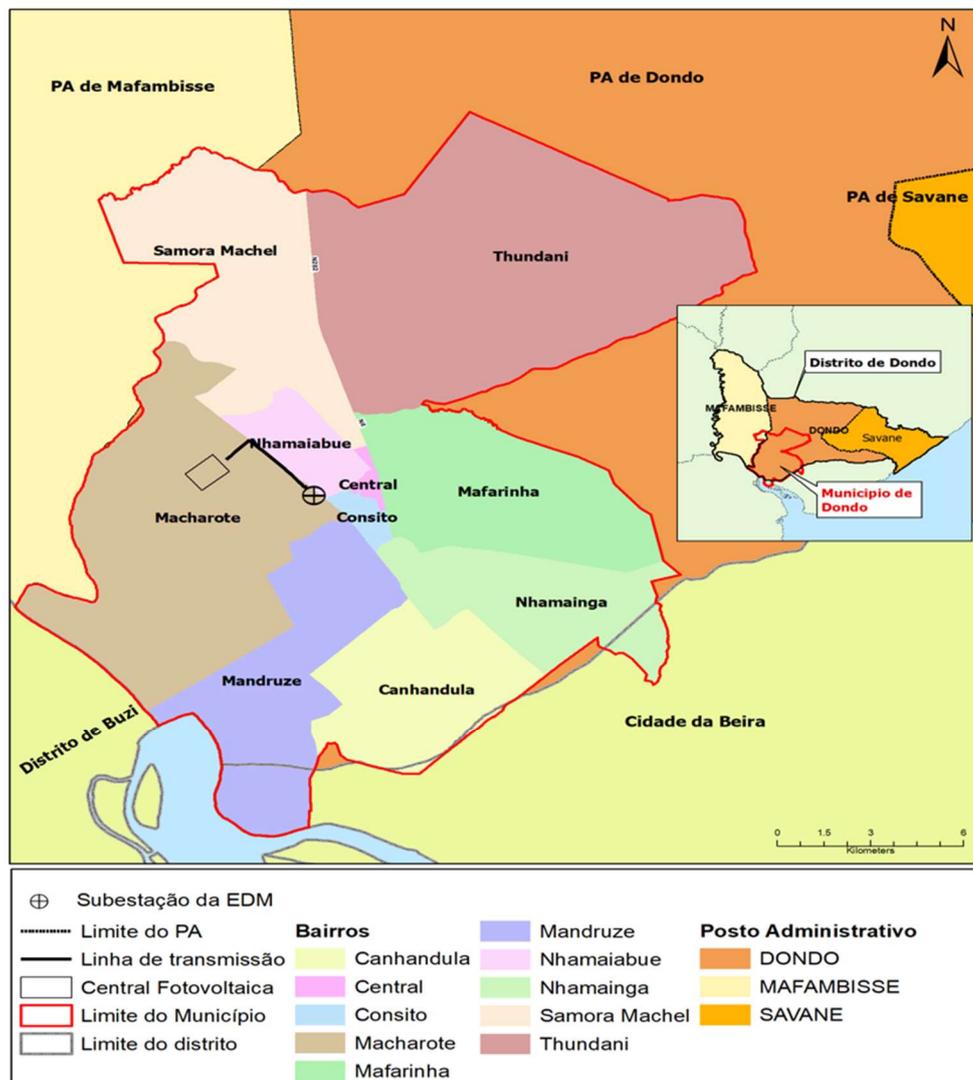


Figura 2: Localização do Projecto

Relativamente à **estrutura administrativa**, O Município de Dondo está inserido no Distrito de Dondo e estende-se por uma área 337,9 km². Dentro do Município, que integra 4 Localidades Municipais e 10 Bairros, o Projecto localiza-se, como se referiu, no Bairro Macharote, que ocupa uma área de 65,7km². Este bairro está repartido em 7 unidades comunais, as quais integram diferentes povoados, conforme resume o esquema abaixo (Figura 2). O Projecto da Central inserir-se-á na Unidade Comunal D.

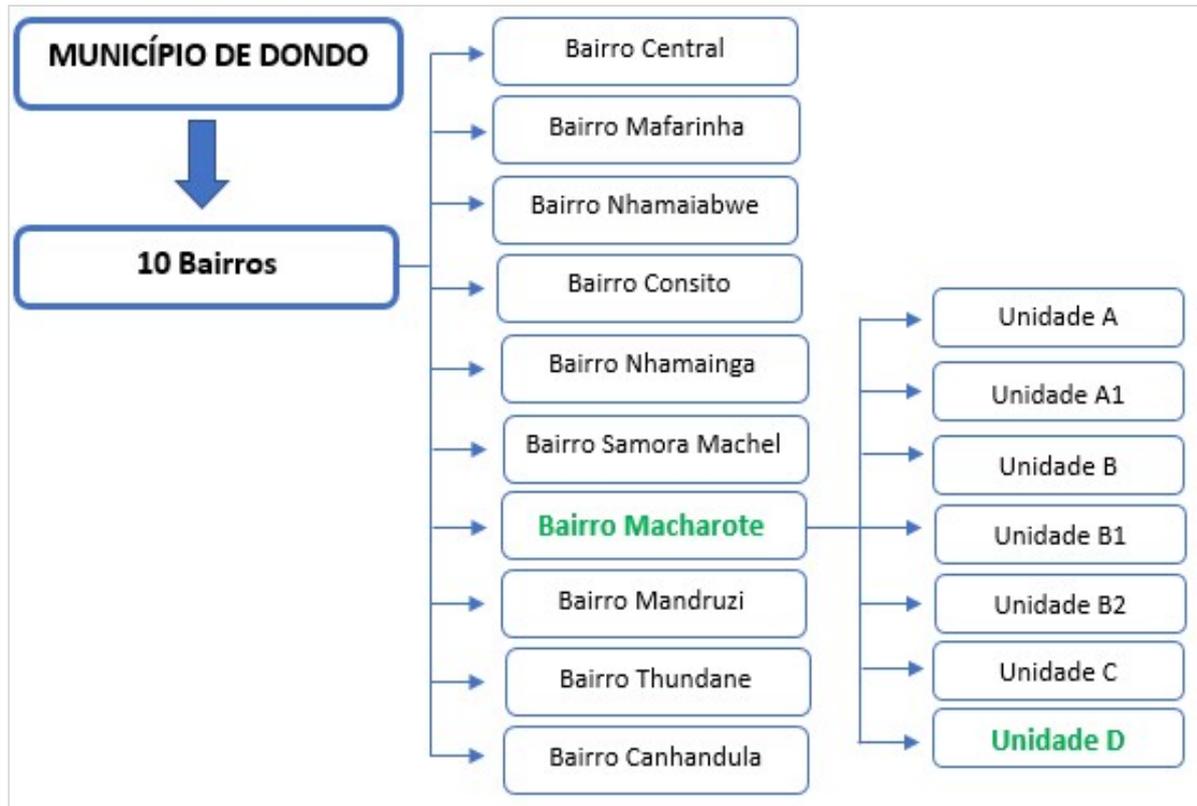


Figura 3: Divisão administrativa do Município de Dondo

Segundo os dados do INE, em 2017 a **população** do Bairro Macharote era de 9.057 habitantes (dos quais 51,2% mulheres), total que corresponde a uma densidade populacional de aproximadamente 138 hab/km². As pesquisas de campo indicam que, nos últimos anos, Macharote registou um aumento no número de pessoas residentes, quer pela sua proximidade ao Vale de Mandruzi, propício para o cultivo de arroz, quer pela existência de espaços maiores para a construção de residências.

Em termos habitacionais, as imediações da área do projecto são caracterizadas por **habitações** predominantemente de materiais tradicionais adquiridos ou colhidos localmente. Neste tipo de habitações, todas as estruturas auxiliares à residência principal encontram-se ao seu redor, como é o caso da casa de banho e/ou latrinas melhoradas ou tradicionais (que por questões culturais são sempre externas à residência principal), cozinha externa, alpendres, capoeiras, currais e celeiros, maioritariamente construídas com recurso a materiais locais. Contudo, a escolha dos materiais de construção para estas estruturas depende da estrutura financeira de

cada agregado familiar. É importante realçar a crescente adesão das comunidades (agregados familiares) a materiais de construção convencional.

No que se refere aos serviços e infraestruturas sociais, o Bairro Macharote conta com uma **rede de educação** constituída por três instituições de ensino do nível primário completo (EPC A. Macharote; EPC 1º de Maio e EPC de Macharote) e uma do ensino secundário geral (ESG2 de Macharote), sendo que a escola mais próxima da área de implantação, a Escola Primária Completa de Macharote, se localiza a uma distância de cerca de 2km.

Quanto ao efectivo escolar e à participação da rapariga, dados de pesquisa em campo indicam predominância do efectivo masculino, principalmente no secundário onde normalmente se observa maior desistência feminina. Durante o grupo focal com mulheres, foi reportado que as raparigas do Bairro Macharote estudam até aos 15 anos (algumas até aos 17), uma vez que a escola secundária de 2º grau fica mais longe e muitas devem estudar no período nocturno. A este factor aliam-se os aspectos culturais relacionados com as tarefas domésticas vinculadas à mulher/rapariga e com os casamentos prematuros. Outros factores indicados também no grupo focal com homens e na entrevista de povoação relacionam-se com as condições financeiras de alguns agregados familiares da área. Foi indicado na pesquisa de campo que, uma vez que as escolas secundárias de 2º grau ficam mais longe e, dadas as tarefas diárias que as raparigas devem desenvolver durante o dia, estas são obrigadas a estudar no período nocturno. A distância e o horário em que terão de estudar acarretam mais custos, principalmente relacionados com o transporte. Não tendo condições financeiras para suportar esses custos, as raparigas param de estudar entre os 15 e os 17 anos.

Em termos de **infraestruturas de saúde**, Macharote dispõe de um Centro de Saúde localizado na unidade C (a aproximadamente 2km da área do projecto). Informações da pesquisa de campo indicam que a deslocação até a unidade sanitária leva entre 60 e 90 minutos, considerado que os AFs se deslocam a pé. Esta unidade não possui ala de internamento, uma vez que não possui energia eléctrica. Casos graves são transferidos para outras unidades sanitárias do Distrito do Dondo ou para o Hospital Central da Beira. Contudo, a deslocação por meios próprios (bicicleta, moto-táxi ou carro) acarreta custos para os AFs e a assistência por ambulância é pouco eficaz, devido ao tempo de resposta da mesma.

O **abastecimento de água** no Bairro Macharote é garantido pelo Fundo de Investimento e Património e Abastecimento de Água (FIPAG), tendo este disponibilizado 20 bombas e 4 fontenários dos quais 1 se encontra inoperacional. No entanto, devido à proximidade, os habitantes do Bairro Macharote recorrem maioritariamente a poços abertos nas suas residências, poços escavados e sem protecção nas baixas perto dos rios e, furos e poços comunitários com bomba manual.

Dados do Município de Dondo (2020) indicam uma taxa de cobertura de **energia eléctrica** de 82% até ao 1º semestre de 2020. Contudo, nem todos os agregados familiares do Município de Dondo são abastecidos pela rede de energia eléctrica ou têm interesse em ligar-se ao sistema. Uma das principais razões, levantadas durante a pesquisa de campo, está ligada aos

altos custos associados ao fornecimento de energia eléctrica, mais precisamente à compra de energia para alimentar o sistema de Credelec. Assim, muitos AFs optam por recorrer a fontes alternativas e mais económicas de iluminação tais como lanternas a pilhas, velas, candeeiros e painéis solares adquiridos nas lojas da Cidade de Dondo, e à lenha adquirida nas matas do município e do distrito.

No Município de Dondo a **rede de estradas** é maioritariamente composta por estradas terraplanadas, que garantem a ligação entre os bairros e, no interior destes, entre as unidades. A extensão de estrada asfaltada está concentrada na Cidade de Dondo, o centro do Município. As estradas que dão acesso à área de implantação do Projecto são de terra batida e bastante movimentadas, usadas não só por veículos particulares como também públicos (transportes semicolectivos e carrinhas de caixa aberta dedicadas ao transporte público), motorizadas, bicicletas e camiões de transporte de material de construção que abastecem as pequenas obras residenciais existentes nesses troços. A área da Central Solar é atravessada por uma estrada que garante a ligação entre o Povoado de Ntchenga e o Bairro Macharote. Esta é de terra batida com espaço suficiente para apenas uma viatura, sendo uma estrada relativamente apertada. No período chuvoso, grande parte da estrada apresenta problemas de erosão.

As **actividades económicas** com maior expressão na área do projecto são a agricultura e a pecuária.

A **agricultura** constitui o principal meio de subsistência das comunidades. Trata-se, predominantemente, de uma agricultura itinerante de corte e queima, baseada na mão-de-obra familiar e desenvolvida em pequenas explorações e em regime de consociação de culturas. Esta actividade é desenvolvida em dois moldes, nomeadamente, de sequeiro e nas zonas baixas, sendo que cada AF possui entre duas a três machambas em área de sequeiro e hortas nas margens dos rios.

Uma das características da agricultura de subsistência é a produção de culturas alimentares para autoconsumo e a venda dos seus excedentes quando a campanha agrícola é boa. As culturas alimentares como os cereais, raízes e tubérculos e hortícolas são aquelas com maior volume de produção e são as mais produzidas pelas famílias da área de implantação do Projecto.

A agricultura de sequeiro, desenvolvida nas zonas altas, é essencialmente virada para o cultivo de culturas mais resistentes à seca tais como o milho e a mandioca. Nestas áreas são também cultivadas leguminosas como o feijão nhemba e feijão bóer e cereais como a mapira e mexoeira. Como já se referiu, predomina o regime de consociação de culturas, isto é, o plantio de várias culturas diferentes na mesma machamba e durante a mesma campanha agrícola.

Para além da produção agrícola, a produção de árvores de fruta constitui, para alguns AFs, uma importante fonte de alimentação e de rendimento familiar. As principais árvores destacadas foram mangueira, cajueiro, papaeira, coração de boi, abacateira, laranjeira, tangerineira, limoeiro, maçaniqueira e goiabeiras. Existe, dentro da área da Central Solar, uma plantação privada de árvores de fruta cujo produto é destinado principalmente à comercialização.

A **criação de animais** é outra actividade desenvolvida também ao nível de subsistência, sendo maioritariamente para consumo familiar e, quando necessário ou disponível, para comercialização local. Os animais mais produzidos a nível familiar são as aves (galinhas, patos, perus, pombos), cabritos, porcos e coelhos. A criação de gado bovino na área do Projecto é praticamente nula. Verifica-se, no entanto, alguma actividade de pastoreio nas imediações, bem como alguns casos de utilização de bois para auxílio da actividade agrícola.

Regista-se alguma **actividade comercial**, principalmente a nível informal, sendo os pequenos negócios actividades que possuem grande importância nas imediações da área de implantação do Projecto, constituindo a principal fonte de rendimento para alguns agregados. Saliente-se que a estrada que liga o Município de Dondo à área de implantação do Projecto é uma via caracterizada por uma forte actividade comercial (formal e informal) que se desenvolve à beira da estrada e ao longo de todo trajecto até à área de implantação do Projecto. Nas imediações da estrada foram igualmente identificados outros pequenos negócios, desenvolvidos pela comunidade. Algumas das actividades observadas foram pequenas oficinas de reparação de automóveis, motorizadas e bicicletas; serviços de lavagem de automóveis (*car wash*); ferragens; serviços de *catering* e cabeleireiros e salões de beleza.

4. CENSO E INVENTÁRIO PATRIMONIAL

4.1. Conceitos-Chave na Distinção dos AFs

A implantação do Projecto da Central Solar e Linha de Transmissão em Dondo foi concebido para ser um projecto que envolvesse apenas deslocação económica, sendo por isso necessária somente a preparação de um Plano de Compensação para ressarcir as perdas induzidas pela sua implementação.

Contudo, o Projecto afectará, de forma diferenciada, agregados familiares que se localizem na área da Central e nos diferentes segmentos da Linha de Transmissão. De modo a distinguir esses agregados familiares e possibilitar uma melhor segregação e análise de dados, alguns conceitos-chave foram criados, nomeadamente:

- **Afectação Económica:** designa a situação dos agregados familiares que sofrem impacto somente na sua machamba, actividade produtiva e outros bens, mas que não são afectados por deslocação física.
- **Afectação Económica Permanente:** especifica a situação dos agregados familiares que têm a sua machamba, actividade produtiva e outros bens afectados de forma permanente, sendo elegíveis para receber terra de substituição, medidas de reposição dos seus meios de subsistência e compensação pela perda de outros bens. Estes agregados foram registados na área da Central Solar, dentro do Corredor de Compensação do segmento aéreo da Linha de Transmissão e no segmento subterrâneo da Linha de Transmissão.

- **Afectação Económica Temporária:** especifica a situação dos agregados familiares que têm a sua machamba, actividade produtiva e outros bens afectados por um período de tempo restrito (enquanto durar a construção) e que poderão, em algum momento, retomar as suas actividades no mesmo local. Estes agregados foram registados na restante área de servidão de 50 m para cada lado do segmento aéreo da Linha de Transmissão.

4.2. Metodologia do Censo e Inventário Patrimonial

4.2.1. Recolha de Informação

A recolha de dados através do Censo e do Inventário Patrimonial foi feita com base num questionário integrado para mapeamento de bens e recolha de informação socioeconómica sobre os agregados familiares que desenvolvem actividades dentro da área do Projecto. O questionário integrado incluiu:

- A. Registo da composição familiar e situações de ocupação individual, educacional e vulnerabilidades de cada membro;
- B. Percepção da situação socioeconómica das famílias associada à actividade agrícola;
 - a) Existência de machambas fora da área do Projecto e sua localização;
 - b) Estratégias para garantia de segurança alimentar;
- C. Registo das **machambas** existentes. Para cada machamba foi feito:
 - a) Um registo fotográfico
 - b) Levantamento da localização geográfica, traçado e dimensões (área e perímetro) usando GPS
 - c) Levantamento de informação geral sobre a machamba, como acesso e posse de terra, o estado da machamba (por exemplo, se tem culturas, árvores, se está em pousio).
 - d) Meio e tempo de deslocação
 - e) Uma listagem das **culturas e das árvores** presentes:
 - i. Registo fotográfico das culturas presentes;
 - ii. Registo fotográfico de cada árvore;
 - iii. Contagem e designação das árvores.
 - iv. Produção associada às árvores de fruta.
 - f) Uma listagem das **estruturas** presentes:
 - i. Registo fotográfico;
 - ii. Levantamento da localização georreferenciada;
 - iii. Tipo de construção, dimensões e estado geral;
 - iv. Detalhes do proprietário.
- D. Registo de **animais domésticos/pecuária**. Foi feito:
 - a) Tipo e efectivo animal.
- E. Registo de **actividade de recollecção**. Foi registado:

- a) Tipo e finalidade do recurso.
- F. Registo de **actividade comercial** existentes. Foi feito e registado:
- a) Tipo de instalação comercial
 - b) Localização georreferenciada
 - c) Registo fotográfico
 - d) Moldes de obtenção dos produtos e rendimento mensal.
- G. Registo das **campas isoladas e cemitérios** existentes.
- a) Para o caso de existência de campas, para cada campas o seguinte teria sido feito ou registado:
 - i. Idade da campas e visibilidade
 - ii. Registo fotográfico (se autorizado pelo entrevistado)
 - iii. Localização georreferenciada
 - b) Para o caso de existência de cemitérios, para cada cemitério o seguinte teria sido feito e registado:
 - i. Quantidade, idade e número de campas
 - ii. Registo fotográfico (se autorizado pelo entrevistado)
 - iii. Localização geográfica (área e perímetro) usando GPS
- H. Registo das **estruturas e árvores adicionais** existentes, nos mesmos moldes acima apresentados.

Após o questionário integrado, foi ainda conduzido um Inquérito Simplificado de Rendimento Familiar a todos os agregados familiares entrevistados durante o Censo e Inventário Patrimonial. Este inquérito simplificado decorreu entre Setembro e Outubro de 2021 e tinha como objectivo perceber:

- Quais as principais fontes de renda no agregado familiar;
- Se as actividades de rendimento tinham sido realizadas nos últimos 12 meses;
- Quem dentro do agregado familiar tinha a responsabilidade de desenvolver tais actividades de rendimento;
- Qual a frequência em que estas actividades foram realizadas durante o ano; e
- Qual o valor anual conseguido pelo agregado familiar derivado de cada actividade de rendimento desenvolvida.

O questionário integrado de Censo e Inventário Patrimonial foi codificado para uso em *tablets* com o sistema *Android*. A codificação requeria, especificamente, que os inquiridores concluíssem cada pergunta e contemplava perguntas automáticas de contingência para responder às respostas seleccionadas.

Para estes levantamentos foi mobilizada uma equipa de seis inquiridores, com conhecimento das línguas locais, sob supervisão de dois Assistentes de Campo e um Supervisor de Campo

fornecidos pelo Consultor. Toda a equipa de inquiridores passou, em Setembro de 2020, por um processo de formação, estruturado em três módulos, apresentados no subcapítulo seguinte.

Cada equipa no terreno foi acompanhada por um Guia Comunitário que actuou como testemunha do processo de recolha de dados e confirmação da veracidade dos dados fornecidos pelos afectados e registados pelo inquiridor.

Antes de proceder ao preenchimento do questionário, cada entrevistado (Chefe ou Representante do Agregado Familiar) assinou um Formulário de Consentimento Informado. Este documento consiste na explicação do Projecto, relevância do censo e inventário patrimonial e consentimento do entrevistado para participar no processo. O documento foi apresentado antes do início de cada entrevista pelo inquiridor e assinado pelo Chefe ou Representante do Agregado Familiar com a indicação do número de cartão a ser atribuído ao agregado familiar.

No início da entrevista, o entrevistado recebeu um **cartão com um número de identificação único do Projecto** e ao qual estão ligados todos os bens registados no acto do censo e inventário patrimonial. Todos os formulários foram assinados pelo entrevistado, pelo inquiridor e pelo guia comunitário presente.



Figura 4: Cartão de Registo de Censo e Inventário Patrimonial

Todos os dados recolhidos foram transferidos, processados e agrupados numa base de dados relacional em Microsoft Access e ArcGIS (para a componente geográfica) para análise aprofundada.

Para o Inquérito Simplificado, a recolha de informação foi feita com base num questionário em formato de tabela e em formato físico. Este foi conduzido pelos Assistentes de Campo com o auxílio e acompanhamento dos membros do Comité Local de Reassentamento.

Todos os dados recolhidos foram transferidos, processados e agrupados numa base de dados em Excel para análise aprofundada.

4.2.2. Formação da Equipa

A equipa de inquiridores passou, durante o mês de Setembro de 2020 por um processo de formação que incluiu os seguintes módulos:

A. MÓDULO 1 – INTRODUÇÃO E REGRAS DE TRABALHO

- a) Questões administrativas para execução das actividades de campo;
- b) Código ético e de conduta para trabalho de campo
 - i. Protocolo Específico do Estudo
 - ii. Princípio de Confidencialidade
- c) Procedimentos de Segurança e Bem-estar
 - i. Regras de Segurança COVID-19
 - ii. Regras Gerais de Segurança
- d) Plano de Comunicação
 - i. Níveis de Comunicação durante o trabalho de campo
- e) Logística de Campo
 - i. Material necessário e Kit COVID-19

B. MÓDULO 2 – METODOLOGIAS E TÉCNICAS

- a) Apresentação do projecto, seus objectivos e impactos
- b) Objectivos do Estudo e Metodologia de Pesquisa;
- c) Conceitos-Chave do Estudo
- d) Metodologia da recolha de dados
- e) Aplicação do questionário (aspectos importantes e modos de linguagem)
- f) Técnicas de entrevista
 - i. Como entrevistar
 - ii. Como conduzir a entrevista
- g) Estrutura e preenchimento do questionário
 - i. Estrutura do questionário
 - ii. Fichas de controle das entrevistas
 - iii. Procedimentos para preenchimento do questionário
 - iv. *Business Rules* (orientações para o preenchimento do questionário)

- v. Colocação das perguntas;
 - vi. Registo correcto das respostas
 - vii. Pesquisa de respostas.
- h) Perguntas e respostas de Preparação do trabalho de campo

C. MÓDULO 3 – TECNOLOGIAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

- a) Uso de manuseio das tecnologias de recolha de informação:
 - i. Funções do Tablet
 - ii. Preenchimento do questionário
 - iii. Registo de georreferenciado de parcelas de terra e bens usando os *tablets*;
 - iv. Registo fotográfico

Para além da formação acima descrita, os Assistentes de Campo passaram por um processo de formação adicional que incluiu o seguinte:

- Objectivos e metodologia da formação;
- Principais Tarefas do Assistente de Campo;
- Ficha de Observação do Inquiridor; e
- Procedimentos para preparação do trabalho e relatório diário.

4.2.3. Resolução de Casos de Sobreposição

Durante a limpeza, tratamento e controle de qualidade dos dados recolhidos durante o Censo e Inventário Patrimonial, foram identificados alguns casos de sobreposição de machambas. Ao todo, foram identificados 14 casos de sobreposição. É importante referir que um caso de sobreposição não implica necessariamente apenas uma sobreposição entre duas parcelas, podendo ser composto por várias sobreposições entre várias parcelas pertencentes a vários agregados familiares.

Para cada caso, foi criado um ficheiro onde consta:

- O mapa com todas as machambas sobrepostas e agregados familiares envolvidos (conforme ilustram as figuras que se seguem);
- Informação sobre a composição dos agregados familiares envolvidos para facilitar a identificação dos representantes das famílias e identificar potenciais mapeamentos de áreas feitos por familiares pertencentes a agregados familiares diferentes, assim como duplicação de cartões; e
- Os passos subsequentes no processo de resolução da sobreposição.

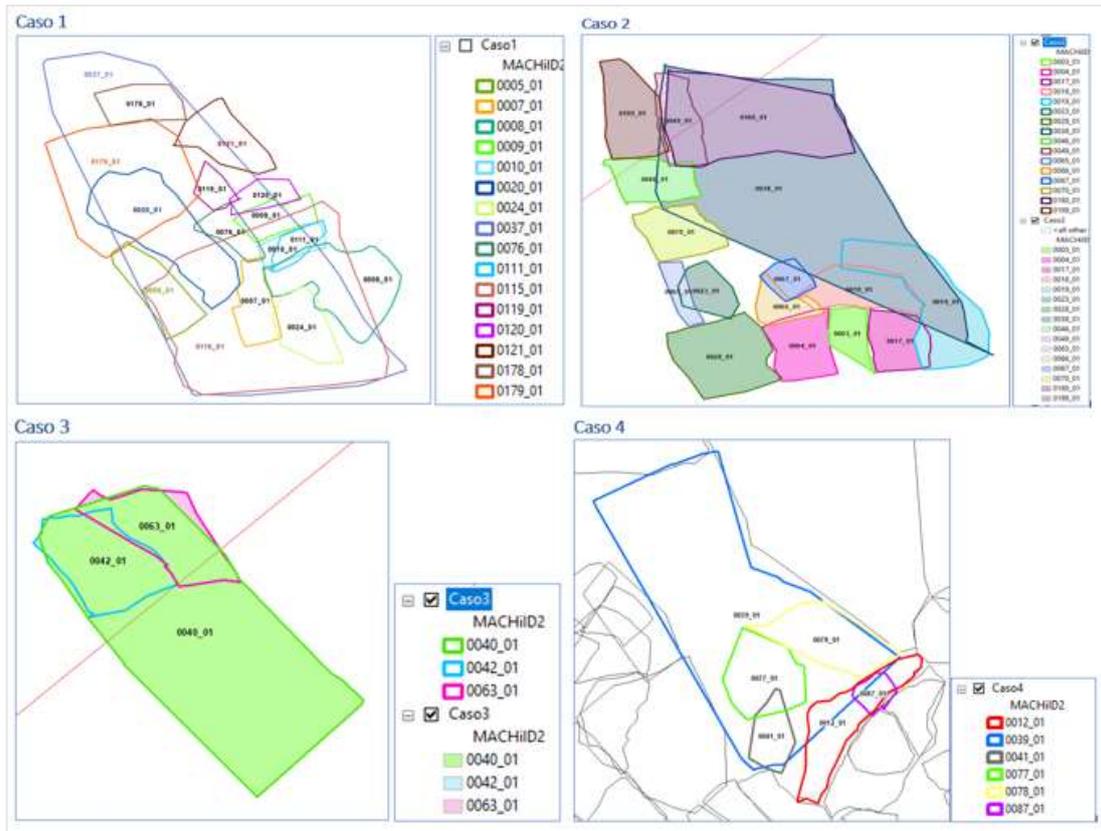


Figura 5: Casos 1, 2, 3 e 4 de sobreposição de machambas e AFs envolvidos

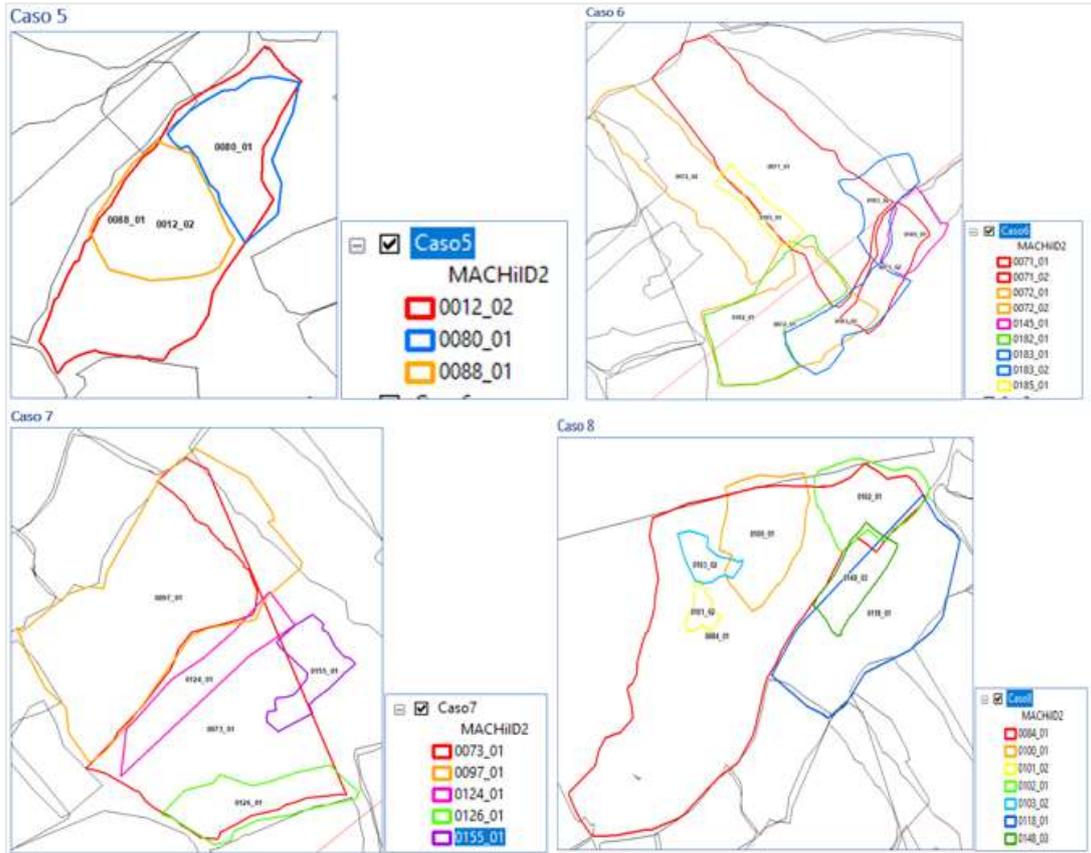


Figura 6: Casos 5, 6, 7 e 8 de sobreposição de machambas e AFs envolvidos

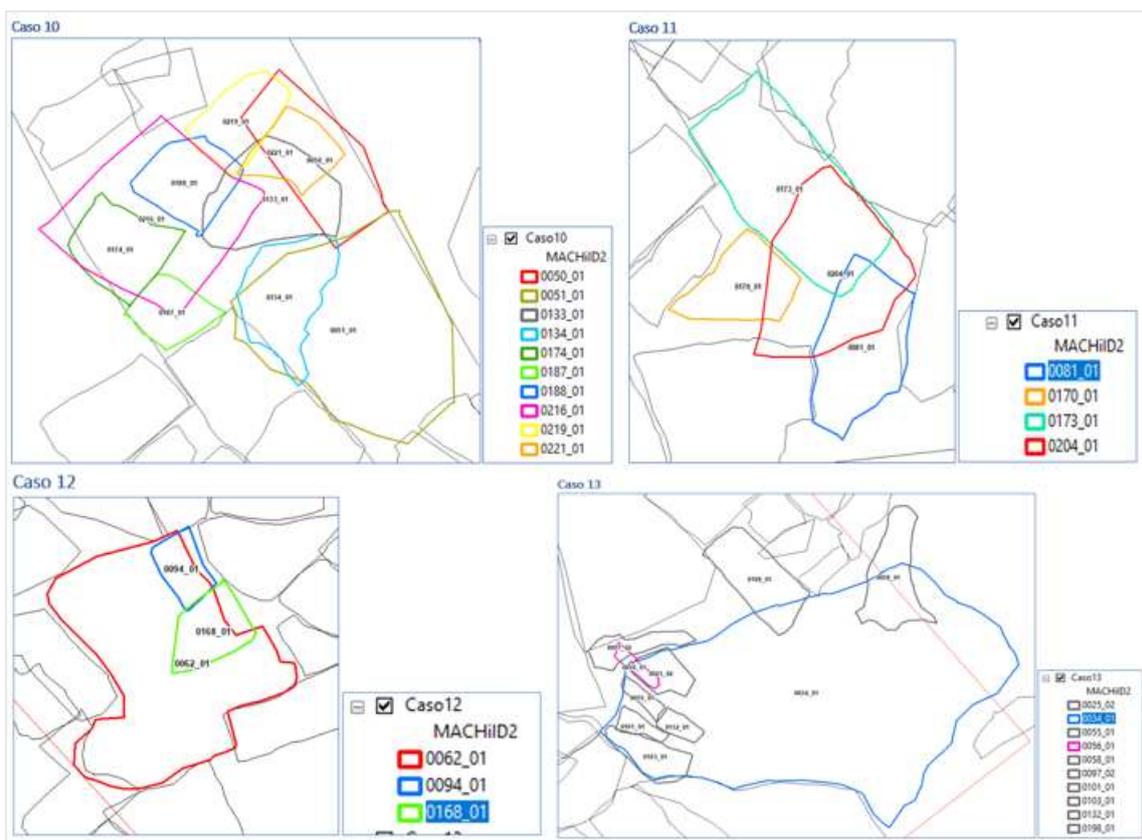


Figura 7: Casos 10, 11, 12 e 13 de sobreposição de machambas e AFs envolvidos

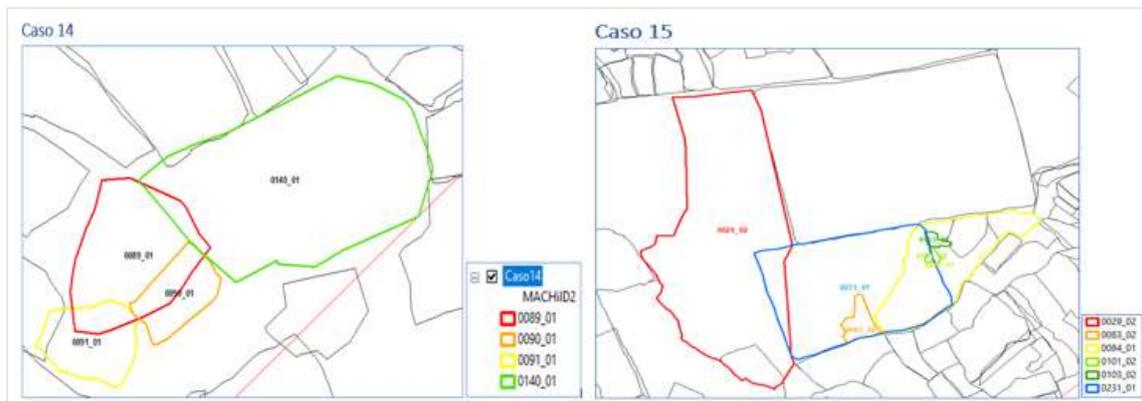


Figura 8: Casos 14 e 15 de sobreposição de machambas e AFs envolvidos

Após identificação dos casos de sobreposição, os AFs envolvidos foram chamados por grupos (de acordo como número do caso) e, em conjunto, remapearam as suas machambas e esclareceram as diversas situações em que se encontravam.

Grande parte dos casos ocorreu nas grandes porções de terra identificadas pelas comunidades como quintas. As principais situações encontradas no terreno foram:

- Mapeamento involuntário de parte da machamba de outro agregado familiar por desconhecimento dos limites da sua machamba;

- Machambas emprestadas e/ou alugadas que foram registadas como próprias no momento do censo e inventário patrimonial;
- Falha no registo dos vértices da machamba, de modo que o polígono se sobrepunha a outras machambas;
- Tentativa oportunista de registo de terras alheias (principalmente terras não cultivadas e que eram registadas como estando em pousio).

Todo o processo de resolução de sobreposições e remapeamento foi acompanhado por membros da liderança local (Secretário do Bairro, Chefe de Povoação, Chefe de Unidade Comunal, Chefe do Quarteirão, Antigo Secretário do Bairro) e por membros do Comité Local. O processo foi liderado pelo Supervisor de Campo e Assistentes de Campo fornecidos pelo Consultor.

Após remapeamento e resolução da sobreposição, os dados georreferenciados passaram mais uma vez por um processo de análise e controle de qualidade e foram integrados na base de dados relacional em ArcGIS e actualizados na base de dados relacional em Microsoft Access. As figuras abaixo ilustram os casos de sobreposição após resolução e remapeamento.

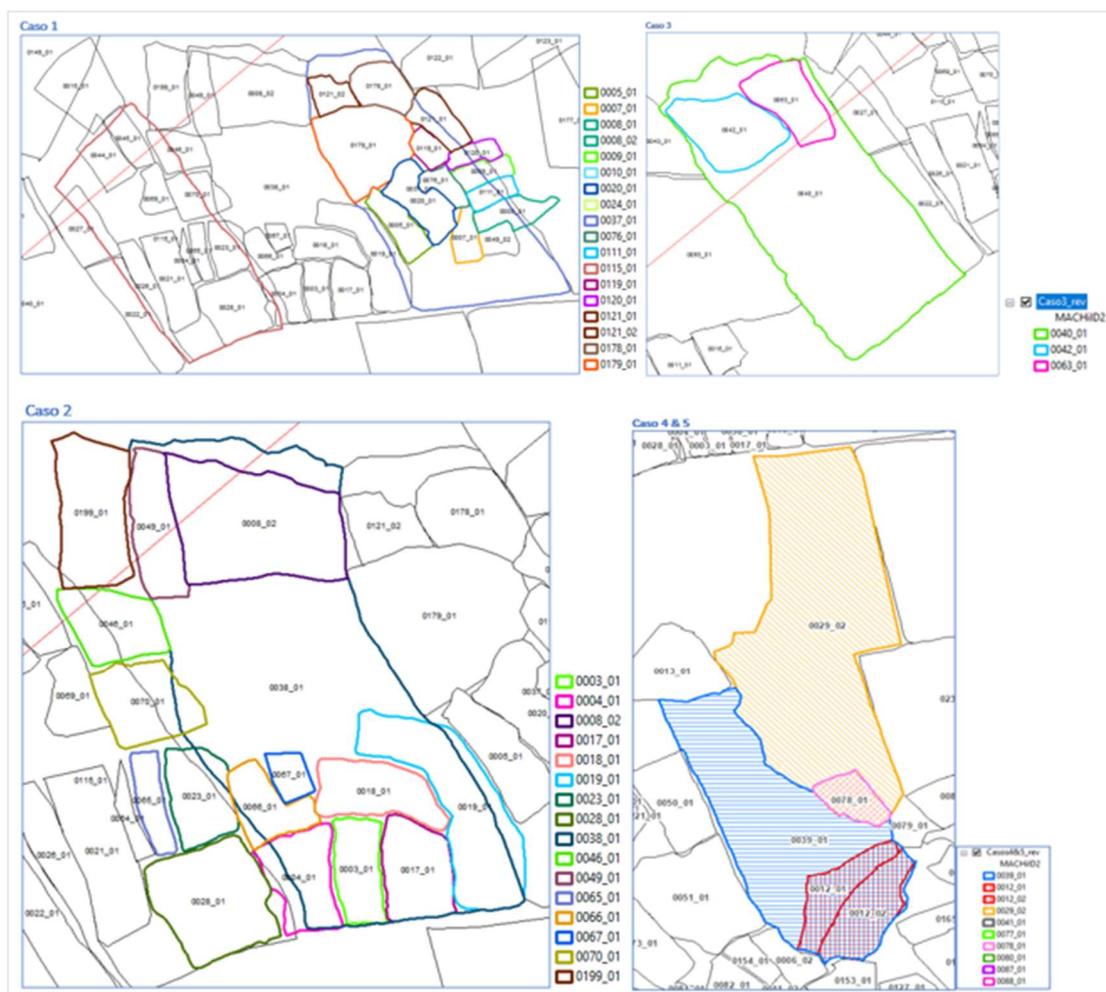


Figura 9: Resolução dos Casos 1, 2, 3 e 4&5

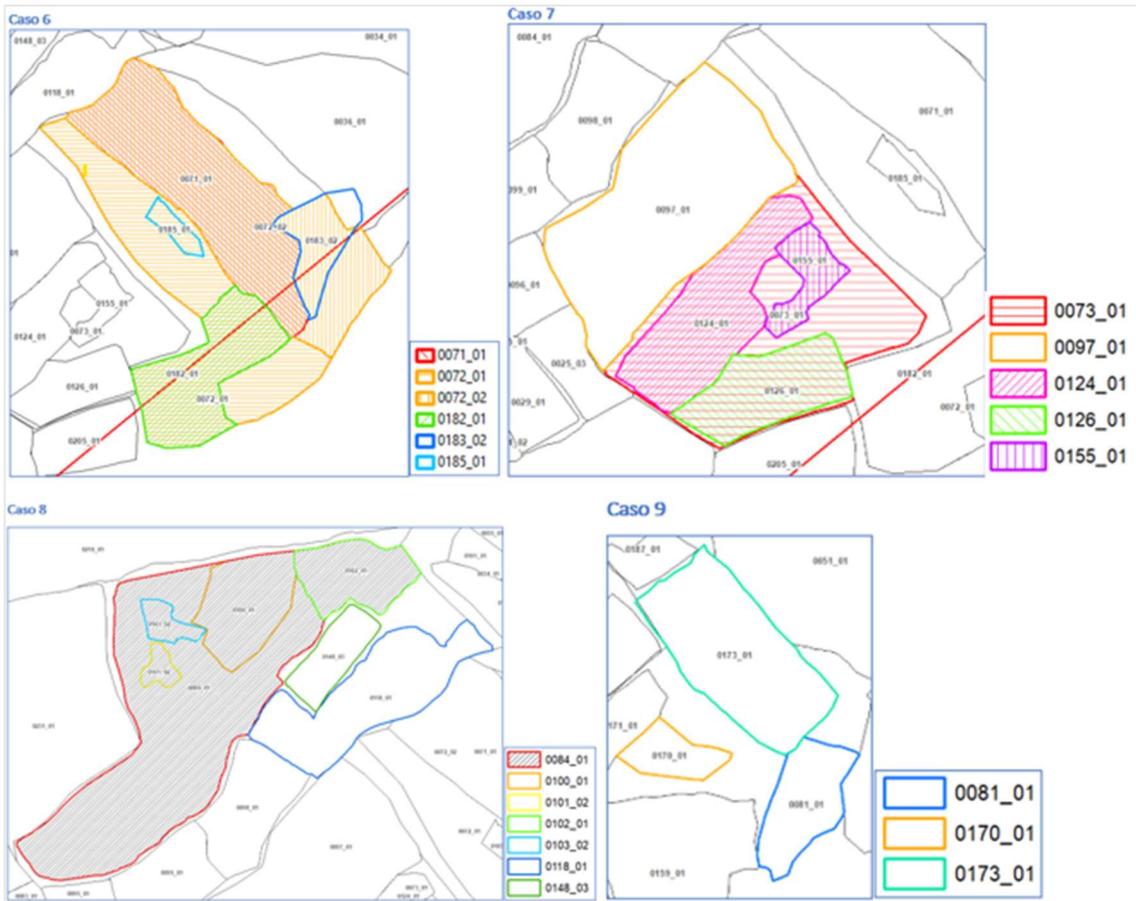


Figura 10: Resolução dos Casos 6, 7, 8 e 11

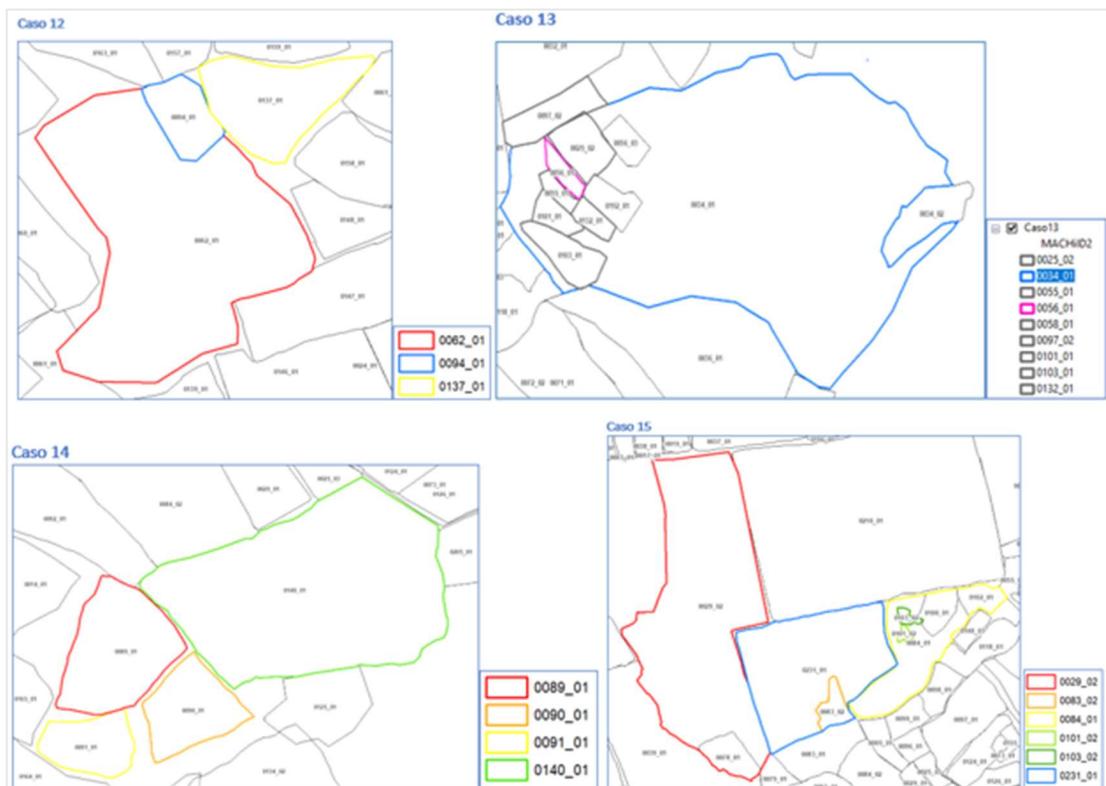


Figura 11: Resolução dos Casos 12, 13, 14 e 15

4.2.4. Resolução de Conflitos de Terra

Durante a limpeza, tratamento e controlo de qualidade dos dados recolhidos no Censo e Inventário Patrimonial, foram levantados casos de conflitos de terra. Os conflitos identificados estavam ligados à reclamação de posse e do direito de uso da terra por outros membros da comunidade e os detentores do título de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).

Este tipo de conflitos foi resolvido com base em estratégias de resolução que privilegiaram o uso de reuniões comunitárias e minimizaram a interferência do Projecto/Consultor. Todo este processo foi liderado pelo Comité Local que organizou, mobilizou e mediou as reuniões para facilitar o diálogo aberto entre as partes envolvidas.

De modo a ter uma visão mais contextualizada dos processos de conflito de terra, o comité solicitou a presença das lideranças locais nas reuniões comunitárias. Dentre as lideranças locais, participaram o Secretário do Bairro, o Chefe de Povoação, o Chefe de Unidade Comunal, o Chefe do Quarteirão e o antigo Secretário do Bairro, alguns dos quais membros do Comité Local.

A mediação da discussão, enquanto processo estruturado, foi liderado pelo Presidente do Comité Local, como pessoa respeitada na comunidade e mediador neutro no processo. O principal papel do mediador foi o de ajudar as partes a se comunicar entre si, encontrar um consenso e identificar soluções desejadas.

Uma vez alcançada a resolução do conflito, foi produzida uma Declaração de Resolução pelo Comité Local na qual consta a resolução/consenso final. Esta declaração foi assinada por todos os intervenientes na resolução do conflito e entregue ao Projecto para devido conhecimento e arquivo.

4.3. Resultados do Censo e Descrição dos AFs Afectados

O presente capítulo apresenta os resultados a descrição socioeconómica específica para os agregados familiares afectados pelo Projecto e baseia-se, fundamentalmente, nos dados recolhidos durante o Censo e no Inquérito Simplificado de Rendimentos. O contexto mais alargado de inserção destes agregados familiares deverá tomar em consideração a descrição geral da área do Projecto apresentada no Capítulo 1 acima. Alguns dados mais detalhados sobre os agregados familiares registados encontram-se nos Anexos 1, 2 e 3.

Os subcapítulos abaixo reflectem a situação dos agregados familiares que possuem direitos de acesso à terra de acordo com a legislação nacional e que a usam para fins de autossustentância. O Inquérito do Censo e Inventário Patrimonial identificou, ainda, um grupo de afectados que possuem grandes extensões de terra detidas individualmente, com título de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) e que as usam numa vertente comercial. A situação deste grupo específico, tratado de forma diferenciada em termos de elegibilidade e direitos, será apresentada no Capítulo à 3.6.

4.3.1. Demografia e Composição dos Agregados Familiares

Durante o censo e inventário patrimonial, foram registados 239 agregados. Destes, 237 encontram-se em situação de afectação económica permanente e 2 em situação de afectação económica temporária. Estes agregados familiares registados são considerados como detentores de algum tipo de direito de uso e aproveitamento de terra na área do Projecto. Esses agregados receberam cartões de recenseamento numerados, os quais os identificam perante o Projecto como elegíveis para medidas de compensação de acordo com o tipo de afectação económica que apresentam. É importante referir que a elegibilidade incide sobre o agregado em si e não sobre a pessoa do chefe de família (ou qualquer outro membro do agregado entrevistado, em caso de indisponibilidade do chefe de família).

Estas famílias registadas totalizam 1.330 pessoas, o que corresponde a um tamanho médio dos agregados familiares de 5,6 membros, valor este que é semelhante ao tamanho médio do agregado familiar Província da Sofala (5,4 membros¹) e bem acima do tamanho médio do agregado familiar de 4,7 membros para o Distrito de Dondo (Censo da População 2017).

A tabela abaixo representa a repartição da população afectada por escalão etário e género. Seguindo a tendência nacional, 51,1% dos afectados são mulheres (contra 48,9% do sexo masculino).

Tabela 1: Estrutura etária e por género dos membros dos AFs registados

Grupos Etários	Mulheres		Homens		Total	
	#	%	#	%	#	%
0 a 4	67	48,6%	71	51,4%	138	100,0%
5 a 9	103	51,0%	99	49,0%	202	100,0%
10 a 14	111	52,4%	101	47,6%	212	100,0%
15 a 19	84	43,3%	110	56,7%	194	100,0%
20 a 24	74	50,3%	73	49,7%	147	100,0%
25 a 29	35	44,9%	43	55,1%	78	100,0%
30 a 34	26	42,6%	35	57,4%	61	100,0%
35 a 39	36	65,5%	19	34,5%	55	100,0%
40 a 44	29	65,9%	15	34,1%	44	100,0%
45 a 49	22	56,4%	17	43,6%	39	100,0%
50 a 54	26	68,4%	12	31,6%	38	100,0%
55 a 59	18	56,3%	14	43,8%	32	100,0%

¹ INE (2021). Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/2020. Instituto Nacional de Estatística, Setembro de 2021.

Grupos Etários	Mulheres		Homens		Total	
	#	%	#	%	#	%
60 a 64	12	36,4%	21	63,6%	33	100,0%
65 a 69	13	68,4%	6	31,6%	19	100,0%
70 a 74	13	65,0%	7	35,0%	20	100,0%
75 a 79	4	50,0%	4	50,0%	8	100,0%
>80	5	71,4%	2	28,6%	7	100,0%
Não sabe	1	33,3%	2	66,7%	3	100,0%
Total	679	51,1%	651	48,9%	1330	100,0%

Como se pode verificar, e de acordo com a tendência geral em Moçambique, a população afectada é predominantemente jovem, na sua maioria com idade inferior a 30 anos (74,5%). Dentre os membros dos agregados familiares que participaram no Censo, 50% destes corresponde a população menor de idade (entre dos 0 aos 17 anos), com maior predominância para o género masculino (50,2%). Dentre os membros dos agregados familiares registados, cerca de 40% corresponde a população em idade escolar (entre 6 aos 18 anos), com igual predominância para o género masculino (50,9%).

Cerca de 43% dos membros dos agregados familiares que participaram no Censo encontram-se entre os 18 e os 59 anos (correspondendo à população adulta) sendo que a distribuição por sexo se mostra favorável à população feminina (52,2% de mulheres em relação a 47,8% de homens). Refira-se que a maior parte da população afectada corresponde a população economicamente activa, entre os 15 e os 64 anos de idade (54,2%), sendo esta camada dominada pelas mulheres (50,2%).

Cerca de 6,5% dos membros dos agregados familiares que participaram no censo encontram-se na faixa etária acima dos 60 anos, sendo que a partir desta idade, a prevalência é para o sexo feminino (54%).

4.3.2. Nível Educacional dos Agregados Familiares

Dos membros dos agregados familiares registados, a maioria (42%) reportou estar a frequentar o ensino primário e 21,1% reportou frequentar o ensino secundário. Olhando para a componente do género, a frequência no ensino primário é predominante para o sexo feminino (53,2%). No entanto, esta tendência muda em relação a frequência para o nível secundário, onde existe um maior contingente masculino (58,2%) contra o feminino (41,8%).

A tendência de predominância masculina é também observada quando se compara a quantidade de membros registados que concluíram o ensino primário e o ensino secundário.

Em ambos os níveis, pouco menos de 6% dos membros registados reportou ter concluído esses níveis, sendo que 60,8% dos que reportaram ter concluído o ensino primário e 56,6% dos que reportaram ter concluído o ensino secundário são homens. A este facto poderá estar associada a tendência de desistência feminina, principalmente para o nível secundário. Uma das razões está ligada ao factor distância e dificuldades de acesso, uma vez que o principal meio de deslocação à escola é a caminhada (a pé) e, tal como reportado pelas comunidades durante grupos focais realizados com mulheres, as raparigas do Bairro Macharote estudam até aos 15 anos (algumas até aos 17) uma vez que a escola secundária de 2º grau fica mais longe e muitas teriam de estudar no período nocturno. A este aspecto associa-se ainda os ditames das sociedades patriarcais e ao conjunto de papéis e responsabilidades atribuídas às mulheres relacionadas às tarefas domésticas e aos casamentos prematuros.

Ao factor distância, alia-se ainda as condições financeiras de alguns agregados familiares da área que teriam de suportar mais custos de transporte devido à distância (uma vez que as escolas secundárias de 2º grau ficam mais longe) e ao horário (pelas tarefas diárias que a rapariga deve desenvolver durante o dia, essas são obrigadas a estudar no período nocturno).

Um pequeno percentual reportou estar a frequentar ou ter concluído o ensino superior (2,2% e 0,1%), sendo que a maioria (62,1%) dos membros registados que frequentam o ensino superior são do sexo masculino.

Existe ainda, no entanto, um considerável número de membros que não possuem nenhum nível de escolaridade, com maior predominância para o género feminino (61,9%).

Tabela 2: Nível de escolaridade nos membros dos AFs registados pelo Projecto

Nível de Escolaridade	# de membros				Total	% rel. aos 1.330 membros
	Mulheres	%	Homens	%		
Nenhum	190	61,9%	117	38,1%	307	23,1%
Frequência Ensino Primário	297	53,2%	261	46,8%	558	42,0%
Concluiu Ensino Primário	31	39,2%	48	60,8%	79	5,9%
Frequência Ensino Secundário	117	41,8%	163	58,2%	280	21,1%
Concluiu Ensino Secundário	33	43,4%	43	56,6%	76	5,7%
Frequência Ensino superior	11	37,9%	18	62,1%	29	2,2%
Concluiu Ensino Superior	0	0,0%	1	100,0%	1	0,1%
TOTAIS	679	51,1%	651	48,9%	1330	100,0%

4.3.3. Estabelecimento no Local e Habitação

Dos 239 agregados familiares registados no Censo, 96,7% são residentes no Município de Dondo e Distrito de Dondo. Dentro do Município, estes AFs são residentes nos bairros de Macharote, Central, Consito, Mandruzi e Nhamaiabwe. Dentro do grupo dos AFs que residem no Dondo, 2 são residentes no Posto Administrativo de Mafambisse, no Distrito de Dondo. Para além dos agregados familiares residentes no Município e Distrito de Dondo, existem ainda 7 agregados familiares provenientes da Cidade da Beira e 1 da Cidade de Maputo que possuem machambas dentro da área do Projecto. A tabela demonstra o local de residência dos agregados familiares registados.

Dos 237 AFs registados na área da Central Solar e nos segmentos aéreo e subterrâneo da Linha de Transmissão que são elegíveis para receber terra de substituição, ou seja, que apresentam afectação permanente, apenas 6 não são residentes no Município de Dondo.

Tabela 3: Local de Residência dos AFs registados pelo Projecto

Local de Residência	"Permanente"		"Temporária"		Total	
	# de AFs	% AF	# de AFs	% AF	# de AFs	% AF
Beira	7	3,0%		0,0%	7	2,9%
Dondo	229	96,6%	2	100,0%	231	96,7%
Maputo	1	0,4%		0,0%	1	0,4%
TOTAIS	237	100,0%	2	100,0%	239	100,0%

Do total de 239 AFs registados no Censo, 84,1% reportou viver em suas residências permanentes, sendo estas, na sua maioria (82,8%) propriedade do agregado familiar. A segunda modalidade de posse de residência mais indicada pelos AFs registados é o aluguer, indicado por 10,9% dos AFs registados no Censo. Existe ainda um pequeno contingente de AFs (5%) que reside em casas pertencentes a outros membros da família e 0,4% de AFs que indicaram outras modalidades de posse de residência tais como, residência pertencente à Associação Religiosa (Nova Vida).

No que concerne ao tipo de residência que os AFs reportaram, a maioria destes AFs (73,2%) indicou possuir residências construídas a base de materiais tradicionais adquiridos ou colhidos localmente (como barro, estacas, palha para cobertura). Este é igualmente o tipo de habitação que os AFs com afectação permanente apresentam na sua maioria, uma vez que estes correspondem a pessoas residentes nos bairros vizinhos à área do projecto no Município de Dondo, que são caracterizados como áreas periurbanas. Nestas áreas, as estruturas auxiliares à residência principal encontram-se ao seu redor, como é o caso da casa de banho e/ou latrinas melhoradas ou tradicionais (que por questões culturais são sempre externas à residência

principal), cozinha externa, alpendres, capoeiras, currais e celeiros que são maioritariamente construídas também com recursos a material local.

Aproximadamente 25% dos AFs registados no Censo reportou residir em casas de construção moderna ou de alvenaria, construídas com materiais convencionais tais como blocos, cimento e chapas para cobertura. Estes AFs concentram-se principalmente no Bairro Central e noutros bairros nos arredores deste onde cada vez mais surgem casas de alvenaria. Apenas 5 AFs reportaram residir em casas de construção mista, ou seja, construídas numa fusão de materiais convencionais e materiais.

Tabela 4: Detalhes das Residências dos AFs registados pelo Projecto

Categorias de Análise	"Permanente"		"Temporária"		Total	
	#	%	#	%	#	%
Permanência na Residência						
Residência permanente	201	84.8%		0.0%	201	84.1%
Residência temporária	36	15.2%	2	100.0%	38	15.9%
TOTAIS	237	100.0%	2	100.0%	239	100.0%
Posse da Residência						
Propriedade do chefe de família	198	83.5%		0.0%	198	82.8%
Casa alugada	24	10.1%	2	100.0%	26	10.9%
Propriedade de outro membro da família	12	5.1%		0.0%	12	5.0%
Emprestada	2	0.8%		0.0%	2	0.8%
Outra (especificar)	1	0.4%		0.0%	1	0.4%
TOTAIS	237	100.0%	2	100.0%	239	100.0%
Tipo de Construção da Residência						
Construção tradicional	173	73.0%	2	100.0%	175	73.2%
Construção moderna (alvenaria)	59	24.9%		0.0%	59	24.7%
Construção mista	5	2.1%		0.0%	5	2.1%
TOTAIS	237	100.0%	2	100.0%	239	100.0%

Dos 231 agregados familiares que reportaram residir no Dondo, 54,5% indicou morar no local há mais de 10 anos e cerca de 25% residem entre 5 e 10 anos. A percentagem de AFs que residem a menos tempo no Dondo, ou seja, há menos de 1 ano e entre 1 e 5 anos, é menor (20,3% no seu total), conforme ilustra a figura abaixo.

Do total de 47 AFs que reportaram viver há menos de 5 anos no seu actual local de residência no Dondo, cerca de 78% é reflexo de mobilidade interna, correspondendo a pessoas ao longo dos anos foram mudando entre os bairros do Município. Entretanto, 2 AFs (dos 47 acima indicados) indicaram ter vindo de Posto Administrativo de Savane. Existem ainda 8 AFs que reportaram ter vindo de outros pontos de fora do Município e Distrito de Dondo, sendo que 5 são provenientes de outros distritos da Província de Sofala, tais como, Marromeu, Caia e Cidade da Beira, e 3 são provenientes de outras províncias do País, nomeadamente, Província de Manica (Distrito de Gondola) e Província da Zambézia (Distrito de Quelimane).

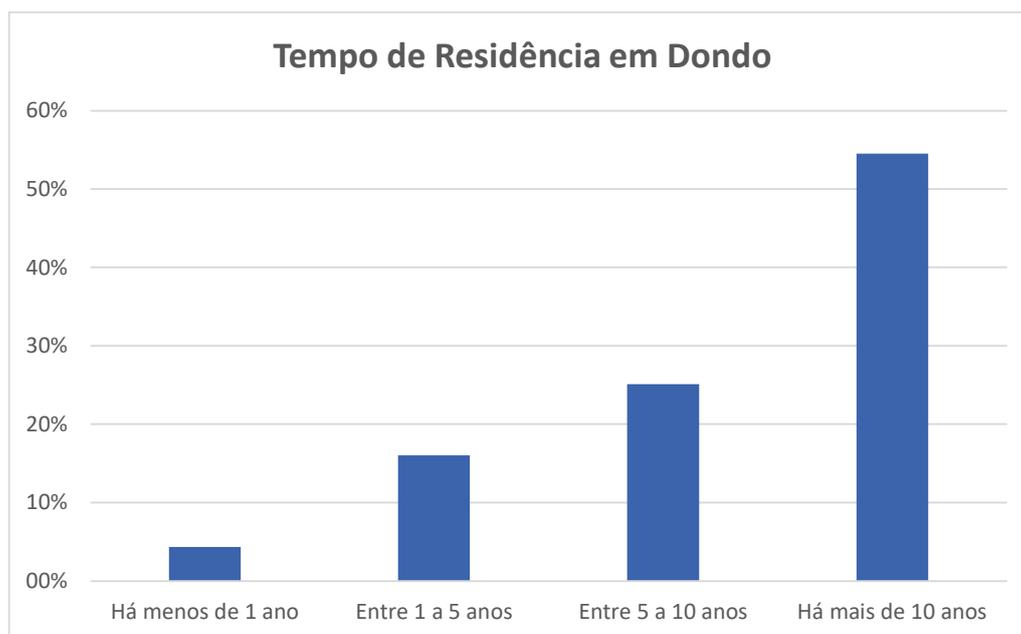


Figura 12: Tempo de residência no Dondo (231 AFs)

Dos 231 agregados familiares que reportaram residir no Dondo, o principal motivo para a sua fixação no seu actual local de residência é a preferência e o gosto pelo local onde actualmente residem, quer seja esse o Bairro Macharote ou os bairros vizinhos acima indicados. O segundo principal motivo de fixação, indicado por 10,8% destes AFs, é a proximidade com terra agrícola, terra esta que se localiza na área do Projecto ou zonas próximas como o Vale de Mandruzi. Aproximadamente 16% dos AFs que residem no Dondo indicaram ainda a necessidade de ter uma casa própria (8,7%) e a herança de família (7,4%, bastante ligada a residências herdadas) como seu principal motivo para fixação no seu actual local de residência. Aspectos relacionados ao trabalho foram também indicados como um impulsionador para a mudança para o Dondo como local de residência de 6,9% dos AFs.

Tabela 5: Principais motivos de fixação no actual local de residência dos AFs residentes em Dondo

Motivos para a fixação no actual local de residência (apenas para AFs residentes no Dondo)	# de AFs	% AF
Preferência/Gosto pelo Bairro	77	33,3%
Proximidade/Produtividade da terra agrícola	25	10,8%
Casa Própria	20	8,7%
Herança da Família	17	7,4%
Trabalho	16	6,9%
Nasceu e cresceu na zona	14	6,1%
Fugir de conflitos armados/guerra	13	5,6%
Aspectos matrimoniais (casamento/divórcio/viuvez)	12	5,2%
Busca de melhores condições/casa	6	2,6%
Preços acessíveis dos terrenos	6	2,6%
Questões/problemas financeiros	5	2,2%
Sem informação	4	1,7%
Proximidade de familiares	4	1,7%
Vontade Própria	3	1,3%
Localização estratégica do Bairro	3	1,3%
Não tinha onde morar	2	0,9%
Proximidade a escola	1	0,4%
Vítima de desastres naturais	1	0,4%
Não sabe	1	0,4%
Questões de saúde	1	0,4%
Total	231	100,0%

Para os 47 agregados familiares que se fixaram no seu actual local de residência há menos de 5 anos, o principal motivo apresentado foi a preferência pelo Bairro (32%). Outros motivos avançados foram a busca pela casa própria (19,2%), aspectos matrimoniais tais como casamento, divórcio ou viuvez (10,6%), proximidade e produtividade da terra agrícola em Macharote (10,6%) e questões financeiras (8,5%). Outros motivos com menor expressão entre este grupo foram a busca de melhores condições de habitação, herança de família, preços acessíveis dos terrenos, proximidade da escola e da Vila de Dondo, questões de saúde e relocação devida a desastres naturais.

Relativamente a indicação de preços acessíveis dos terrenos como motivo para fixação na área, é importante referir que apenas 1 AF que se fixou no local há menos de 5 anos referiu este motivo. Isto poderá significar que ao longo dos anos, os preços dos terrenos no Município foram valorizando, uma vez que este motivo foi indicado por 6 AFs que residem em Dondo há mais de 5 anos, dos quais residentes nessa área entre 5 e 10 anos (3 AFs) e há mais de 10 anos (3 AFs), tendo reduzido para os AFs que vivem há menos de 5 anos.

4.3.4. Ocupação Principal dos Membros dos Agregados Familiares Afectados

No que concerne à relação entre a ocupação principal² e as actividades económicas, a agricultura foi a actividade mais indicada como sendo ocupação principal dos membros dos agregados familiares registados. Aproximadamente 24% dos membros dos AFs registados no censo indicaram desenvolver esta actividade, sendo esta desenvolvida principalmente pelas mulheres (ver tabela abaixo). Dados do Inquérito sobre o Orçamento Familiar (INE, 2021) revelam que esta é uma tendência a nível nacional onde 61,3% dos chefes dos agregados familiares identificam-se camponeses, sendo esta actividade desenvolvida por outros membros do agregado familiar. Ao nível da Província de Sofala, mais de metade da população inquirida também apresenta a agricultura como actividade principal (52,4%).

Uma análise dos dados do Censo indica que esta actividade é maioritariamente desenvolvida, tanto por homens como por mulheres, na faixa etária dos 20 aos 54 anos, agregando 67,5% dos membros dos AFs que indicaram a agricultura como ocupação principal. Dentro deste grupo, existe maior predominância para as faixas etárias entre os 20 e 24 anos de idade e entre os 35 e 39 anos de idade. Os dados do Censo mostram ainda que 24% das mulheres que reportaram a agricultura como ocupação principal estão na faixa etária dos 20 e 29 anos de idade e 40,8% estão na faixa dos 35 aos 54 anos. Para os homens, embora em percentagens menores, uma vez que menos homens reportaram desenvolver agricultura quando comparado às mulheres, a tendência é semelhante (20,3% dos 20 e 24 anos de idade e 27,4% dos 35 aos 54 anos de idade).

Acima dos 60 anos, a agricultura continua a ser uma actividade com alguma expressão nessa faixa etária, sendo que 21,5% dos membros dos AFs que reportou desenvolver esta actividade pertence a este grupo. Mais uma vez, esta actividade tem mais expressão nas mulheres sendo que 61,8% dos membros dos AFs com idade superior a 60 anos que desenvolvem agricultura como ocupação principal, são mulheres.

O trabalho assalariado foi a segunda opção mais indicada como ocupação principal, tendo sido referido principalmente pelos homens (ver Tabela abaixo). Dentro deste grupo, esta actividade

² A análise da ocupação principal não implica que os membros do agregado familiar desenvolvam apenas uma actividade produtiva. Os membros do agregado familiar estão, normalmente, envolvidos em diversas actividades económicas de modo a garantir o aumento da sua renda familiar. De referir, ainda, que a análise da ocupação principal dos membros dos agregados familiares que participaram no Censo incluiu, para além das actividades produtivas, actividades escolares.

foi indicada como sendo desenvolvida a partir dos 20 anos de idade, agregando 94,6% dos homens que referiram possuir um trabalho assalariados entre os 20 e os 59 anos de idade. Nas mulheres, esta actividade foi indicada como sendo ocupação principal de membros que se encontram entre os 15 e os 59 anos de idade, com maior predominância entre os 35 e os 39 anos de idade.

O comércio surge como a terceira actividade económica mais importante e indicada pelos membros dos AFs como ocupação principal, com maior destaque para a população masculina (ver tabela abaixo). Entretanto, tanto nos homens como nas mulheres, esta actividade é maioritariamente desenvolvida pela população na faixa entre os 20 e os 44 anos de idade (77,1% e 94,4% dos membros que indicaram o comércio como ocupação principal, respectivamente).

Nos idosos, população acima dos 60 anos, tanto o trabalhado assalariado como o comércio não têm expressão quase nenhuma, tendo sido indicado por apenas 5 membros do sexo masculino (2 indicaram trabalho assalariado e 3 indicaram o comércio como ocupação principal).

Tabela 6: Ocupação principal dos membros dos AFs registados

Ocupação principal	Mulheres		Homens		Total	
	# de membros	%	# de membros	%	# de membros	%
Menor abaixo dos 6 anos	86	12,7%	91	14,0%	177	13,3%
Vai a escola	269	39,6%	290	44,5%	559	42,0%
Em idade escolar, mas não vai à escola (dos 6 aos 18 anos)	20	2,9%	27	4,1%	47	3,5%
Agricultor	233	34,3%	84	12,9%	317	23,8%
Artesão		0,0%	3	0,5%	3	0,2%
Comerciante	18	2,7%	35	5,4%	53	4,0%
Pescador		0,0%	1	0,2%	1	0,1%
Trabalhador assalariado	19	2,8%	37	5,7%	56	4,2%
Outro (especificar)	34	5,0%	83	12,7%	117	8,8%
Ajudante de Pedreiro		0,0%	2	0,3%	2	0,2%
Alfaiate		0,0%	2	0,3%	2	0,2%
Aposentado		0,0%	3	0,5%	3	0,2%
Barbeiro		0,0%	1	0,2%	1	0,1%
Biscateiro (faz biscatos)	2	0,3%	23	3,5%	25	1,9%

Ocupação principal	Mulheres		Homens		Total	
	# de membros	%	# de membros	%	# de membros	%
Carpinteiro		0,0%	1	0,2%	1	0,1%
Carregador de saco		0,0%	1	0,2%	1	0,1%
Desempregado/a	7	1,0%	8	1,2%	15	1,1%
Doméstico/a ou Empregado/a Doméstico/a	17	2,5%	5	0,8%	22	1,7%
Electricista		0,0%	2	0,3%	2	0,2%
Forneiro (faz fornos)		0,0%	1	0,2%	1	0,1%
Mecânico		0,0%	2	0,3%	2	0,2%
Médico/a Tradicional	1	0,1%		0,0%	1	0,1%
Mestre de obras		0,0%	6	0,9%	6	0,5%
Motorista	1	0,1%	4	0,6%	5	0,4%
Não tem ocupação nenhuma	4	0,6%	2	0,3%	6	0,5%
Pedreiro		0,0%	14	2,2%	14	1,1%
Pensionista	1	0,1%		0,0%	1	0,1%
Secretario de 10 Casas		0,0%	4	0,6%	4	0,3%
Sem informação	1	0,1%	1	0,2%	2	0,2%
Serralheiro		0,0%	1	0,2%	1	0,1%
Total	679	100,0 %	651	100,0 %	1 330	100,0 %

É importante referir que um conjunto de outras actividades de subsistência foram indicadas pelos membros dos AFs registados no Censo. Estas actividades são geralmente actividades desenvolvidas por conta própria e bastante ligadas a actividades de construção civil, tais como, pedreiro, mestre de obras, electricista, carregador de sacos, carpinteiro e serralheiro. Em conjunto, essas actividades concentram 31,3% dos membros dos AFs que indicaram desenvolver outras actividades e são somente desenvolvidas pela população masculina, entre os 30 e os 49 anos de idade.

Para as mulheres, a principal actividade praticada no exterior do seu agregado familiar é o trabalho doméstico que foi indicada por 50% das mulheres que reportaram desenvolver outras actividades. Estas encontram-se principalmente entre os 20 e os 39 anos de idade, embora os

dados do Censo indiquem esta actividade como uma alternativa às meninas em idade escolar, mas que não vão a escola (entre os 10 e os 18 anos).

Em resumo, o biscato (21,4%), trabalho doméstico (18,8%) e pedreiro (12%) são as actividades dominantes no grupo de outras actividades mencionadas pelos membros dos AFs registados no Censo. Tal como a actividade de pedreiro, os biscatos são dominados pelos homens (92% dos membros dos AFs que indicaram os biscatos como outra actividade de ocupação principal) e são desenvolvidas pela população na faixa etária entre os 20 e os 44 anos de idade (concentrando 78,3% dos homens deste grupo).

Estas actividades mencionadas como as principais no grupo de outras actividades evidenciam o padrão patriarcal das sociedades na região centro do País, nas quais é reservado às mulheres a responsabilidade de lidar com as actividades domésticas e assim assumir, igualmente, posições de trabalho associadas a essa área. A esta concepção está associada a ideia de que os trabalhos mais pesados deverão ser desenvolvidos pelos homens, o que se verifica nas actividades indicadas como ocupação principal que estão ligadas à área da construção civil.

No conjunto de outras actividades, existe um contingente de membros dos AFs registados que se encontram em situação de desemprego ou que não desenvolvem nenhuma actividade como ocupação principal. Este grupo concentra aproximadamente 17,9% do total de membros registados no Censo e 12,8% e 5,1%, respectivamente, dos membros dos AFs que indicaram como opção de ocupação principal, outra actividade.

Conforme mencionado acima, o leque de actividades que compunham a ocupação principal inclui igualmente actividades escolares. Esta categoria está separada entre a população que frequenta a escola e a população que se encontra em idade escolar, mas não vai à escola. Assim, aproximadamente 42% dos membros dos AFs registados indicou ir à escola. Este grupo engloba tanto a população de menor idade (ou seja, abaixo dos 18 anos) pertencente à faixa de população em idade escolar (dos 6 aos 18 anos) como população adulta (entre os 18 e os 59 anos) que reportou as actividades escolares como ocupação principal. Deste modo, aproximadamente 88,9% dos membros dos AFs que reportaram ir à escola pertencem a população em idade escolar e 11,1% à população adulta. Em qualquer um dos grupos, a predominância é observada na população masculina que engloba, ao todo, 51,9% dos membros dos AFs reportaram os estudos como ocupação principal.

Aproximadamente de 4% dos membros dos AFs em idade escolar não frequenta a escola. A tabela acima mostra uma maior incidência na população masculina, sendo que para este grupo, a não frequência escolar verifica-se sobretudo entre as crianças de 6 anos (o que pode estar ligado a entradas tardias no ensino escolar) e entre os 16 e os 18 anos (quando os rapazes começam a querer contribuir financeiramente para o agregado familiar). Nas raparigas as principais idades indicadas são dos 6 aos 7 anos e entre os 15 aos 18 anos, sendo este último intervalo o indicado nos grupos focais de discussão com mulheres como a faixa etária na qual as meninas deixam de estudar por factores de distância, custo e horário escolar.

4.3.5. Actividade Agrícola dentro da Área do Projecto

4.3.5.1. Prática da agricultura e tipos de machambas

Todos os agregados familiares registados no Censo possuem machamba dentro da área do Projecto e praticam a agricultura, quer seja em zonas altas quer seja nas baixas. Cerca de 42% dos AFs reportaram possuir machambas nas zonas altas (totalizando 101 AFs) que são usadas principalmente para a agricultura de sequeiro focada em culturas mais resistentes à seca tal como descrito no Capítulo 1 acima. Aproximadamente 42% dos AFs possui machambas nas zonas baixas (120 AFs). Estas machambas são principalmente usadas para o cultivo de arroz.

É importante referir ainda que 7,5% dos AFs possui machambas nas duas áreas acima mencionadas (18 AFs). Esta constitui uma estratégia das famílias para garantirem a diversidade na dieta alimentar da família, e tentar garantir que parte da sua produção se reflecta em rendimento familiar.

4.3.5.2. Machambas registadas pelos AFs registadas na área do Projecto

Ao todo, 239 AFs registaram terras agrícolas dentro da área do projecto, que são usadas por estes para garantir os seus meios de subsistência e sustento. Dos 239 AFs, 205 registaram apenas uma machamba afectadas pelo Projecto. Existe, entretanto, 34 agregados familiares que registaram mais do que uma machamba na área do Projecto. Na sua maioria, como indica a tabela abaixo, estes AFs registaram duas machambas. Existe, contudo, um grupo menor que registou mais do que 3 machambas. Estas machambas, distribuídas pela área do projecto, constituem a principal fonte de sustento das famílias, quer em termos de produção destinada ao consumo familiar que seja para a venda do excedente agrícola, quando existente.

Tabela 7: Número de AFs que registaram mais do que uma machamba na área do Projecto

Número de Machambas Registadas	Número de AFs
Apenas 1 machamba afectada	205
Mais do que 1 machamba afectada	34
2 machambas afectadas	30
3 machambas afectadas	3
5 machambas afectadas	1
TOTAL	239

No que concerne à distância entre a machamba registada e a residência principal dos AFs, maior parte dos AFs registou machambas que ficam a menos de 5 Km do actual local onde residem. Isto porque, das famílias afectadas pelo Projecto, a maioria reside no Município e Distrito de Dondo (conforme demonstrado acima no Subcapítulo 3.3.3). AFs que registaram

machambas a mais de 10 Km são, principalmente, os que residem na Cidade da Beira e em outros pontos mais afastados do Distrito de Dondo.

Tabela 8: Distância das machambas registadas em relação à residência do AF

Distância para a machamba em Km	# de Machambas	# de AFs	% (em relação aos 239 AFs)
0 a 2 Km	91	71	30,10%
2 a 5 Km	110	96	40,68%
5 a 10 Km	70	60	25,42%
10 a 15 Km	11	9	3,81%
Acima dos 15 Km	9	9	3,81%
Total	291		

4.3.5.3. Regime de posse das machambas registadas na área do Projecto

A Lei de Terras em Moçambique estabelece que a terra pertence ao Estado e que não pode ser vendida, hipotecada ou de outra forma alienada. O direito de uso e aproveitamento de terra é conferido pelo Estado e as condições para esse efeito são determinadas por lei. A escritura de título conferida pelo Estado através da Lei de Terras é conhecida como "Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT).

Por outro lado, a Lei de Terras reconhece as práticas costumeiras como fonte legítima para atribuir direitos de uso e aproveitamento de terra. Por consequência, as pessoas que ocupam e utilizam de boa-fé a terra nas áreas rurais, individualmente ou como parte de uma comunidade e de acordo com as normas e práticas consuetudinárias, tais como a herança dos seus ancestrais ou atribuição pelos chefes locais, têm direitos legais sobre a terra em questão (Artigo 12) através da figura jurídica da Ocupação. Essas pessoas podem solicitar o título oficial de terra, (Artigo 13)³, mas a falta de escritura oficial não prejudica o seu direito à terra.

Dos agregados familiares registados, 63,2% reportou ter terra própria (151 AFs com terra pertencente ao chefe do agregado familiar) ou alguém no seu agregado possuir terra (8,8%, correspondente a 21 AFs). Destes AFs, 8 possuem o título formal de uso e aproveitamento da terra⁴.

A maioria dos agregados familiares afectados e identificados (68,6%) têm o direito de ocupação estatutária. Em todos os casos, na área pesquisada, a posse da terra foi obtida através da lei consuetudinária, à luz da qual a terra pertence à comunidade e é administrada

³ Lei de Terras (Lei n° 19/97, de 1 de Outubro).

⁴ Dado fornecido pelo Conselho Municipal de Dondo.

pela liderança da comunidade local. Deste modo, a ocupação teve a anuência do líder tradicional/comunitário local, através da atribuição a um novo agregado familiar, herança dos antepassados, ocupação informal ou mesmo por empréstimo de outro ocupante. Assim, ao todo, 164 agregados familiares reportaram ter terra própria (herdada ou cedida pelo Estado, quer seja pelo Secretário do Bairro como pelos Chefes dos Bairros ou das Unidades).

Outras formas comuns de ocupação da terra são por empréstimo e por aluguer. Estas modalidades são desenvolvidas com o consentimento ou acordo dos agregados familiares detentores de grandes porções de terra (terra própria), muitos deles com o título formal de uso de aproveitamento da terra. Assim, 26,8% dos agregados familiares registados no Censo referiram usar a terra por empréstimo e aproximadamente 8% em sistema de aluguer.

Tabela 9: Situação de Posse de Terra na Área do Projecto

Posse das machambas	# AFs	% de AFs
Própria – pertencente ao Chefe do AF	151	63,18%
Própria – pertencente a Outro membro do AF	21	8,79%
Alugada	19	7,95%
Emprestada	64	26,78%
TOTAL	239	100,00%
Separação de Terra Própria	# AFs	% de AFs
AFs com DUAT	8	4,65%
AFs com terra cedida ou herdada	164	95,35%
TOTAL	172	100,00%

4.3.5.4. Dependência das machambas da área do Projecto e Machambas Alternativas

A actividade agrícola é uma das principais actividades de subsistência das famílias afectadas pelo Projecto. Dos 239 agregados familiares registados no Censo, 40,6% reportou não possuir outra machamba para além da registada dentro da área do Projecto, sendo estes agregados dependentes das machambas que actualmente cultivam. Destes AFs, 39,5% são AFs que perderão terra de forma permanente a favor do Projecto, sendo na sua maioria, conforme demonstra a tabela abaixo, AFs afectados na área da Central Solar e no Corredor de Compensação do segmento aéreo da Linha de Transmissão (70 AFs) e do segmento subterrâneo da Linha de Transmissão (25 AFs) elegíveis à terra de substituição agrícola. Isto significa que a reposição de terra para estes AFs é de extrema importância para continuidade da sua actividade e subsistência. A não reposição de terra agrícola ou a alocação de terra com condicionantes à continuidade da actividade económica de subsistência e rendimento dessas famílias, poderá colocá-las em situação deteriorada pós-compensação. Isto contraporá os

princípios básicos a serem seguidos no processo de reassentamento e compensação no sentido de colocar as famílias afectadas em situação igual ou melhor à anterior ao Projecto.

Tabela 10: Posse de machambas fora da área do Projecto

Relação de AFs com machambas fora da área do Projecto	# AFs	% de AFs
AFs que reportaram <u>não ter</u> machambas fora da área do projecto	97	40,6%
AF com afectação "Permanente"	95	39,5%
AF com afectação "Temporária"	2	0,8%
AFs que reportaram ter machambas fora da área do projecto	142	59,4%
AFs que reportaram ter 1 machamba fora da área do projecto	69	28,9%
AFs que reportaram ter 2 machamba fora da área do projecto	53	22,2%
AFs que reportaram ter 3 machamba fora da área do projecto	16	6,7%
AFs que reportaram ter 4 machamba fora da área do projecto	4	1,7%
TOTAL	239	100,0%

Uma análise mais detalhada sobre as famílias permanentemente afectadas no segmento subterrâneo da Linha de Transmissão é feita no Subcapítulo 3.4.2 sobre Potenciais Vulnerabilidades induzidas pelo Projecto.

Cerca de 59% dos AFs registados no Censo reportou possuir machambas fora da área do Projecto. Estas machambas registadas fortificam o sistema de sobrevivência dos agregados familiares uma vez que a sua produção constitui uma significativa contribuição não só para a dieta alimentar como para a renda familiar.

Deste conjunto de AFs, a maioria possui entre 1 (28,9%) a 2 machambas (22,2%) para além das registadas na área do Projecto. Estes AFs estão todos localizados nas áreas de afectação permanente, ou seja, Central Solar, Corredor de Compensação de 8m para cada lado do segmento aéreo da Linha de Transmissão e no segmento subterrâneo da Linha de Transmissão.

Aproximadamente 8% dos agregados familiares possuem entre 3 e 4 machambas fora da área do Projecto.

Durante o Censo e Inventário Patrimonial, alguns agregados familiares registaram mais do que uma machamba. A tabela abaixo mostra os AFs que registaram machambas dentro da área do projecto e dentro de cada um destes grupos, quantos destes AFs indicaram possuir terras alternativas fora da área do Projecto. Deste modo, 205 AFs registaram ter apenas 1 machamba dentro da área do projecto, e destes, 85 AFs (41,5%) indicou não possuir terras alternativas para o cultivo agrícola. Isto significa que, dependendo da afectação de cada um destes (indicado na tabela acima), alguns AFs poderão ficar sem fontes de sustento familiar.

Dos AFs que registaram mais do que uma machamba na área do Projecto (34 AFs), 12 indicaram não possuir terras agrícolas alternativas, estando completamente dependentes das terras que serão, de algum modo, afectadas pelo Projecto.

Tabela 11: Registo de terras alternativas para AFs que registaram machambas dentro da área do Projecto

Registo de machambas afectadas e alternativas	# de AFs
AFs que registaram machambas na área do Projecto	239
AFs que não possuem terra alternativa	97
AFs que possuem terra alternativa	142
AFs que registaram apenas 1 machamba na área do Projecto	205
Não possui Terra alternativa	85
Possui terra alternativa	120
AFs que registaram 2 machambas na área do Projecto	30
Não possui Terra alternativa	11
Possui terra alternativa	19
AFs que registaram 3 machambas na área do Projecto	3
Não possui Terra alternativa	1
Possui terra alternativa	2
AFs que registaram 5 machambas na área do Projecto	1
Possui terra alternativa	1

No que concerne à distância a que se encontram as machambas reportadas pelos AFs como estando fora da área, aproximadamente 33,8% dos AFs indicou possuir machambas que se localizam entre 2 e 5 Km dos locais onde residem, sendo que o acesso a estas é feito por caminhada, levando em média 113 minutos de deslocação. Cerca de 12% dos AFs reportaram possuir machambas ainda mais perto, entre 0 e 2 Km, sendo o tempo médio de deslocação, em caminhada, de 80 minutos. Estas últimas machambas localizam principalmente no Vale de Mandruzi, zona vizinha da área do Projecto considerada bastante fértil para a produção agrícola.

Algumas machambas encontram-se entre 5 e 10 Km, facto este reportado por 41 AFs (28,9% dos AFs que possuem machambas fora da área do Projecto). Para estas machambas, embora o tempo médio de deslocação seja maior, o meio de deslocação continua a ser o mesmo que o das AFs que possuem machambas em áreas mais próximas.

Conforme ilustra a Figura abaixo, a caminhada (deslocação a pé) foi o meio de deslocação mais reportado pelos AFs registados pelo Censo, tendo sido mencionado por 90,8% dos AFs que indicaram machambas fora da área do Projecto.

Tabela 12: Distância, tempo médio e meio de deslocação das machambas fora da área do Projecto

Distância para a machamba em Km	# de Machambas	# de AFs	% de AFs	Tempo médio de deslocação (min)	Principal Meio de Deslocação
0 a 2 Km	26	17	12,0%	80	A pé
2 a 5 Km	84	48	33,8%	113	A pé
5 a 10 Km	67	41	28,9%	148	A pé
10 a 15 Km	27	15	10,6%	s/i	A pé
15 a 20 Km	16	11	7,7%	103	A pé De Chapa/Transporte público
Acima de 20 Km	19	10	7,0%	60	A pé De Chapa/Transporte público
TOTAL	239	142			

s/i – Sem informação

De acordo com a tabela acima, existe ainda um contingente, embora em menores percentagens, que possui machambas acima de 10 Km de distância. Estes deslocam-se a pé (embora não especificado o tempo médio de deslocação para machambas entre 10 e 15 Km) ou recorrem a transportes públicos (levando cerca de 2 horas para chegar a machambas que se encontram entre 15 e 20 Km de distância).

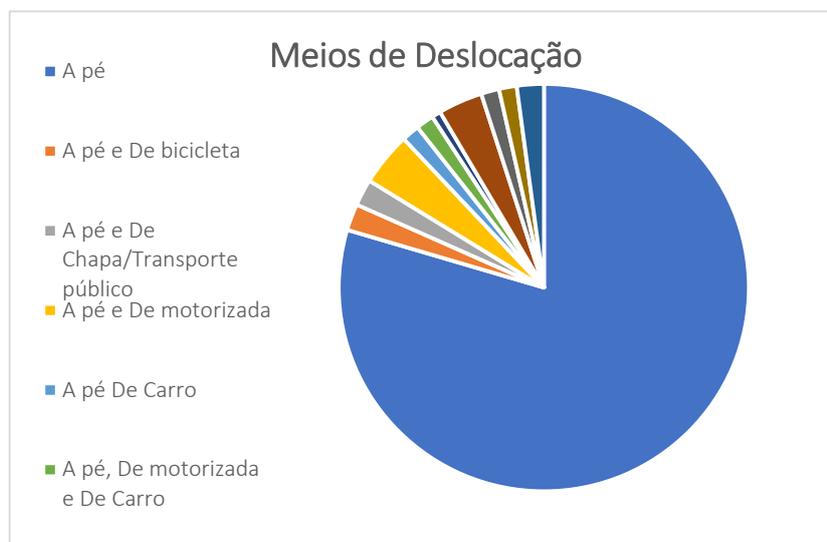


Figura 13: Principais meios de deslocação para machambas fora da área do Projecto

Cerca de 7% dos AFs reportou possuir machambas acima dos 20 Km. Estes agregados levam um tempo médio de 60 minutos para chegar a essas machambas, sendo que os principais meios de deslocação são a caminhada e os transportes públicos. Neste grupo, é possível encontrar um número reduzido de AFs (apenas 2) que se deslocam de carro para as suas machambas. É importante referir que o tempo de deslocação associado ao uso de transportes públicos poderá ser maior que o tempo médio indicado devido a dinâmica de locomoção deste tipo de serviços que envolve muitas paragens ao longo do trajecto para carregamento e descarregamento de passageiros e carga.

4.3.5.5. Segurança Alimentar das Famílias Registadas

A actividade agrícola de subsistência constitui uma actividade bastante dependente de factores externos e alheios aos esforços dos agregados familiares que a praticam, como por exemplo, factores climáticos. Sendo esta actividade fundamental na dieta alimentar das famílias afectadas pelo Projecto, foi questionado durante o Censo, se agregados familiares teriam produzido o suficiente para alimentar as suas famílias nos últimos 12 meses. Face a esta questão, 112 AFs reportaram ter produzido o suficiente e 127 AFs (o correspondente a 53,1%) reportou não ter produzido comida suficiente para alimentar a sua família, sendo que todos eles se encontram em situação de afectação permanente. Estes AFs perderão terra agrícola a favor do Projecto e poderão sofrer os impactos desta perda (como por exemplo, aumento do nível de insuficiência alimentar).

Uma das principais razões avançadas para a insuficiência na produção nos últimos 12 meses está ligada a seca, mencionada por 66,1% dos AFs que reportaram não ter produzido comida suficiente. Factores naturais e climáticos foram igualmente mencionados pelos AFs que indicaram outros motivos para a produção insuficiente, tendo sido os desastres naturais como cheias e ciclones reportado por 9,4 dos AF (correspondente a 57,1% dos AFs que reportou outros motivos), conforme indica a tabela abaixo. A este aspecto, faz-se menção aos ciclones Idai (2019) e Chalane (2020) que afectaram a Província de Sofala, causando danos e prejuízos também na área da agricultura para as famílias que desenvolvem a actividade.

Os dois motivos seguintes mencionados pelos AFs foram (1) roedores, pragas e insectos que comprometeram a produção agrícola e (2) insuficiência de terra agrícola e falta de braços, considerando o facto de que 40,6% dos AFs registados no Censo não possuem terras alternativas fora da área do Projecto. Este último ponto poderá também estar ligado ao tamanho das machambas que os AFs possuem que, em regra geral e seguindo as tendências do país, não são de grandes proporções (em média, em Moçambique, 51,9% dos agregados

familiares tem machambas abaixo de 1ha⁵) e a qualidade da terra, tirando o Vale de Mandruzi que foi indicado pelas famílias como sendo bastante produtivo.

Tabela 13: Principais motivos para insuficiência na produção agrícola nos últimos 12 meses

Motivos para Produção Insuficiente	# de AFs	% de AFs (relação aos 127 AFs)
Seca	84	66,1%
Roedores/insectos/pragas	19	15,0%
Queimada	1	0,8%
Não tem terra suficiente	10	7,9%
Falta de braços para trabalhar na machamba	10	7,9%
Outro especificar	21	16,5%
Desastres Naturais (cheias e ciclones)	12	9,4%
Doença	5	3,9%
Falecimento de parentes	1	0,8%
Falta de motivação	1	0,8%
Gravidez	1	0,8%
Terra fraca	1	0,8%
TOTAL	127	100,00%

Os principais meses de produção insuficiente foram indicados como sendo os meses de Janeiro a Março e Outubro a Dezembro. De referir que estes são os meses em que decorre a época chuvosa, que para a Província de Sofala se traduz, nos últimos dois anos, em probabilidades de ciclones e cheias. Os meses de Abril a Agosto foram indicados como os meses de menor insuficiência na produção agrícola.

Esta questão foi também feita aos agregados familiares que indicaram ter produzido comida suficiente nos últimos 12 meses (marcados a laranja na figura abaixo), no sentido de perceber, se em outras épocas agrícolas houve meses de insuficiência alimentar e quais tinham sido. Conforme ilustra o gráfico abaixo, os meses por estes indicados foram os mesmos que os indicados pelos AFs que reportaram não terem produzido o suficiente nos últimos 12 meses.

⁵ Dado retirado MADER (2021). Inquérito Agrário Integrado 2020. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

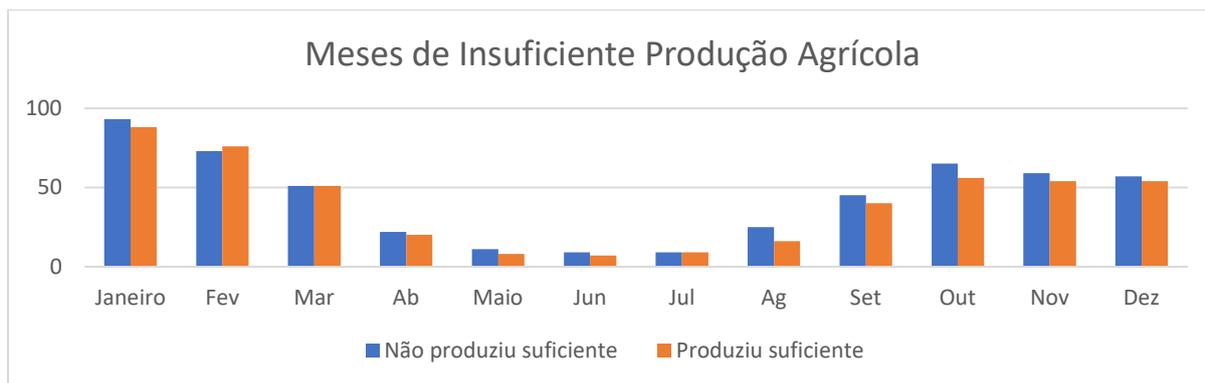


Figura 14: Meses de produção insuficiente

É importante referir que os meses acima indicados poderão ser também influenciados pelo calendário agrícola (ver figura abaixo). Durante os grupos focais realizados para perceber o funcionamento da actividade agrícola no Município de Dondo, os participantes indicaram os meses de Outubro a Fevereiro como meses de plantio, sendo nesses meses em que a produção da época anterior já acabou (ou está no fim) devido as dificuldades de armazenamento e conservação que os AFs enfrentam. Os meses de Abril a Julho, são os indicados como meses de menor insuficiência alimentar uma vez que esses correspondem aos meses da colheita.



Fonte: Grupos Focais de Discussão, Fevereiro de 2021

Figura 15: Calendário Agrícola no Município de Dondo

De modo a tentar colmatar o défice de comida nos meses mais críticos, os AFs que reportaram não terem produzido comida suficiente nos últimos 12 meses indicaram como principal estratégia a redução do número de refeições diárias (41,7%). A segunda estratégia mais usada é a de colocar alguns membros a trabalhar para outras famílias (26%) o que lhes permite ter mais rendimento para que possam comprar alimentos. A compra de alimentos como estratégia de sobrevivência aos meses de fraca produção foi a principal estratégia alternativa indicada no grupo de outras estratégias (conforme demonstra a tabela abaixo).

Outras formas de aumentar o rendimento familiar para poder suprir a falta de comida nos meses de escassez é a venda de animais e/ou produtos e bens (indicado por 17,3% dos AFs) e os biscatos que correspondem a actividades informais sazonais também conhecidas como ganho-ganho (indicado por 7,9% dos AFs que recorrem a outras estratégias).

A ajuda de outros parentes também foi uma estratégia indicada pelos AFs (22%) e esta é recebida em dois moldes, (1) em produtos alimentares e (2) em valores monetários para a compra de alimentos.

Tabela 14: Estratégias de sobrevivência para AFs que reportaram produção insuficiente nos últimos 12 meses

Estratégias em épocas de produção insuficiente	# de AFs	% de AFs (relação aos 127 AFs)
Reduz o número de refeições diárias	53	41,7%
Vende animais e/ou outros produtos e bens	22	17,3%
Alguns membros vão trabalhar para outras famílias	33	26,0%
Depende de ajuda de outros parentes	28	22,0%
Recorre à ajuda de vizinhos	2	1,6%
Outra (especificar)	56	44,1%
Biscates	10	7,9%
Compra alimentos	32	25,2%
Depende de membros assalariados	5	3,9%
Recorre a outros negócios	7	5,5%
Recorre a pensão/subsídio de velhice	2	1,6%
TOTAL	127	100,0%

A mesma questão foi feita aos AFs que reportaram ter produzido o suficiente nos últimos 12 meses para perceber que tipo de estratégias foram usadas em anos anteriores em que consideraram a sua produção baixa. Tal como os AFs que reportaram produção insuficiente, 47,3% dos AFs que não tiverem problemas de produção nos últimos 12 meses, indicaram como principal estratégia usada em anos anteriores a redução do número de refeições diárias. Para estes AFs, a dependência de outros parentes mostrou-se relativamente mais alta que para os AFs que tiverem produção insuficiente nos últimos 12 meses. E a venda de animais e/ou outros produtos e bens para subsidiar a compra de alimentos também se mostrou relativamente maior.

Há aqui igualmente evidência também na dependência de membros da família com empregos formais e que recebem um salário fixo para contribuir nas despesas da casa (6,3%) assim como na colocação de alguns membros para trabalhar para outras famílias (25,9%). Com isto, pode-se perceber que a maior estratégia das famílias em épocas de insuficiência alimentar proveniente da produção agrícola é a de aumentar o rendimento familiar para garantir a compra de produtos alimentar.

Tabela 15: Estratégias de sobrevivência para AFs que reportaram produção suficiente nos últimos 12 meses

Estratégias em épocas de produção insuficiente	# de AFs	% de AFs (relação aos 112 AFs)
Reduz o número de refeições diárias	53	47,3%
Vende animais e/ou outros produtos e bens	36	32,1%
Alguns membros vão trabalhar para outras famílias	29	25,9%
Depende de ajuda de outros parentes	35	31,3%
Recorre à ajuda de vizinhos	9	8,0%
Outra (especificar)	29	25,9%
Biscates	1	0,9%
Compra alimentos	20	17,9%
Depende de membros assalariados	7	6,3%
Recorre a outros negócios	1	0,9%
Recorre a pensão/subsídio de velhice	0	0,0%
TOTAL	112	100,0%

É de extrema importância referir que todas as estratégias acima indicadas não foram mencionadas de forma isolada. Estas são adoptadas em conjunto. Neste sentido, cada família, para garantir a sua suficiência alimentar, adoptou, não só nos últimos 12 meses como em anos anteriores, mais do que uma estratégia para suprir com a falta de alimentos e adequar à situação específica do seu agregado familiar.

4.3.5.6. Fruticultura dentro da Área do Projecto

Dos agregados familiares registados, 40,6% (o equivalente a 97 AFs) reportou possuir árvores de fruta dentro da área do Projecto. As árvores mais indicadas pelos AFs foram a mangueira (indicado por 67 AFs), o cajueiro (indicado por 45 AFs), a bananeira (indicado por 19 AFs), a maçaneira (indicado por 17 AFs) e o Eucalipto (indicado por 16 AFs).

É importante referir que as árvores maioritariamente reportadas pelos AFs correspondem a árvores de fruta que representam um papel importante para os agregados familiares. Os frutos são usados pelas famílias não só para consumo próprio, enriquecendo a dieta alimentar, mas também para a venda, quando existir excedente de produção, aumentando, deste modo, o rendimento familiar.

A tabela abaixo resume as árvores de fruta encontradas dentro da área do Projecto e a quantidade de AFs que reportaram possuí-las. É importante referir que um mesmo AF poderá ter reportado possuir diferentes tipos de árvores, sendo por isso contabilizado em cada linha referente a cada tipo de árvore.

Tabela 16: AFs com árvores de fruta dentro da área do Projecto

Tipos de árvores	# de AFs
Abacateira	2
Acácia	1
Ateira	1
Bambu	1
Bananeira	19
Cajueiro	45
Coqueiro	2
Eucalipto	16
Goiabeira	6
Jambalão	3
Laranjeira	1
Limoeiro	7
Litcheira	1
Maçanqueira	17
Mangueira	67
Nguvo (Fruta Preta)	2
Papaeira	1
TOTAL	97

4.3.6. Produção Animal

A produção de animais é uma actividade desenvolvida pelas comunidades do Bairro de Macharote numa base familiar e de subsistência. De todos os agregados familiares registados no Censo, apenas dois confirmaram que estão envolvidos na criação de animais. Estes dois agregados possuem galinhas, porcos e bois em quantidades bastante pequenas, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 17: Animais criados pelos AFs afectados pelo Projecto

AF	Afectação do AF	Tipo de animal	# de animais
AF A	AF com afectação "Permanente"	Galinhas	4
AF B	AF com Afectação "Permanente no segmento subterrâneo"	Bois	3
AF B	AF com Afectação "Permanente no segmento subterrâneo"	Porcos	11

Sendo esta produção animal feita numa base de subsistência, estes animais servem principalmente para auxílio da dieta alimentar dos agregados familiares. O gado bovino é que poderá representar igualmente auxílio nas actividades agrícolas ou para venda.

É importante referir que a criação destes animais é feita nos locais de residência dos agregados familiares que reportaram desenvolver essa actividade, onde as famílias possuem mais espaço para instalação de estruturas como currais e celeiros. Sendo assim, esta actividade não será afectada pela implantação do Projecto.

4.3.7. Dependência nos Recursos Naturais da Área do Projecto

Os agregados familiares cuja actividade principal é a agricultura de subsistência têm também uma grande dependência em relação aos recursos naturais disponíveis no meio ambiente envolvente, uma vez que não possuem um nível económico que lhes permita um acesso amplo e frequente aos bens de consumo disponíveis no mercado.

Dos AFs registados no Censo, apenas 32% (o equivalente a 77 AFs) reportou recolher recursos naturais e florestais dentro da área do Projecto.

O principal recurso colhido dentro da área do Projecto são as estacas, reportado por 73% dos AFs que recorrem à área do projecto para colecta de recursos. Este é principalmente usado para a construção de casas, celeiros e locais de culto e como fonte de renda através da sua venda nos mercados locais. Igualmente usado na construção de casas, como cobertura, 42% dos AFs reportaram colher capim como recurso florestal disponível principalmente na área da Central Solar.

Outro recurso indicado como de grande importância é a lenha, tendo sido reportado por 17% dos AFs que indicaram recolher recursos dentro da área do Projecto. Este recurso, assim como as estacas e o capim, são considerados como recursos florestais necessários à manutenção e sobrevivência dos agregados familiares. A lenha é usada principalmente como fonte de iluminação e combustível para cozinhar e encontra-se disponível durante todo o ano. Este recurso serve também como fonte de rendimento para as famílias que o conseguem vender nos mercados locais.

Um pequeno grupo (3%) dos AFs reportou o uso de carvão. O caniço e as plantas medicinais foram muito pouco reportados como recursos colhidos pelos AFs registados. No caso das

plantas medicinais, isto deve-se ao facto de este recurso ser colhido somente pelos médicos e líderes tradicionais com conhecimento em plantas e seus usos. Outros recursos como as folhas de palmeira, mel e carne de caça não foram reportados como recursos colhidos dentro da área do projecto.

Tabela 18: Recolha de recursos naturais e florestais na área do Projecto

Tipo de Recursos	Ambas		Uso familiar		Venda		Total	
	# de AFs	% dos 77	# de AFs	% dos 77	# de AFs	% dos 77	# de AFs	% dos 77
Caníço	1	1%		0%		0%	1	1%
Capim	6	8%	26	34%	1	1%	32	42%
Carvão	1	1%		0%	1	1%	2	3%
Estacas	12	16%	43	56%	2	3%	56	73%
Lenha	1	1%	11	14%	1	1%	13	17%
Plantas medicinais	1	1%	1	1%		0%	1	1%
TOTAL	17	22%	63	82%	4	5%	77	100%

Maior parte dos recursos são colhidos para uso familiar, conforme indica a tabela acima. Poucos são os agregados familiares que reportaram colher algum recurso somente para a venda. As estacas e o capim são os recursos que alguns AFs reportaram colher não só para uso familiar como também para o rendimento familiar. Estes recursos estão disponíveis durante todo o ano, nos locais onde se localizam as machambas no Município de Dondo e nas matas do Distrito de Dondo, às quais as comunidades recorrem actualmente.

4.3.8. Actividade Comercial dentro da Área do Projecto

A actividade comercial é desenvolvida tanto a nível formal como informal no Distrito e Município de Dondo. Entretanto, dentro da área do Projecto, esta actividade é desenvolvida somente a nível informal e não tem representação significativa.

Apenas 9 agregados familiares, dos 239 registados no Censo, reportaram desenvolver esta actividade dentro da área do Projecto. Destes AFs, 6 são vendedores ambulantes e 3 possuem bancas móveis. Não existe nenhum agregado familiar que tenha uma banca fixa dentro da área do Projecto.

Tabela 19: Actividade comercial na área do Projecto

Actividade comercial na área do Projecto	No. de AFs
Número de AFs que desenvolvem actividade comercial	9
Actividade comercial formal	0
Actividade comercial informal	9
Vendedor ambulante	6
Banca móvel	3
Banca fixa	0

Todos os 9 AFs acima indicados, reportaram vender produtos provenientes da sua própria produção, sendo que isto acontece quando há excedentes, tornando esta actividade bastante dependente da actividade agrícola.

Informações colhidas durante os grupos focais indicaram o desenvolvimento desta actividade principalmente nos mercados locais e em pequenas bancas em frente às residências familiares.

Quando questionados em relação ao rendimento proveniente da actividade, os AFs indicaram desenvolver esta actividade dentro da área do Projecto reportaram um rendimento médio mensal aproximado de 6.542,86 Meticais. Os 3 AFs que indicaram possuir bancas móveis registaram um rendimento médio mensal de 366,67 Meticais. Os vendedores ambulantes reportaram rendimentos maiores (cerca de 11.000 Meticais por mês) o que deve estar associado a facilidade na mobilidade destes vendedores, que para além da área do projecto, conseguem abranger outros pontos do Município. Dois AFs referiram não saber o valor de rendimento mensal proveniente da actividade.

É importante referir que o facto de os restantes AFs não terem reportado desenvolver actividade comercial dentro da área do Projecto, não significa que não a desenvolvam em outros pontos do Distrito ou Município de Dondo, uma vez que a venda de animais e/ou produtos e bens foi indicada como uma estratégia dos AFs registados face a épocas de escassez de alimentos.

4.3.9. Principais Actividade de Geração de Renda Familiar

A geração de renda familiar implica a adopção de um conjunto de estratégias e é analisada ao nível do agregado familiar como um todo. Nesse sentido, diferentes actividades são realizadas pelos diferentes membros do agregado familiar de modo a aumentar a renda familiar mensal e custear as despesas da família.

Do total de AFs registados no Censo, 219 (91,6%) participou no Inquérito Simplificado de Rendimento Familiar. Apenas 20 agregados familiares não puderam participar, pois estavam

ausentes no dia do inquérito dando prioridade às suas actividades quotidianas. Os dados e contactos destes AFs foram entregues aos membros do Comité Local de Reassentamento para que pudessem mobilizá-los na participação neste inquérito até ao final do processo. No entanto, não houve aderência destes AFs no processo.

As principais actividades de geração de renda indicadas pelos AFs que participaram no Inquérito Simplificado de Rendimento Familiar foram: (1) trabalho temporário para outros, quer seja em termos de biscatos nas actividades comerciais, trabalho nas machambas de outras famílias, entre outro; (2) Produção e venda de carvão ou lenha; (3) venda de culturas alimentares e (4) compra e revenda de produtos quer seja em bancas fixas ou como vendedores ambulantes. Todas estas actividades são principalmente desenvolvidas pelos AFs em situação de Afectação Permanente.

Tabela 20: Actividades de geração de renda

Actividades de rendimento	# de AFs	% de AFs (rel. 219)
Venda de culturas alimentares	43	19,6
Venda de culturas de rendimento	2	0,9
Venda de fruta	3	1,4
Venda de animais	4	1,8
Venda de gado bovino	0	0,0
Fabrico e venda de bebida tradicional	10	4,6
Compra e revenda de produtos (banca fixa, comércio ambulante)	32	14,6
Fabrico e venda de produtos alimentares	6	2,7
Produção e venda de artesanato	1	0,5
Venda de plantas medicinais	2	0,9
Produção e venda de mel	0	0,0
Venda de madeira/estacas/caniço	9	4,1
Produção e venda de carvão e/ou lenha	49	22,4
Produção e venda de blocos de adobe (argila)	1	0,5
Produção e venda de pedra de construção	2	0,9
Transporte de passageiros e mercadorias e/ou aluguer de transporte	9	4,1
Trabalho especializado (carpinteiro, pedreiro, pintor, canalizador, etc.)	24	11,0
Pesca com barco/rede próprio	2	0,9

Actividades de rendimento	# de AFs	% de AFs (rel. 219)
Pesca como tripulante / rede de outra pessoa	1	0,5
Trabalho temporário para outros	68	31,1
Trabalho permanente para outros	26	11,9
Remessas de dinheiro de familiares a trabalhar fora do distrito	14	6,4
Outra actividade	54	24,7

O trabalho temporário para outras famílias, quer seja nas machambas quer seja noutra género de actividade económica, surge também como uma estratégia de aumento do rendimento familiar principalmente em épocas de baixa produção e insuficiência alimentar. É por isso que, dos 68 AFs que indicaram o trabalho temporário para terceiros, 69,1% destes reportaram desenvolvê-la ocasionalmente. Esta actividade é maioritariamente desenvolvida pelos homens (50% dos AFs que indicaram esta actividade) e 8 AFs (11,8%) disseram que esta actividade é desenvolvida por todos os membros do agregado familiar.

Enquanto fonte de rendimento familiar, o inquérito indicou um rendimento anual médio de aproximadamente 21.000,00 Meticais. No entanto, foram verificadas grandes discrepâncias dentro do grupo de AFs que destaca esta actividade como fonte de rendimento. Dos 68 AFs indicados na tabela acima, 9 indicaram receber abaixo de 1.000 Mt anualmente com esta actividade. Grande parte dos AFs (24 AFs), contudo, se encontram no intervalo entre acima dos 1.000 Mt e abaixo dos 10.000 Mt. Existe ainda um grupo que declarou rendimentos acima dos 50.000 Mt (8 AFs). Apenas 1 AF deste grupo não quis declarar o seu rendimento.

A produção e venda de carvão é uma actividade importante, principalmente para os agregados familiares que dependem destas fontes para iluminação e para cozinhar. Dados do inquérito realizado mostram que 20,5% dos AFs indicaram a produção e venda de carvão e/ou lenha como actividade de geração de renda para a sua família. Estes AFs indicam esta actividade como sendo maioritariamente realizada pelas mulheres (42,9%), havendo ainda 9 AFs que reportaram ser desenvolvida por todos os membros do AF. Dos AFs que reportaram esta actividade como fonte de geração de renda, 55,1% indicou desenvolvê-la ocasionalmente e 44,9%, durante todo o ano. Embora 1 AF não queira declarar o rendimento anual adquirido dessa actividade, os restantes AFs indicam uma renda média anual de aproximadamente 26.000,00 Meticais. Entretanto, tal como para o trabalho temporário para outros, esta actividade também apresenta discrepâncias nos valores indicados pelos AFs como rendimento anual. Dos 48 AFs que declararam rendimentos, 12 indicaram valores abaixo dos 5.000Mt (sendo que dois deles indicaram valores abaixo de 1.000 Mt de rendimento anual). Maior parte dos AFs que reportaram esta actividade (23 AFs), declararam rendimentos entre 5.000 e

20.000 Mt. Um grupo bastante restrito (3 AFs) indicou rendimentos entre os 90.000 e os 360.000 Mt.

A venda de culturas alimentares acontece principalmente quando existe excedente agrícola e esta é combinada com a venda de frutas. É por isso que 67,4% dos AFs que indicaram esta actividade como fonte de geração de renda colocam-na como ocasional, sendo que apenas 20,9% consegue desenvolvê-la durante todo o ano. Poucos foram os AFs que indicaram desenvolver actividade comercial dentro da área do Projecto, sendo esta desenvolvida nos mercados locais e ao longo das vias de acesso à área do Projecto, em frente às residências familiares. Nestes pontos também se concentram os AFs que indicaram a compra e revenda de produtos em bancas fixas ou como vendedores ambulantes.

Ao contrário da venda de culturas alimentares, a compra e venda de produtos foi reportada como sendo realizada durante todo o ano por 30 dos 32 AFs (93,8% que indicaram esta actividade como fonte de renda familiar). O ponto comum identificado nestas actividades é que a maioria dos AFs que as indicaram, reportam serem desenvolvidas maioritariamente pelas mulheres (72,1% dos AFs que indicaram a venda de culturas alimentares e 53,1% dos AFs que indicaram a compra e venda de produtos).

Relativamente ao rendimento anual, os AFs reportaram um rendimento médio anual de aproximadamente 12.500,00 Meticais para a venda de produtos alimentares e aproximadamente 43.000,00 Meticais para a compra e venda de produtos. É importante referir que, o rendimento das culturas alimentares é menor pois está ligado a duas condicionantes importantes, nomeadamente, a sua realização ocasional e a sua dependência na actividade agrícola, sendo por isso que 18 dos 43 AFs que indicaram esta actividade declararam rendimentos abaixo dos 10.000 Mt (e dentro deste grupo, 12 AFs declararam rendimentos anuais abaixo dos 5.000 mt). Por outro lado, a compra e venda de produtos efectuada em bancas fixas e por comerciantes ambulantes envolve uma maior variedade de produtos que não estão dependentes da actividade agrícola e por isso, sendo desenvolvida durante todo o ano, apresenta uma maior consistência em termos de rendimento. De facto, 46,9% dos AFs que declararam rendimentos desta actividade (15 dos 32 AFs), indicaram rendimentos entre os 10.000 e os 30.000 Mt. Existe ainda um grupo de AFs que declararam rendimentos anuais acima dos 60.000 Mt (6 Afs) e acima dos 100.000 Mt (2 AFs, um dos quais acima declarou um rendimento anual de 280.000 Mt).

Nestas duas actividades, alguns AFs não quiseram declarar os seus rendimentos (5 AFs que reportaram a venda de culturas alimentares e 3 que reportaram compra e venda de produtos).

No que concerne aos valores declarados pelos AFs para as actividades de geração de renda, é importante considerar que estes consistem em estimativas avançadas pelos AFs que podem estar relacionadas às expectativas pessoais que cada entrevistado/família tem em relação ao Projecto e na forma como estes acreditam que o valor indicado no rendimento anual poderá influenciar na compensação a receber pelas perdas induzidas pelo Projecto.

Fora as actividade económicas de geração de renda familiar, 54 AFs indicaram ter outras fontes de rendimento. Estas fontes estão fundamentalmente ligadas a pensões recebidas pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS) e pensões de reforma do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e a ajuda de parentes em culturas alimentares. Estes AFs correspondem, principalmente a AFs idosos, que não possuem outra actividade de rendimento pois a agricultura é desenvolvida somente para consumo, mas que dependem do apoio social e da ajuda de parentes próximos (filhos e netos) para suportar as despesas quotidianas.

4.4. Situações de Vulnerabilidade

A vulnerabilidade implica uma situação de risco em que pessoas, grupos de pessoas ou comunidades se encontram numa situação de particular fragilidade, (por questões sociais, económicas, ambientais ou outras).

Para efeitos do presente Plano de Compensação, o termo “grupo vulnerável ou desfavorecido” refere-se àqueles que podem ser mais propensos a serem negativamente afectados pelos impactos do Projecto e/ou mais limitados que outros na sua capacidade de aproveitar os benefícios do Projecto. Adicionalmente, devido à sua condição de vulnerabilidade, estes grupos poderão não ter capacidade de suprir as suas necessidades básicas, mesmo com a aplicação de justas medidas de compensação estabelecidas para todos os afectados, razão pela qual poderão necessitar de assistência adicional por parte do Projecto.

De acordo com a prática corrente em Moçambique este conceito inclui as viúvas, mães solteiras, idosos, portadores de deficiência ou de doença crónica incapacitante, crianças órfãs e crianças chefes de família. Tais grupos e/ou indivíduos apresentam maior probabilidade de serem excluídos ou incapazes de participar plenamente no processo de consulta e poderão não ter capacidade de suprir as suas necessidades básicas, mesmo com a aplicação das medidas de compensação estabelecidas para todos os afectados. Assim, deverão ser consideradas medidas específicas e/ou assistência adicional que garanta sua participação efectiva no processo.

Com base nos resultados do Estudo de Impacto Ambiental e Social realizado para o Projecto da Central Solar de Dondo em Novembro de 2020 e Outubro de 2021, e através de uma percepção de vulnerabilidade geral, alguns grupos foram identificados e incluídos na recolha de dados do Censo e posterior análise no presente Plano de Compensação. Esses grupos são:

- **Pessoas portadoras de deficiência ou de doenças crónicas incapacitantes:** as suas limitações físicas e falta de mecanismos de apoio adequados impedem-nas de participar em actividades para seu sustento. Isto as torna altamente dependentes de outras pessoas. Esta impossibilidade e dependência estende-se igualmente à sua participação no processo de compensação;
- **Agregados monoparentais e viúvos (as):** caracterizam-se, normalmente, por uma sobrecarga de trabalho doméstico, na medida em que cuidam de crianças, além de

cuidar dos campos agrícolas ou de outras actividades económicas. Para o caso de agregados monoparentais, estes incluem, não só, mães solteiras (grupo típico a ser considerado em casos de vulnerabilidade) como também pais que cuidem sozinhos dos seus filhos e afazeres domésticos e de subsistência. Para o caso específico dos viúvos (as), para além das condicionantes acima descritas, estes raramente dispõem de tempo ou força para se envolver em actividades típicas de geração de renda;

- **Mulheres Chefe de Família:** mulheres que, pela sua condição social (quer sejam viúvas, mães solteiras) são obrigadas a chefiar a família e prover com o seu sustento. As mulheres, em geral, são mais vulneráveis, uma vez que compreendem a maioria da população com baixa ou nenhuma escolaridade. Além disso, a elevada carga de trabalho doméstico frequentemente retira das mulheres a possibilidade de geração de renda ou de obtenção de um emprego formal, quando surgem oportunidades nesse sentido;
- **Crianças órfãs e crianças chefe de família:** não estando ao cuidado de outros membros da família ou pessoas adultas, estas crianças engajam-se em actividades produtivas para se sustentarem, o que as impede de frequentarem a escola ou de prosseguirem com os seus estudos, e;
- **Pessoas Idosas:** pessoas acima dos 60 anos de idade com limitações para participar em actividades para seu sustento. Grande parte destes têm dificuldades associadas à idade e tem de cuidar dos netos que perderam seus pais. Nestes casos, estes agregados familiares dependem da ajuda dos vizinhos e de outros parentes mais próximos.

É importante referir que os tipos de vulnerabilidade acima indicados podem estar presentes, em simultâneo, num mesmo agregado familiar. Isto poderá agravar o grau de vulnerabilidade deste tipo de agregados familiares mais frágil que de outros.

Considerando aos grupos acima identificados, os dados do Censo mostram que 19,4% do total de 1.330 membros de agregados familiares registados possuem algum tipo de vulnerabilidade. Entre os 239 AFs registado no Censo, 68,2% reportaram pelo menos um membro do agregado familiar com alguma situação de vulnerabilidade, estando a maioria destes AFs (99,4%) AFs em situação de afectação permanente, ou seja, localizados na área da Central Solar, no Corredor de Compensação e no segmento subterrâneo da Linha de Transmissão.

Conforme indica a tabela abaixo, as maiores situações de vulnerabilidade reportadas pelos agregados familiares registados foram viúvo (a), pessoa idosa, mulher chefe de família e deficiência física. É importante referir que algumas famílias registaram mais do que um tipo de vulnerabilidade, o que poderá indicar uma pessoa com diferentes tipos de vulnerabilidade (por exemplo, idosa portadora de deficiência física) ou vários membros do mesmo AF com diferentes vulnerabilidades (como por exemplo, um agregado familiar que possui pessoas idosas e crianças órfãs).

Tabela 21: Registo de vulnerabilidades em membros dos AFs afectados

Vulnerabilidade	Número
Membros dos AFs SEM vulnerabilidade	1.072
Membros dos AFs COM vulnerabilidade	258
AFs que reportaram pelo menos 1 membro com vulnerabilidade	163
AFs com AFECTAÇÃO PERMANENTE que reportaram pelo menos 1 membro com vulnerabilidade	162
AFs com AFECTAÇÃO TEMPORÁRIA que reportaram pelo menos 1 membro com vulnerabilidade	1
AFs por situação de vulnerabilidade	
AFs que reportaram pelo menos 1 membro com Deficiência Física	43
AFs que reportaram pelo menos 1 membro com Deficiência Mental	2
AFs que reportaram Mulheres Chefe de Família	70
AFs que reportaram pelo menos 1 membro Viúvo (a)	74
AFs que reportaram pelo menos 1 membro socialmente desfavorecido	3
AFs que reportaram pelo menos 1 membro Pai/Mãe Solteiro (a)	31
AFs que reportaram pelo menos 1 membro como Criança Órfã	22
AFs que reportaram Criança Chefe de Família	0
AFs que reportaram pelo menos 1 membro como Pessoa Idosa	71
AFs que reportaram pelo menos 1 membro com Doença Crónica/Incapacitante	17
AFs que reportaram pelo menos 1 membro com outro tipo de vulnerabilidade	3

Contudo, nem todos os agregados familiares que reportaram membros vulneráveis podem ser imediatamente qualificados como AFs vulneráveis. A maior parte dos agregados familiares registados constituem agregados com membros com situações de vulnerabilidade, mas que têm apoio de outros membros do agregado familiar que não apresentam condições que impeçam o sustento ou contribuição para o bem-estar da família. Dentro do grupo dos AFs que registaram vulnerabilidades, existem AFs que se encontram em situação de vulnerabilidade agravada, ou seja, agregados familiares que não têm apoio de outros membros ou de outras famílias. Parte destes agregados correspondem a (1) famílias monoparentais, sendo que dentro destas se encontram idosos que vivem sozinhos com crianças e (2) Idosos vulneráveis que incluem idosos que vivem sozinhos.

Tabela 22: Agregados Familiares Vulneráveis afectados pelo Projecto

AFs Vulneráveis	Número
AFs Vulneráveis (monoparentais e idosos vulneráveis)	39
AFs Monoparentais	30
AF monoparental composto por idoso com crianças	6
AF monoparental chefiado por mulheres	29
Viúvas	11
Mães Solteiras	10
Viúvas e Mães Solteiras	6
Com deficiência física	2
Com doença crónica/incapacitante	2
AF monoparental com membros vulneráveis	7
Idosos vulneráveis (sem apoio de outro membro/AF)	15
Pessoas idosas que vivem sozinhas	9
Pessoas idosas que vivem só com crianças	6
Com deficiência física	1
Com doença crónica/incapacitante	1
Com outros membros vulneráveis	3

Dos 30 AFs Monoparentais, para além dos acima indicados como sendo idosos com crianças, 29 são chefiados por mulheres. Destes 29 AFs, 11 são viúvas, das quais 4 idosas, e 10 são mães solteiras. Existem também 10 AFs que agregam estes dois tipos de vulnerabilidade.

Para além da vulnerabilidade do Chefe de Família, é importante salientar nestes 30 AFs Monoparentais, alguns membros da família também possuem vulnerabilidades. Dos 7 AFs nesta condição, indicados na tabela acima, 3 possuem membros que correspondem a crianças órfãs, 2 possuem membros com condição socialmente desfavorecida e 2 possuem membros com doenças crónicas. É importante também referir que, dos 7 AFs com outros membros vulneráveis, 3 são liderados por idosos que se encontram responsáveis por crianças órfãs (1 dos quais com 1 criança socialmente desfavorecida). Isto faz com que estes AFs apresentem um grau de vulnerabilidade maior que os restantes.

4.4.1. Descrição dos Agregados Vulneráveis em relação às suas Terras Agrícolas

4.4.1.1. Situação de Afecção

Dos 30 AFs Monoparentais, 29 correspondem a famílias em situação de afecção permanente, ou seja, famílias que perderão a sua terra agrícola para o Projecto e deverão receber uma terra de substituição agrícola. Destes AFs, 6 correspondem a idosos com crianças ao seu cuidado.

Dentro do grupo dos AFs Monoparentais, existe ainda uma família com afecção temporária, ou seja, que possui a sua machamba dentro da área de servidão dos 50 m do segmento aéreo da Linha de Transmissão e que, após implantação do Projecto poderá retomar as suas actividades na mesma área.

Dos 15 idosos vulneráveis, 14 correspondem a idosos em situação de afecção permanente, dos quais 9 são idosos que vivem sozinhos e 6 idosos com crianças a seu cuidado (indicados acima, igualmente, como AFs monoparentais).

4.4.1.2. Regime de Posse de Terra

Dos 30 AFs Monoparentais, 10 destes desenvolvem a actividade agrícola em terras emprestadas e 1 (um) em regime de aluguer. Dos 10 AFs que possuem terras emprestadas, 1 deles corresponde igualmente a um agregado familiar composto por um idoso responsável por crianças. Os restantes AFs vulneráveis possuem terras próprias.

Existe ainda 1 AF que registou uma parcela de terra em regime de empréstimo. Contudo, por se localizar na restante área de servidão de 50 m para cada lado do segmento aéreo da Linha de Transmissão, este AF apresenta-se em situação de afecção temporária. Isto significa que esta família, após a implantação do Projecto, poderá continuar a desenvolver as suas actividades na mesma parcela de terra.

As terras registadas pelos 11 AFs acima indicados em regime de empréstimo e aluguer correspondem a terras em situação de afecção económica permanente. Ao mesmo tempo, o facto de serem terras emprestadas ou alugadas, significa que estes AFs não são elegíveis a terra de substituição e apenas a outras modalidades de compensação pela perda de culturas, de árvores e de estruturas (caso estas existam).

4.4.1.3. Dependência das machambas e Segurança Alimentar

Do total de AFs vulneráveis (39 AFs indicados na Tabela 18 acima), 15 declararam não possuir terras alternativas para desenvolver as suas actividades agrícolas fora da área do Projecto e os restantes reportaram possuir entre 1 e 3 machambas fora da área do Projecto.

Tabela 23: Agregados Familiares Vulneráveis e Machambas fora da área do projecto

Relação de AFs com machambas fora da área do Projecto	# AFs	AFs Monoparentais (que inclui idosos)	Outros Idosos Vulneráveis
AFs que reportaram <u>não ter</u> machambas fora da área do projecto	15	11	4
AF com afectação "Permanente"	14	10	4
AF com afectação "Temporária"	1	1	0
AFs que reportaram ter machambas fora da área do projecto	24	19	5
AF com que reportaram 1 machamba	12	9	3
AF com que reportaram 2 machamba	8	6	2
AF com que reportaram 3 machamba	4	4	0

AFs que não possuem terras alternativas

Destes 15 AFs que reportaram não possui terra alternativa para além da que foi mapeada dentro da área do projecto, (i) 14 encontram-se em situação de afectação permanente, ou seja, são elegíveis à terra de substituição agrícola e (ii) 1 encontra-se em situação de afectação temporária, o que significa que poderá continuar com a sua actividade após a implementação do Projecto.

Para estes AFs que declararam não possuir terras agrícolas alternativas, o principal impacto do Projecto poderá ser a dificuldade de restauração dos seus meios de subsistência (para os 14 AFs que receberão terra de substituição) induzida pelas condições das potenciais áreas hospedeiras. A dificuldade na dos meios de subsistência significará que estas famílias poderão encontrar-se numa situação pós-projecto mais precária que as condições actuais.

A não existência de terras alternativas, a condição de vulnerabilidade a que estão sujeitos e a dependência nas actuais machambas em que produzem, faz com que estes AFs possam ter dificuldades em garantir a segurança alimentar das suas famílias. De facto, dos AFs que não possuem terras alternativas e dependem somente das terras afectadas pelo Projecto, 6 reportaram não terem produzido o suficiente nos últimos 12 meses, principalmente devido a factores como a seca e a falta de braços para trabalhar. Destes 6 AFs, 4 são AFs monoparentais chefiados por mulheres (1 deles uma idosa responsável por 3 crianças) e 2 são idosos vulneráveis (idosos que vivem sozinhos). Para estas famílias, a principal estratégia de sobrevivência em épocas de insuficiência alimentar é a redução no número de refeições diárias. Os 2 AFs compostos apenas por idosos declararam depender de ajuda de outros parentes para garantir a sua subsistência.

Estas estratégias são adoptadas a considerar a possibilidade do rendimento destas famílias não ser suficiente para suprir com as necessidades e despesas familiares. Dos dois AFs compostos somente por idosos, apenas um deles participou no Inquérito Simplificado de Rendimento Familiar e declarou possuir algum tipo de rendimento proveniente de trabalho especializado e de trabalho temporário para outros (ganho-ganho). Estas actividades proporcionam a esta família um valor mensal de aproximadamente 1.500 Mt para gestão de despesas familiares, o que aparenta não ser suficiente para cobrir custos alimentares em épocas de insuficiente produção onde recorrem a outros parentes.

Dos restantes 4 AFs monoparentais (que inclui um idoso com crianças), apenas 3 participaram do inquérito, sendo as principais formas de rendimento indicadas a compra e revenda de produtos quer seja em banca fixa ou como vendedor ambulante (com um rendimento mensal aproximado de 1.200 Mt), o trabalho permanente para outros quer sejam em instituições governamentais ou para privados (com um rendimento mensal de 4.000 Mt) e a pensão (este indicado pelo AF composto por um idoso e 3 crianças que recebe um valor mensal aproximado de 500 Mt). Tal como nos casos acima descritos, os valores mensais que constituem rendimento familiar, demonstram-se insuficientes para suprir com as necessidades alimentares destas famílias e custear as restantes despesas do agregado.

AFs que possuem terras alternativas

Dos 39 AFs vulneráveis, 24 indicaram possuir terras alternativas. Todos estes AFs, residentes no Município de Dondo (Bairros de Macharote e Nhamaiabwe), declararam, na sua maioria, possuir entre 1 e 2 machambas (apenas 4 AFs possuem 3 machambas). Estas machambas localizam-se a uma distância mínima de 2 Km e máxima de 25 Km dos seus locais de residência (apenas 2 AFs com machambas entre os 20 e 25 Km), sendo que os AFs se deslocam até elas à pé.

Mesmo possuindo machambas alternativas, 13 dos 24 AFs declararam não terem produzido o suficiente nos últimos 12 meses. Os principais motivos para a insuficiente produção indicados por esses AFs foram a seca, a falta de braços para trabalhar e, para os que mencionaram ter uma machamba alternativa, a terra insuficiente. Nestas épocas as principais estratégias adoptadas para suprir a insuficiência alimentar são (i) a redução do número de refeições diárias; (ii) a dependência na ajuda de outros parentes; (iii) a realização de pequenos negócios e trabalhos sazonais (biscatos ou ganho-ganho) e (iv) a venda de animais e outros produtos. Estes dois últimos pontos são o que auxiliam as famílias no aumento do seu rendimento familiar para a compra de comida.

Estas estratégias estão ligadas às fontes de rendimento que os AFs possuem para suprir todas as necessidades e despesas da família. As duas principais fontes indicadas por este grupo foram (i) a venda de produtos agrícolas alimentares e (ii) trabalho temporário para outros. Ambas actividades são desenvolvidas ocasionalmente, ou seja, uma quando há excedente agrícola e outra quando existe necessidade de aumentar o rendimento familiar. Outras actividades

indicadas por outros AFs foram (i) o fabrico e venda de bebida tradicional (apenas 1 AF indicou desenvolver ocasionalmente), (ii) a produção e venda de carvão e/ou lenha (indicado por 2 AFs que o desenvolvem o ano todo, principalmente devido a disponibilidade abundante de matéria prima para esta actividade), (iii) a compra e revenda de produtos diversos quer seja em bancas ou como vendedores ambulantes (indicado por 1 AF durante o ano todo) e (iv) recebimento de remessas de dinheiro de familiares que trabalham fora do distrito (indicado por 1 AF monoparental chefiado por uma mulher que o recebe durante o ano todo).

4.4.2. Potenciais Vulnerabilidades Induzidas pelo Projecto

A aquisição de terra por parte do Projecto, as condicionantes de elegibilidade para os AFs e as potenciais dificuldades induzidas pelo processo de aquisição de terra de substituição poderão interromper os meios de subsistência de alguns AFs que actualmente desenvolvem as suas actividades económicas dentro das áreas de afectação permanente do Projecto.

Esta potencial vulnerabilidade induzida pelo Projecto está, fundamentalmente, ligada ao facto de que o Projecto poderá comprometer a condição de subsistência de algumas destas famílias, uma vez que as machambas que actualmente possuem constituem fonte de parte dos produtos alimentares para a sua dieta familiar. Os AFs registados, principalmente no segmento subterrâneo da Linha de Transmissão, vivem maioritariamente da agricultura de subsistência e de actividades de rendimento que estão fundamentalmente ligadas a agricultura, tais como a venda de produtos alimentares, a venda de fruta e o trabalho temporário para outros que envolve, entre outras actividades, o trabalho nas machambas de outras famílias em épocas específicas da campanha agrícola.

Dentro do Segmento Subterrâneo da Linha de Transmissão, foram identificadas 25 famílias (35,7% das 70 famílias registadas no segmento subterrâneo) que não possuem outra machamba para além da registada na área do Projecto. Existem ainda 22 famílias (31,4% das 70 famílias registadas no segmento subterrâneo) que reportaram possuir apenas uma machamba alternativa à registada na área do projecto. Não existe, no entanto, informação se esta machamba é efectivamente usada ou não pela família e para que fins.

É de extrema importância referir que das 25 famílias em situação de afectação permanente, 4 correspondem a AFs em situação de vulnerabilidade acentuada, sendo estes idosos que vivem sozinhos sem o suporte de outros membros ou agregados monoparentais (alguns dos quais chefiados por idosos). O rendimento destas famílias está ligado a venda de culturas alimentares e trabalho temporário para outras famílias (como por exemplo, trabalho ocasional nas machambas de outros AFs). Para os AFs compostos por idosos, estes dependem também de pensões e apoio em produtos alimentares (principalmente os que não sejam retirados das machambas que actualmente possuem).

Dos 22 AFs registados no segmento subterrâneo da Linha de Transmissão que disseram possuir somente uma machamba fora da área do Projecto, 6 correspondem a famílias de idosos ou

monoparentais, o que poderá indicar a probabilidade de a machamba alternativa fora da área do Projecto não ser usada pelo AF devido ao constrangimento da composição do próprio agregado familiar. Duas destas famílias indicaram como principal fonte de rendimento o trabalho temporário para outros (exercido pelas mulheres destes AFs e ocasionalmente, não sendo assim uma fonte fixa de rendimento). A venda de culturas alimentares também foi indicada como fonte de renda de um dos AFs, o que acontece apenas quando há excedente agrícola, sendo a produção agrícola usada principalmente para subsistência da família.

Há ainda a considerar o facto de que dos 25 AFs que não possuem machambas fora da área do projecto, 7 indicaram não ter produzido o suficiente nos últimos 12 meses. As duas principais razões levantadas por estas famílias foram (1) a insuficiência de terra e (2) a falta de braços para trabalhar nas machambas.

Dos 22 AFs que indicaram possuir apenas uma machamba alternativa à registada na área do projecto, 17 reportaram não ter produzido o suficiente nos últimos 12 meses. Destes 17 AFs, 4 correspondem a famílias em situação de vulnerabilidade (idosos sozinhos e AFs monoparentais). Para estes agregados familiares (17 AFs) as principais causas da insuficiência alimentar são (1) a falta de braços para trabalhar na machamba, (2) roedores, insectos e pragas e (3) a seca. Alguns AFs indicaram a insuficiência de terra como uma causas da insuficiência alimentar nos últimos 12 meses.

Tanto para os 25 AFs que não possuem terras alternativas como para os 22 que possuem apenas 1 terra machamba fora da área do Projecto, as machambas registadas simbolizam uma forte fonte de produção alimentar da qual estes agregados familiares são dependentes para garantir a subsistência das suas famílias. Para algumas famílias, estas machambas são também fontes de rendimento que não é fixa, pois a venda de culturas alimentares só é possível quando houver excedente agrícola.

A situação de afectação induzida pelo Projecto a que estas famílias estão sujeitas, aliado à sua tendência de produção agrícola e a fontes de rendimento ocasional, poderá comprometer o nível de vida e subsistência das famílias.

Tabela 24: Resumo dos critérios de vulnerabilidade induzida pelo Projecto

Critérios de análise	# de AFs
Total de AFs registados no Segmento Subterrâneo da Linha de Transmissão	70
AFs do Segmento Subterrâneo que não possuem terra alternativa	25
AFs vulneráveis (monoparentais e idosos que vivem sozinhos)	4
AFs que não produziram o suficiente nos últimos 12 meses	7
AFs vulneráveis que não produziram o suficiente	0
AFs do Segmento Subterrâneo que possuem apenas 1 machamba alternativa	22

Critérios de análise	# de AFs
AFs vulneráveis (monoparentais e idosos sozinho)	6
AFs que não produziram o suficiente nos últimos 12 meses	17
AFs vulneráveis que não produziram o suficiente	4

4.5. Resultados do Inventário Patrimonial

4.5.1. Terras Agrícolas (Machambas) Registadas

Ao todo, serão afectadas pelo Projecto 279 machambas⁶, que terão tratamento diferenciado dependendo da situação de afectação a que estão sujeitas.

Das 279 machambas afectadas, somente 274 serão perdidas a favor do Projecto e se localizam na área da Central Solar, no Corredor de Compensação de 8 m para cada lado do segmento aéreo da Linha de Transmissão e no Segmento Subterrâneo da Linha de Transmissão. Isto corresponde a 91,08 ha de terra em situação de afectação permanente. Entretanto, e pelo princípio de propriedade de terra, apenas 164 das 274 machambas em situação de afectação permanente correspondem a machambas próprias e que terão de ser devidamente restituídas aos agregados familiares. Estas machambas correspondem a 67,81ha de terra por substituir.

De acordo com a abordagem de reassentamento adoptada, todas as machambas localizadas entre os 8 m e os 50 m da área de servidão do segmento aéreo da Linha de Transmissão não serão, em princípio, elegíveis a terra de substituição. Por se tratar de afectação temporária, os agregados familiares não irão perder as suas parcelas agrícolas e, por isso, poderão continuar a usá-las para fins produtivos após a implementação do Projecto.

Tabela 25: Machambas afectadas na área do Projecto

Machambas afectadas	# AFs	% de AFs	# Machambas	% de Machambas	Área (Ha)
AF com afectação permanente	237	99.2%	277	99.3%	91.08
AF com afectação temporária	2	0.8%	2	0.7%	0.41
TOTAL	239	100.0%	279	100.0%	91.50

⁶ Foram ao todo registadas 295 machambas durante o Censo e o Inventário Patrimonial. Contudo, apenas 279 machambas serão realmente afectadas pelo Projecto. As restantes 16 machambas foram registadas pelos AFs afectados pelo Projecto, e pela abordagem seguida no presente Plano de Compensação, não serão afectadas. Entretanto, estas permanecem na base de dados, sem, no entanto, serem contabilizadas em termos de afectação.

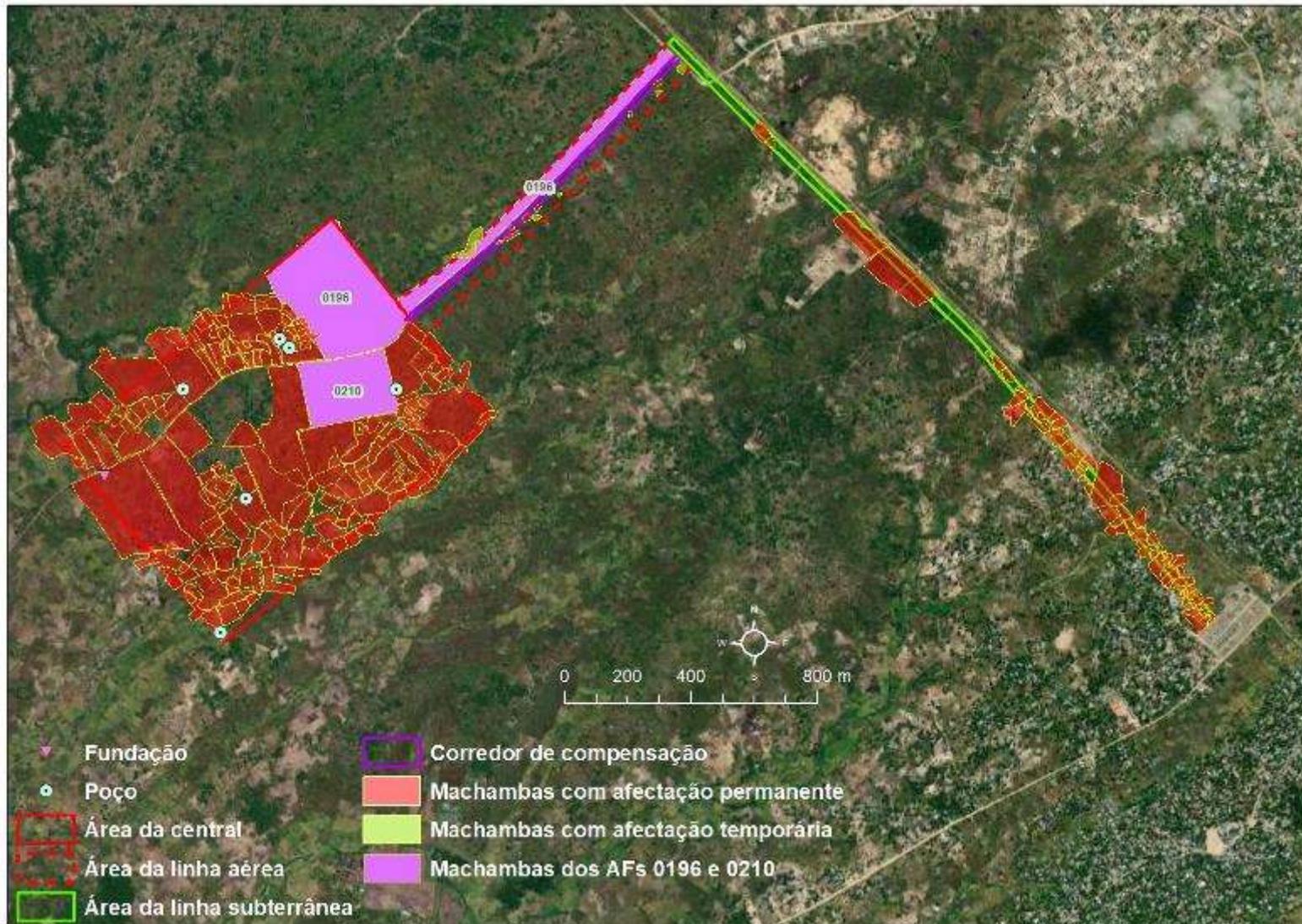


Figura 16: Machambas registadas na área do Projecto

Das machambas afectadas pelo Projecto, grande parte delas (54,5%) são machambas das zonas baixas onde se cultiva hortícolas e, principalmente, arroz. Maior parte destas foi registada na área da Central Solar (128 machambas) que corresponde à zona com mais áreas de baixas, devido aos pequenos rios e riachos que a atravessam. A área do segmento subterrâneo da Linha de Transmissão, por se tratar de uma zona mais alta, é dominada por machambas de sequeiro (77 machambas registadas). Embora em situação de afectação permanente, apenas machambas próprias serão restituídas aos agregados familiares. Assim, 52 das machambas sequeiro (o equivalente a 30,2 ha) e 75 das machambas de zonas baixas (o que corresponde a 37,9 ha) deverão ser substituídas. As restantes machambas encontram-se em situação de aluguer ou empréstimo.

Tabela 26: Machambas afectadas de acordo com o tipo (Baixa ou Sequeiro)

Machambas Por Afectação	#	Área (ha)
Machamba com afectação "permanente"	274	91.00
Baixa (horta)	148	49.99
Sequeiro	126	41.01
Machamba com afectação "Temporária"	5	0.50
Baixa (horta)	4	0.47
Sequeiro	1	0.02



Figura 17: Machambas na zona baixa dentro da área do projecto



Figura 18: Machambas de sequeiro dentro da área do projecto

O registo das machambas inclui a indicação do seu estado actual (na altura da realização do Censo e do Inventário Patrimonial). Assim, foram registadas 126 machambas cultivadas (45,2%), 72 machambas que na altura do registo estavam a ser preparadas para o cultivo de arroz (25,8%) e 81 machambas em pousio (29%). As machambas em preparação foram, todas elas, registadas somente na área da Central Solar. A tabela que segue distingue o registo destas machambas de acordo com a sua área de afectação.

Tabela 27: Machambas afectadas de acordo com o estado

Machambas Por Afectação	#	Área (ha)
Machambas com Afectação Permanente	274	91.00
Cultivada	124	41.30
Em preparação	72	16,94
Pousio	78	32.76
Machambas com Afectação Temporária	5	0,50
Cultivada	2	0,07
Pousio	3	0,42

4.5.2. Árvores Registadas

O Inventário Patrimonial contemplou igualmente o registo de árvores. Estas foram registadas não só nas machambas mapeadas pelos agregados familiares como também fora das destas, considerando que existem AFs que possuem árvores em outras áreas que não sejam no interior das machambas (por exemplo, machambas emprestadas em que tenham trabalhado nas campanhas anteriores). A tabela abaixo demonstra o registo de árvores dependendo da localização da machamba e da sua afectação e inclui árvores registadas fora de machambas.

Ao todo, foram registadas 1.555 árvores, sendo que maior parte destas (81,2%) se encontram na área da Central Solar, dentro de machambas registadas pelos AFs (67,8%) e fora destas (13,4%). Dentro do segmento subterrâneo da Linha de Transmissão foram ao todo registadas 285 árvores (correspondente a 18,3% do total de árvores registadas), igualmente divididas pelas que se encontram dentro e fora das machambas registadas pelos AFs.

Tabela 28: Árvores registadas por localização das machambas

Número de Árvores afectadas por localização da Machamba	# de Árvores
Área da Central e Corredor de Compensação do segmento aéreo da Linha de Transmissão – afectação permanente	1.054
Fora da machamba (Área da Central Corredor de Compensação do segmento aéreo da Linha de Transmissão) – afectação permanente	208
Segmento Subterrâneo da Linha de Transmissão– afectação permanente	215
Fora da machamba (Segmento Subterrâneo da Linha de Transmissão) – afectação permanente	70
Segmento Aéreo da Linha – fora do Corredor de Compensação do segmento aéreo da Linha de Transmissão – afectação temporária	8
TOTAL	1.555

A tabela abaixo demonstra com mais detalhe o total de árvores registadas de acordo com o tipo de árvore e com a localização destas, dependendo da área do Projecto e do tipo de afectação. A maior parte das árvores foi registada dentro de machambas com afectação permanente, principalmente, na área da Central Solar e do Corredor de Compensação do segmento aéreo da Linha de Transmissão. Neste grupo, as árvores mais registadas foram a bananeira, a mangueira, o cajueiro e o eucalipto.



Figura 19: Fotos de bananeiras, mangueiras e cajueiros dentro da área do projecto

No segmento subterrâneo da Linha de Transmissão, onde a afectação é considerada como permanente a árvore mais registada foi o eucalipto, seguido de fruteiras como bananeira e mangueira.

A tabela abaixo mostra ainda o registo de outras árvores de menor expressão, mas encontradas em todas as áreas e, no Município de Dondo, como o limoeiro, a goiabeira e a maçaniqueira.

Das árvores registadas fora de machambas mapeadas por AFs, há que destacar o bambu que representa 72,1% das árvores registadas fora de machambas por AFs com afectação permanente, ou seja, com bens somente na área da Central Solar.

Tabela 29: Árvores registadas por tipo de árvore e localização

Número de Árvores por localização	# de AFs	# de Árvores
Árvores fora da machamba	5	278
Fora da machamba - permanente (central)	4	208
Abacateira	1	1
Bambu	1	150
Cajueiro	1	5
Mangueira	2	52
Fora da machamba - Permanente (entre as duas linhas existentes)	1	70
Eucalipto	1	70
Árvores dentro de uma Machamba com afectação "permanente"	92	1.269
Machamba localizada Central	67	1.054
Abacateira	1	2

Número de Árvores por localização	# de AFs	# de Árvores
Ateira	1	1
Bananeira	13	303
Cajueiro	40	209
Coqueiro	2	3
Eucalipto	12	184
Goiabeira	4	18
Jambalão	3	5
Laranjeira	1	6
Limoeiro	6	24
Maçanqueira	5	7
Mangueira	50	290
Nguvo (Fruta Preta)	2	2
Machamba localizada Linha	25	215
Acácia	1	5
Bananeira	5	55
Cajueiro	4	24
Eucalipto	3	62
Goiabeira	2	3
Limoeiro	1	1
Litcheira	1	1
Maçanqueira	12	13
Mangueira	15	50
Papaeira	1	1
Árvores dentro de uma Machamba com afectação "Temporária"	1	8
Machamba localizada na Linha	1	8
Bananeira	1	8
TOTAL	97	1.555

4.5.3. Estruturas Registadas

Foram registadas dentro da área do Projecto 7 estruturas, das quais 6 poços e 1 fundação. Todas as estruturas estão localizadas na área da Central Solar e, por isso, serão permanentemente afectadas pelo Projecto.

Todos os poços registados no Inventário Patrimonial correspondem a poços escavados nas baixas perto dos rios. Estes não apresentam protecção e são abertos pelas famílias, principalmente, para o fornecimento de água para a actividade agrícola, para tarefas domésticas e, para alguns AFs, para dar de beber aos animais.

A tabela abaixo mostra alguns detalhes das estruturas registadas durante o Censo e Inventário Patrimonial.

Tabela 30: Machambas afectadas de acordo com o estado

Tipo de Estrutura	Tipo de Afectação	Tipo de Construção	Estado da Estrutura
Poço	Afectação permanente	Tradicional	Danificado
Poço	Afectação permanente	Tradicional	Novo
Poço	Afectação permanente	Tradicional	Novo
Poço	Afectação permanente	Tradicional	Velho
Poço	Afectação permanente	Tradicional	Novo
Poço	Afectação permanente	Tradicional	Velho
Fundação	Afectação permanente	Convencional	Velho



Figura 20: Poços registados na área do Projecto



Figura 21: Estruturas registadas na área do Projecto

4.6. Descrição e Situação de Afectados de Carácter Empresarial

Durante o processo de Censo e Inventário Patrimonial, foi identificada uma categoria restrita de afectados que não se enquadra nos agregados familiares descritos nos capítulos acima. Este tipo de afectados diferencia-se dos demais por:

- Não desenvolver a terra numa vertente de subsistência como os agregados familiares descritos dos capítulos anteriores e sim comercial;
- Poder ser representado como uma realidade económica empresarial, que não se enquadra na lógica de um exercício de negociação de base comunitária;
- Perder consideráveis porções de terra detidas individualmente; e
- Deter um título formal de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).

Enquadram-se neste grupo dois afectados, designados pelo Censo e Inventário Patrimonial como AF0196 e AF0210. Ambos afectados se encontram em situação de afectação económica permanente, uma vez que detém porções de terra dentro da área da Central Solar.

No que concerne a **composição familiar** destes afectados, ambos possuem agregados familiares abaixo do tamanho médio registado pelas famílias que desenvolvem actividades de subsistência na área do Projecto (ver Subcapítulo 3.3.1.). e ambos chefes de família são considerados idosos, uma vez que se encontram acima dos 60 anos de idade. No entanto, em termos de **vulnerabilidade**, nenhum destes AFs possui agregados familiares vulneráveis, correspondendo estes, a famílias nucleares com membros adultos.

Relativamente ao **local e tempo de residência**, ambos afectados são residentes na Cidade da Beira há mais de 10 anos. As suas casas nas quais residem constituem residência principal de construção moderna, ou seja, construída à base de material convencional e de alvenaria.

O Inquérito do Censo e Inventário Patrimonial registou as **parcelas de terra** que estes afectados possuem na área do Projecto, assim como culturas, árvores e estruturas dentro destas áreas. Estas parcelas estão fundamentalmente ligadas a actividade económica que cada um destes AFs desenvolve. O AF0196, enquanto criador de gado, registou duas parcelas, uma dentro da área da Central e outra na área de servidão de 50 m para cada lado do segmento aéreo da Linha de Transmissão. Para o caso deste afectado, é importante referir que as áreas registadas fazem parte de uma área de 150 ha para a qual o afectado possui o título formal de DUAT e no qual desenvolve o grosso das suas actividades comerciais e empresariais no ramo da pecuária. A área do Projecto é maioritariamente usada como zona de pastagem do gado e como área de empréstimo para que seus trabalhadores possam fazer pequenas machambas destinadas a subsistência das suas famílias.

No caso do afectado AF0201, enquanto produtor de fruta, a área registada é a que concentra toda sua actividade comercial, sendo esta afectada pelo Projecto na sua totalidade.

O sumário do registo das parcelas destes afectados encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 31: Machambas afectadas de acordo com o estado

AF0196		
Número de parcelas de terra registadas	2	
Detalhes da Parcela 1	Localização da parcela	Área da Central Solar
	Tipo de afectação da parcela	Afectação permanente
	Tipo de Parcela	Sequeiro
	Estado da Parcela	Área de pasto
	Área da parcela (em ha)	11,18
	Tem culturas	Não
	Tem árvores	Sim
	Tem estruturas	Não
Detalhes da Parcela 2	Localização da parcela	Segmento aéreo da LT
	Tipo de afectação da parcela	Afectação temporária
	Tipo de Parcela	Baixa
	Estado da Parcela	Pousio
	Área da parcela (em ha)	4,19
	Tem culturas	Não
	Tem árvores	Não
	Tem estruturas	Não
AF0210		
Número de parcelas de terra registadas	1	
Detalhes da Parcela	Localização da parcela	Área da Central Solar
	Tipo de afectação da parcela	Afectação permanente
	Tipo de Parcela	Sequeiro
	Estado da Parcela	Cultivada
	Área da parcela (em ha)	5,58
	Tem culturas	Sim
	Tem árvores	Sim
	Tem estruturas	Sim



Figura 22: Parcelas de Terra registadas pelo AF0196 (Parcela 1 a esquerda e Parcela 2 à direita)



Figura 23: Área cultivada da parcela registada pelo AF0210

No que concerne a **culturas**, apenas o afectado 0210 registou culturas na sua parcela de terra. Dentre as culturas registadas encontram-se a abóbora, cana-de-açúcar, feijão bóer, feijão nhemba, mandioca, milho, tomate e chá de capim-limão (comumente conhecido como balacate).

Relativamente às **árvores**, ambos afectados registaram árvores nas suas parcelas. Sendo parte da sua actividade comercial, o AF0210 registou um número de árvores consideravelmente maior que o AF0196, conforme demonstra a tabela abaixo. Foi igualmente questionado a estes afectados, a quantidade de fruta colhida anualmente, destacando-se, para o AF0210, a manga e o cajueiro. A fruta colhida por este afectado é destinada à comercialização como parte da sua actividade económica.

Tabela 32: Árvores registadas pelos afectados

Árvores	AF0196		AF0210	
	# de árvores	Quantidade de fruta colhida por ano (kg)	# de árvores	Quantidade de fruta colhida por ano (kg)
Cajueiro	1	25	359	3.200
Coqueiro	-	-	38	80
Eucalipto	-	-	612	-
Laranjeira	-	-	40	110
Limoeiro	-	-	11	30
Litcheira	-	-	2	20
Mafurreira	-	-	32	25
Mangueira	-	-	223	10.000
Papaeira	-	-	4	1
Tangerineira	-	-	15	60
Bananeiras	-	-	4	-
Goiabeira	-	-	1	-
Casuarinas	-	-	30	-
TOTAL	1	25	1.371	13.526

No que diz respeito a **estruturas**, apenas o afectado 0210 registou estruturas, conforme os detalhes na tabela e figuras abaixo. Estas estruturas são actualmente usadas pelo trabalhador que desempenha as tarefas de guarda na parcela registada pelo afectado.

Tabela 33: Árvores registadas pelos afectados

Detalhes da Estrutura	Estrutura 1	Estrutura 2
Localização da estrutura	Área da Central Solar	Área da Central Solar
Tipo Estrutura	Abrigo de machamba	Latrina
Tipo de Construção	Melhorada	Tradicional
Estado geral da estrutura	Novo	Danificado
Dimensões - Comprimento:	6,0	1,5
Dimensões - Largura:	3,5	2,0
Dimensões - Altura:	3,0	1,8



Figura 24: Estruturas registadas pelo AF0210 (abrigo à direita e latrina à esquerda)

A criação de animais também fez parte do registo e mapeamento de bens. Embora não existam animais dentro das parcelas registadas na área do Projecto, ambos AFs declararam possuir animais. O AF0196, pela natureza da sua actividade económica, registou mais animais que o AF0210. Para o AF0196, a criação de gado bovino e caprino é o foco da sua actividade pecuária. Estes animais, assim como as estruturas de apoio à sua actividade pecuária, encontram-se em outras parcelas dentro dos 150 ha que este afectado detém e são fundamentalmente criados para a comercialização.

Tabela 34: Animais registadas pelos afectados

Tipos de animais	AF0196	AF0210
Pombos	18	-
Coelhos	2	-
Perus	2	-
Patos	13	-
Galinhas	20	12
Porcos	49	-
Bois	35	-
Cabritos	29	-
TOTAL	168	12

Para além das actividades desenvolvidas, tal como os restantes agregados familiares registados, estes afectados também declararam fazer uso de recursos naturais e florestais existentes na área do Projecto. A tabela abaixo resume os recursos usados e o tipo de uso que estes dois afectados fazem. No que diz respeito ao AF0210, este declarou vender os recursos que recolhe, sendo esta venda efectuada na sua própria parcela. Não foram, no entanto, avançados valores relativos ao rendimento proveniente destas vendas.

Tabela 35: *Uso de recursos naturais na área do Projecto*

Tipo de Recurso	AF0196	AF0210
Capim	Uso Familiar	Uso familiar e Venda
Estacas	Uso Familiar	Uso familiar e Venda
Carvão	-	Uso familiar e Venda
Plantas medicinais	Uso Familiar	Uso familiar e Venda

Tanto o AF0196 como AF0210, pela natureza da sua actividade comercial e empresarial, possuem um contingente de trabalhadores contratados para desenvolver diversas actividades nas parcelas nas quais estes operam.

Assim, o AF0196 declarou ter 8 trabalhadores que desempenham as seguintes funções:

- 2 agricultores que tratam das áreas de machamba;
- 2 pastores de gado bovino e caprino;
- 2 guardas;
- 1 cuidador de capoeira; e
- 1 cuidados de tanques piscícolas.

Alguns dos trabalhadores deste afectado usam as suas áreas em regime de empréstimo para a prática de agricultura. No entanto, nenhum destes trabalhadores correrá riscos de perda de emprego, uma vez que a actividade empresarial deste afectado é principalmente feita nos restantes hectares de terra que não são afectados pelo Projecto.

Relativamente ao AF0210, este declarou possuir 3 trabalhadores, nomeadamente, 1 guarda e 2 agricultores. Para este afectado, a continuidade da sua actividade e, por conseguinte, da manutenção destes trabalhadores estará dependente do processo de negociação que irá decorrer com o Projecto e das opções de alocação de terra para continuidade da sua actividade comercial.

ANEXOS

Anexo I – Questionário de Deslocação Económica

PROJECTO-PILOTO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA DO DONDO

QUESTIONÁRIO DE CENSO E INVENTÁRIO PATRIMONIAL – DESLOCAÇÃO ECONÓMICA

SECÇÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

[NOTA: SE O ENTREVISTADO NÃO FOR O CHEFE DE FAMÍLIA, ASSEGURAR QUE O ENTREVISTADO (1) PERTENCE AO AGREGADO E TEM MAIS QUE 18 ANOS DE IDADE; E QUE (2) TEM PLENO CONHECIMENTO DOS ASSUNTOS DA FAMÍLIA. CASO ISSO NÃO ACONTEÇA, NÃO CONTINUE A ENTREVISTA]

Número do cartão do censo

1. É o chefe do agregado familiar?

Sim (se sim, passa para 1.2)

Não (se não, abre a Janela para escrever o nome do Chefe do AF)

1.1. Nome do Chefe do agregado familiar _____

1.2. Nome do Entrevistado _____

1.3. Idade do Entrevistado _____

1.4. Número de contacto _____

1.5. Número do contacto alternativo _____

1.6. Tipo de documento de identificação

BI

Cédula

Cartão de eleitor

Outro _____

1.7. Número do documento de identificação _____

CASO O ENTREVISTADO NÃO SEJA O CHEFE DE FAMÍLIA:

1.8. Relação com o Chefe de Família:

Esposo (a)	<input type="checkbox"/>
Filho (a)	<input type="checkbox"/>
Irmão (ã)	<input type="checkbox"/>
Tio (a)	<input type="checkbox"/>

Sogro (a)
Outro _____

SECÇÃO 2 - IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO E LOCAL DE RESIDÊNCIA

- 2.1. Distrito/Município _____
- 2.2. Posto Administrativo _____
- 2.3. Localidade _____
- 2.4. Bairro _____
- 2.5. Nome do Chefe do Bairro/ de 10 casas _____

2.6. De quantos membros é composto o agregado familiar? _____

Composição do Agregado familiar (incluir todas as pessoas que habitualmente dormem e comem sob o mesmo tecto, mesmo que temporariamente ausentes).

#	2.6.1. Nome	2.6.2. Género 1. Masculino 2. Feminino	2.6.3. Posição familiar 1. Chefe de família 2. Esposa(o) do CF 3. Filho(a) 4. Tio (a) 5. Irmão / irmã 6. Primo(a) 7. Cunhado(a) 8. Sogro(a) 9. Avô / avó 10. Outro (especificar)	2.6.4. Idade	2.6.5. Estado civil 1. Casado 2. União de facto 3. Solteiro 4. Divorciado 5. Viúvo	2.6.6. Ocupação principal 1. Vai à escola 2. Em idade escolar, mas não vai à escola (6 aos 18 anos) 3. Agricultor 4. Pescador 5. Artesão 6. Trabalhador assalariado 7. Comerciante 8. Outro (especificar)	2.6.7. Pessoa vulnerável 1. Sim 2. Não	2.6.8. Tipo de vulnerabilidade 1. Deficiência física 2. Deficiência mental 3. Pessoa socialmente desfavorecida (p.e. albinos) 4. Mãe solteira 5. Viúva 6. Mulher chefe de família 7. Criança órfã 8. Criança chefe de família 9. Pessoa idosa (acima dos 60 anos de idade) 10. Pessoa com doença crónica/incapacitante 11. Outra (especificar)	2.6.9. Nível Educativo 1. Nenhum 2. Frequência EP 3. Concluiu EP 4. Frequência E. Secundário 5. Concluiu E. Secundário 6. Frequência ensino superior
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									

2.7. A casa em que a família reside é:

- Propriedade do chefe de família
- Propriedade de outro membro da família
- Casa alugada
- Outra (especificar) _____

- 2.8. A casa é:**
- Residência temporária
 - Residência permanente

- 2.9. O Tipo da casa é:**
- Construção tradicional
 - Construção moderna (alvenaria)
 - Construção mista

2.10. Há quanto tempo a família reside neste local?

- Há menos de 1 ano
- Entre 1 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Há mais de 10 anos

2.11. No caso de famílias residentes na área há menos de 5 anos - Onde residiam antes de se fixarem na área?

2.12. Por que motivo escolheram fixar-se aqui?

SECÇÃO 3 - ACTIVIDADE ECONÓMICA – AGRICULTURA

3.1. O agregado familiar tem machamba(s) dentro da área do Projecto?

- Sim
Não (passa para 3.8)

3.2. Que tipos de machamba (s) tem?

- De sequeiro
Nas baixas (hortas)
Ambas

3.3. Número de machambas:

De sequeiro _____
Nas baixas _____
Total _____

[AQUI COMEÇA O REGISTO DAS MACHAMBAS DENTRO DA ÁREA DO PROJECTO.](#)

3.4. Identificação das machambas

[Detalhes da machamba 01/02/03](#)

3.4.1. Tipo da machamba ____

- De sequeiro
Nas baixas (hortas)

3.4.2. Estado da machamba ____

- Cultivada
Pousio

3.4.3. Área da Machamba ____

3.4.4. Distância aproximada de casa a ____ (km) _____

3.4.5. Meio de deslocação para ____

- A pé
- De bicicleta
- De motorizada
- De carro
- De chapa
- De táxi
- Outro

3.4.6. Tempo de deslocação para ____ (em minutos) _____

3.4.7. Culturas que tem na ____

- Abóbora
- Alface
- Algodão
- Amendoim
- Ananás
- Arroz
- Batata Reno
- Batata-Doce
- Cana de Açúcar
- Cebola
- Cenoura
- Couve
- Feijão Bóer
- Feijão Jugo
- Feijão Manteiga
- Feijão Nhemba
- Mandioca
- Mapira
- Melancia
- Melão
- Mexoeira
- Milho
- Pepino
- Repolho
- Tabaco
- Tomate
- Outro

3.4.8. Faça a foto a da ____: _____

3.5. A quem pertence a ____?

- Ao chefe do agregado familiar

- A outro membro do agregado familiar
- Alugada
- Emprestada
- Outro (especificar) _____

3.5.1. Nome do proprietário da ____:

3.5.2. Contacto do proprietário

3.5.3. Contacto alternativo do proprietário

3.5.4. Tem cartão de censo?

Sim

Não

Não sabe

3.5.5. Nº do cartão do censo da ____:

3.6. Tem alguma estrutura nesta machamba?

Sim

Não (passa para 3.7)

3.6.1. Tipo de estrutura:

Poço

Abrigo

Vedação

Armação para secagem de culturas

Latrina

Outro 1

Outro 2

Outro 3

[Detalhes de cada estrutura](#)

3.6.2. Tipo de Construção

- Tradicional
Melhorada
Convencional

3.6.3. Estado Geral

- Novo
Danificado
Velho

3.6.4. Dimensões (em metros)

3.6.4.1. Comprimento _____

3.6.4.2. Largura _____

3.6.4.3. Altura _____

3.6.5. Coordenadas de GPS _____

3.6.6. Foto da estrutura _____

3.6.7. Nome do proprietário caso não seja o Chefe do AF _____

3.6.8. Contacto do proprietário caso não seja o Chefe do AF _____

Repetir para todas as estruturas indicadas. E acabar com o registo das estruturas.

3.7. O agregado familiar alguma árvore de fruta?

- Sim
Não (passa para 3.8)

3.7.1. Registe as árvores de fruta

- Abacateira
Amendoeira
Ateira
Bananeira
Cajueiro
Coqueiro
Goiabeira
Jambaloeira
Laranjeira
Limoeiro

- Maçanqueira
- Mangueira
- Massala
- Papaeira
- Tangerineira
- Outra 1 (especificar) _____
- Outra 2 (especificar) _____

Detalhes de cada tipo de árvore

3.7.2. Quantas árvores tem?

3.7.3. Quantidade de fruta que colhe por ano?

3.7.4. Foto da árvore _____

ACABA O REGISTO DA MACHAMBA 01. Começa o registo da machamba 02, E POR AÍ EM DIANTE.

Acaba o registo das machambas dentro da área do projecto.

3.8. Além das machambas registadas dentro da área do projecto, o agregado familiar tem mais alguma machamba que esteja fora da área do projecto?

- Sim
- Não (passa para Secção 4)

- 3.8.1. Quantas machambas tem? _____
- 3.8.2. Distância aproximada de casa (km) _____
- 3.8.3. Meio de deslocação _____

3.9. A família produziu comida suficiente para a sua alimentação nos últimos meses?

- Sim
- Não (passa para Secção 4)

3.9.1. Se não, porquê?

- Seca
- Roedores/insectos/pragas
- Queimada
- Não tem terra suficiente
- Falta de braços para trabalhar na machamba
- Outro motivo (especificar) _____

3.9.2. O que faz a família quando a produção de alimentos é insuficiente?

- Reduz o número de refeições diárias
- Vende animais/ou outros produtos e bens
- Alguns membros vão trabalhar para outras famílias
- Depende de ajuda de outros parentes
- Recorre à ajuda de vizinhos
- Outra (especificar) _____

3.9.3. Quais os meses do ano em que a produção não é suficiente?

- Janeiro
- Fevereiro
- Março
- Abril
- Maió
- Junho
- Julho
- Agosto
- Setembro
- Outubro
- Novembro
- Dezembro

SECÇÃO 4 - ACTIVIDADE ECONÓMICA – ANIMAIS DOMÉSTICOS/PECUÁRIA

4.1. Faz criação de animais dentro da área do projecto?

- Sim
 Não (passa para Secção 5)

4.2. Em caso afirmativo, registo do efectivo animal:

4.3. Quantidade

Tipo de animal	Quantidade
Galinhas	
Patos	
Perus	
Cabritos	
Bois	
Porcos	
Outro (especificar)	
Outro (especificar)	

SECÇÃO 5 – ACTIVIDADE ECONÓMICA - RECOLECÇÃO

5.1. O agregado recolhe algum recurso na área do Projecto?

- Sim
 Não (passa para Secção 6)

5.1.1. Que recursos o agregado familiar recolhe dentro da área do Projecto?

5.1.2. Finalidade

Tipo de Recurso	Finalidade		
	Uso familiar	Venda	Ambos
Estacas			
Capim			

Folhas de palmeira			
Mel			
Plantas medicinais			
Caça			
Carvão			
Outro (especificar)			

SECÇÃO 6 – ACTIVIDADE ECONÓMICA - COMÉRCIO

6.1. O agregado familiar exerce alguma actividade comercial dentro da área do projecto?

- Sim
 Não (passa para Secção 7)

6.2. Em que tipo de instalação exerce a actividade?

- Nenhuma (vendedor ambulante) (passa para 6.5)
 Banca móvel (passa para 6.5)
 Banca fixa

6.3.1. Registou a banca em alguma das machambas acima registadas?

- Sim (passa para 6.5)
 Não (passa para 6.3.2)

6.3.2. Tem quantas bancas que não foram registadas?

[Inicia o registo da Banca 01](#)

6.4. Registrar as bancas

6.4.1. Número da banca _____

6.4.2. Coordenadas de GPS _____

6.4.3. Foto da Banca _____

6.5. Rendimento médio mensal proveniente da (s) banca (s) (MZN) _____

6.6. Como obtém os produtos para a venda?

- Produção própria
 Adquire para a venda

Outro (especificar) _____

6.7. Caso compre os produtos para a venda, onde os compra? _____

SECÇÃO 7 – CAMPAS E CEMITÉRIOS FAMILIARES

7. Perguntas sobre campas

7.1. A família possui alguma campa no interior da área do projecto?

- Sim
Não (passa para 7.3)

7.1.1. Quantas campas possui dentro da área do Projecto? _____

7.2. Registo

7.2.1. Número da campa

7.2.2. Idade da campa

- Antiga
Recente

7.2.3. Visível

- Sim
Não

7.2.4. Coordenadas GPS

7.2.5. Foto da Campa

7.3. A família tem algum cemitério familiar no interior da área do projecto?

- Sim
Não (passa para Secção 8)

7.3.1. Quantos cemitérios estão dentro da área do Projecto?

7.4. Registo

7.4.1. Número do cemitério

7.4.2. Idade do cemitério

- Antiga
Recente
Misto

7.4.3. Número de campas que tem no cemitério

7.4.4. Área da Cemitério

7.4.5. Foto do cemitério _____

SECÇÃO 8 – OUTRAS ESTRUTURAS

8. Outras estruturas

8.1. A família possui alguma outra estrutura que ainda não foi mencionada, dentro da área do projecto?

- Sim
Não (passar para Secção 9)

8.1.1. Quantas estruturas possui que ainda não foi mencionada, dentro da área do Projecto.

8.2. Inicia o registo de cada estrutura

8.2.1. Número da estrutura _____

8.2.2. Tipo de estrutura _____

8.2.3. Condição geral da estrutura:

- Novo

Danificado

Velho

8.2.4. Dimensões (em metros)

8.2.4.1. Comprimento _____

8.2.4.2. Largura _____

8.2.4.3. Altura _____

8.2.5. A quem pertence a 01?

8.2.6. Nome do Proprietário. _____

8.2.7. Contacto do Proprietário _____

8.2.7.1. Contacto alternativo do proprietário

8.2.8. Coordenadas de GPS _____

8.2.9. Foto da estrutura _____

[Acaba o registo da estrutura](#)

SECÇÃO 9 – OUTRAS ÁRVORES

9. Outras Árvores

9.1. A família possui alguma árvore que ainda não foi mencionada, dentro da área do Projecto?

Sim

Não (passar para Assinaturas)

9.2. Registe as árvores de fruta que tem:

Abacateira

Amendoeira

Ateira

Bananeira

Cajueiro

Coqueiro

Goiabeira

Jambaloeira

Laranjeira

Limoeiro

Maçanqueira

- Mangueira
- Massala
- Papaeira
- Tangerineira
- Outra 1 (especificar) _____
- Outra 2 (especificar) _____

9.3. Registo das outras árvores

9.3.1. Quantas árvores tem

9.3.2. Quantidade de fruta que colhe por ano

9.3.3. Foto da árvore _____

Acaba o registo das outras árvores

Perguntas de controle:

Foi tirada uma foto do entrevistado com o cartão de registo de interesse económico? Nº da foto _____

Foi tirada uma foto do entrevistado assinando o inquérito? Nº da foto _____

Questionário verificado pelo supervisor

Recenseado: Assinatura ou impressão digital



Inquiridor: Nome _____

Inquiridor: Assinatura ou impressão digital



Testemunha: Nome

Testemunha: Assinatura ou impressão digital



Data ____/____/20____

Anexo II – Inquérito Simplificado de Rendimento Familiar

INDICAR AS ACTIVIDADES DE RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR

Nº de Cartão _____

	Das actividades de rendimento abaixo listadas quais são aquelas que pelo menos uma pessoa que pertence a este AF terá realizado nos últimos 12 meses?	Realizaram esta actividade últimos 12 meses? 1= Sim 2= Não	Quem? 1= Homens 2= Mulheres 3= Todos	Esta actividade é realizada durante todo o ano? 1= Durante todo ano 2= Ocasionalmente 3= Só numa parte do ano	Qual o valor que consegue por ano com a venda (em Meticais)?
1	Venda de culturas alimentares (milho, mapira, amendoim, feijões...)				
2	Venda de culturas de rendimento (gergelim, f.boer, tabaco, soja...)				
3	Venda de fruta				
4	Venda de animais (galinha, cabrito...)				
5	Venda de gado bovino				
6	Fabrico e venda de bebida tradicional				
7	Compra e revenda de produtos (banca fixa, comércio ambulante)				
8	Fabrico e venda de produtos alimentares (pão, bolinhos, comida...)				
9	Produção e venda de artesanato (esteiras, chapéus, artigos de barro)				
10	Venda de plantas medicinais				
11	Produção e venda de mel				
12	Venda de madeira/estacas/caniço				
13	Produção e venda de carvão e/ou lenha				
14	Produção e venda de blocos de adobe (argila)				
15	Produção e venda de pedra de construção				
16	Transporte de passageiros e mercadorias e/ou aluguer de transporte				
17	Trabalho especializado (carpinteiro, pedreiro, pintor, canalizador, etc.)				

18	Pesca com barco/rede próprio				
19	Pesca como tripulante / rede de outra pessoa				
20	Trabalho temporário p/ outros (ganho-ganho no comércio, machamba...)				
21	Trabalho permanente para outros (governo distrito/município, privados)				
22	Remessas de dinheiro de familiares a trabalhar fora do distrito				
23	Outra actividade. Qual?				

Anexo III – Formulário de Consentimento Informado

Formulário de Consentimento Informado **Projecto-Piloto Da Central Fotovoltaica No Município De Dondo** **Outubro, 2020**

Formulário de consentimento para a realização do Censo e Inventário Patrimonial aos agregados familiares bens na área de implementação do Projecto.

Bom dia/Boa tarde,

Meu nome é _____ e estou a entrevistar os agregados familiares que serão afectados pela implementação do **Projecto-Piloto da Central Fotovoltaica do Dondo**. Estamos assim a entrevistar os chefes dos agregados familiares ou seus representantes para compreender a situação económica e social das famílias, assim como as possíveis deslocações económicas, resultantes da implementação do projecto.

Esta pesquisa irá ajudar elaborar um Plano de Compensação e de Restauração dos Meios de Subsistência para mitigar os efeitos dos impactos do Projecto.

Objectivos da pesquisa:

- **Registar todos os agregados familiares e bens existentes na área de implementação do Projecto.**

Para o registo, ser-lhe-á entregue um Cartão com um número de identificação do agregado familiar. Este cartão é correspondente à identificação do agregado familiar perante o Projecto e, por isso, deve guardá-lo em boas condições e apresentar o cartão em todos os encontros e actividades referentes ao Projecto.

Depois de efectuado o registo, todos os agregados familiares receberão um resumo dos seus bens registados. Este será devidamente explicado e assinado por todas as partes envolvidas no processo.

Confidencialidade:

Todas as respostas e sugestões que nos der serão guardadas confidencialmente. As informações recolhidas na sua entrevista não serão visualizadas por ninguém a não ser por mim (o/a inquiridor/a). As notas registadas vão ser guardadas num ficheiro ao qual apenas terão acesso os membros da equipa de coordenação do estudo. Todos os documentos serão guardados confidencialmente e não será divulgado a ninguém a não ser à equipa que fizer a análise dos dados e ao Proponente do Projecto.

Direito de recusar e de se retirar:

A participação nesta pesquisa é voluntária. Se não desejar responder a alguma pergunta, basta informar-nos e nós passaremos para outra pergunta. Também pode interromper a entrevista a qualquer momento, sem qualquer consequência. Basta informar-me e nós paramos a entrevista.

Contudo, é importante ressaltar que esta entrevista visa salvaguardar os direitos dos agregados familiares que serão afectados pelo Projecto.

Quem deve contactar:

Se desejar obter qualquer informação sobre a pesquisa ou sobre os resultados, pode contactar a qualquer momento o Sr. Gil Vilanculos – a pessoa responsável por este Projecto por parte da EDM.

Caso tenha alguma dúvida ou reclamação sobre a forma como o inquérito foi aplicado, por favor entre em contacto com um dos Assistentes de Campo ou com o Supervisor, que se encontram diariamente no terreno.

Consentimento: Entendi a explicação contida neste formulário que me foi lido e explicado. Tive a oportunidade de fazer perguntas e recebi respostas satisfatórias.

Está de acordo com o que foi acima explicado?

[Em caso afirmativo]: Por favor assina abaixo:

Concordo em participar nesta pesquisa e recebi uma cópia deste formulário de consentimento. A minha participação nesta pesquisa é voluntária e estou ciente de que não recebo nenhuma remuneração pela minha participação nesta pesquisa.

Cartão de Registo atribuído a este Agregado Familiar

Nome e assinatura (impressão do polegar) do Entrevistado:

Nome e assinatura do Inquiridor:

Nome e assinatura da Testemunha (Guia Comunitário):

Anexo IV – Lista de AFs registados no Censo

AF	Nome CF	Nova afectação	Nome entrevistado	Idade entrevistado	contacto_1	contacto_2	Documento identificação	relacao_com_Chef_AF	PC_6testemunha
0001	Alberto Sangulane Candieiro	AF com afectação "Permanente"	Alberto Sangulane Candieiro	55	844028301	845390441	BI	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0002	Lucas Armando	AF com afectação "Permanente"	Quizita Saule Guente	52	852278585	847748138	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando António
0003	Laurinda Charles Alberto	AF com afectação "Permanente"	Laurinda Charles Alberto	41	845824371	848952975	BI	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0004	João José Mafunga	AF com afectação "Permanente"	Marta Florindo	20	850143320		Cédula	Esposo (a)	António Viano Romão
0005	Fátima Jone Candema	AF com afectação "Permanente"	Fátima Jone Candema	50	840143320		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0006	Caetano Marques Alberto	AF com afectação "Permanente"	Helena Hibraimo	41	844311064	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando António
0007	Tomé Francisco	AF com afectação "Permanente"	Fátima Amisse	26	847382512		Nenhum	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0008	Tiago Debazo	AF com afectação "Permanente"	Tiago Debazo	39	844474048	866006870	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0009	Joana Canha	AF com afectação "Permanente"	Joana Canha	48	847382512		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0011	Felizardo Moisés	AF com afectação "Permanente"	Cacilda Miao	35	861733349	842376815	BI	Esposo (a)	Fernando António
0012	Artur Silva	AF com afectação "Permanente"	Artur Silva	54	844679691	849322139	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0013	Fernando Lufiande	AF com afectação "Permanente"	Fernando Lufiande	60	847527726		Nenhum	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0014	Respeito Vilanculos	AF com afectação "Permanente"	Respeito Vilanculos	35	845720749	841424252	BI	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0016	Hermínio Monteiro	AF com afectação "Permanente"	Rosita Imbraimo	45	841150068	855434069	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando António
0017	Florindo Ordem	AF com afectação "Permanente"	Florindo Ordem	57	840339594		BI	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0018	Alberto Martins	AF com afectação "Permanente"	Teresa Marove	36	844474048		Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Viano Romão
0019	Bernardo Naine	AF com afectação "Permanente"	Chica Domingos	50	848684528		Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Viano Romão
0020	Francisco Baptista	AF com afectação "Permanente"	Fátima Camisa	41	848684528		Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Viano Romão
0021	Lucas Víctor	AF com afectação "Permanente"	Lúcia Florindo	24	840000000	845716639	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0029	Guidione Luís Chiziane	AF com afectação "Permanente"	Guidione Luís Chiziane	49	842160451		BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0023	Angélica Orlando Francisco	AF com afectação "Permanente"	Angélica Orlando Francisco	21	840000000	840000000	Nenhum	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0024	Fátima António Donquene	AF com afectação "Permanente"	Fátima António Donquene	37	840000000		Nenhum	Chefe do Agregado Familiar	
0025	Belito Loganivo Rocha	AF com afectação "Permanente"	Gilberta Marcelino Rocha	31	840000000	863990671	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0026	Mastra Manuel Nota	AF com afectação "Permanente"	Domingas Rui Chale	24	848933065		BI	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0027	Ivaristo Carlos Inácio	AF com afectação "Permanente"	Pascoa Jone Candema	25	845711652		Cédula	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0028	Ivo Florindo Ordem	AF com afectação "Permanente"	Joana Cornel Luís	25	840000000	855250278	Cédula	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0052	Tomás Domingo	AF com afectação "Permanente"	Maria Luís Marcelina	25	840522376	843816666	BI	Esposo (a)	António Viano Romão
0030	Mateus Zeca Alfandega	AF com afectação "Permanente"	Rosa Francisco Azevedo	45	846252036		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0031	Nguita Domingos Capece	AF com afectação "Permanente"	Nguita Domingos Capece	70	846252036		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0032	Gerito Manuel Mavenda	AF com afectação "Permanente"	Gerito Manuel Mavenda	48	847126760		BI	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0034	Álvaro Jasse Cipriano	AF com afectação "Permanente"	Álvaro Jasse Cipriano	45	843922165		BI	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0035	Sebastião João	AF com afectação "Permanente"	Antónia José	22	848798189		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0036	Ester Vicente	AF com afectação "Permanente"	Ester Vicente	45	840000000		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0037	Alemão Alberto Samuel	AF com afectação "Permanente"	Alemão Alberto Samuel	39	844803100	824045852	BI	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0038	João Aly Ntombre	AF com afectação "Permanente"	Lúcio João Aly	28	843902266	867311090	Cartão de eleitor	Filho (a)	António Viano Romão
0039	Aníbal Júlio António Mabote	AF com afectação "Permanente"	Artur Silva	54	844679691	845821611	Cartão de eleitor	Primo (a)	António Viano Romão
0040	Manuel José Sozinho Pereira	AF com afectação "Permanente"	Abília Felicidade Aminosse	41	825456320	845211079	BI	Esposo (a)	António Viano Romão
0044	Júlio Ventura	AF com afectação "Permanente"	Margarida João	35	852415363	865352336	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene

AF	Nome CF	Nova afectação	Nome entrevistado	Idade entrevistado	contacto_1	contacto_2	Documento identificação	relacao_com_Chef_AF	PC_6testemunha
0045	António Romão	AF com afectação "Permanente"	Deolinda João	44	842919647	860000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene
0046	Fernando António	AF com afectação "Permanente"	Laurinda Noite	64	850000000	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene
0049	Horácio João	AF com afectação "Permanente"	Horácio João	27	846860412		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0050	Pascoa Candazua	AF com afectação "Permanente"	Pascoa Candazua	81	825212006	842766122	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0051	Fernando Chibante Amilai	AF com afectação "Permanente"	Maria Amélia António	45	842766122	844081813	BI	Esposo (a)	António Viano Romão
0304	Jorge Joaquim	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Domingas Joaquim Companhia	53	840161516	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Maria Amélia António
0053	Paulo Zeca	AF com afectação "Permanente"	Regina Fulay	22	846252036		Nenhum	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0054	Orlando Fato	AF com afectação "Permanente"	Antónia Rosse	35	845908006	825908006	BI	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0055	Jordão Tebuca	AF com afectação "Permanente"	Albertina Joaquim	38	848693179	878099109	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0056	Anastancia Marcelino	AF com afectação "Permanente"	Anastancia Marcelino	32	840440014	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0058	Angelina António	AF com afectação "Permanente"	Angelina António	43	840000000	860000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0059	Margarida Francisco Niva	AF com afectação "Permanente"	Margarida Francisco Niva	52	855116111		BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0060	Sara Romão Bulaunde	AF com afectação "Permanente"	Sara Romão Bulaunde	30	846004504		Cédula	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0061	Mariana Francisco Niva	AF com afectação "Permanente"	Mariana Francisco Niva	58	855996257		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0359	Armando Fernando Semo	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Armando Fernando Semo	33	842319924	840000000	BI	Chefe do Agregado Familiar	Maria Amélia António
0063	Tima Pedro Matope	AF com afectação "Permanente"	Tima Pedro Matope	34	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0064	João José Nota	AF com afectação "Permanente"	João José Nota	20	840000000	844388616	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0065	Benedito José Nota	AF com afectação "Permanente"	Benedito José Nota	31	842014033	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0066	Felício António Luís	AF com afectação "Permanente"	Julieta José João Mafunga	19	866105388	840000000	BI	Esposo (a)	António Viano Romão
0067	Gina José	AF com afectação "Permanente"	João José Nota	37	852133174	840000000	Cartão de eleitor	Filho (a)	António Viano Romão
0069	Carlitos Fernandos	AF com afectação "Permanente"	Berta Vitorino	35	850000000	840000008	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene
0070	Boaventura Marques Botão	AF com afectação "Permanente"	Lucrecia Xavier	40	855091024	850000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene
0071	Inoque Araújo	AF com afectação "Permanente"	Sofia Zeca	20	846506656		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0072	António Vicente	AF com afectação "Permanente"	Tina Cipriano	26	849097359		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0073	Fernando Chico	AF com afectação "Permanente"	Fineja Jasse	19	855639836	840000000	Cédula	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0076	Costa Amade Muala	AF com afectação "Permanente"	Maria Inácio P. Tambo	60	840000000	846893329	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene
0078	Luís César	AF com afectação "Permanente"	Amélia Ramos Boane	56	861113372		Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Viano Romão
0079	Ndanengua Luís	AF com afectação "Permanente"	Ndanengua Luís	69	846990712	848959383	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0081	José Chico	AF com afectação "Permanente"	Laura Monijo Jo	37	842636895		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0082	Francisco José	AF com afectação "Permanente"	Virgínia Francisco	24	855116111		Cartão de eleitor	Filho (a)	Pedro Jaime Maconha
0083	Inês António Miguel	AF com afectação "Permanente"	Inês António Miguel	52	842449848		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Júlio Ventura Jequecene
0084	Linda Jemusse Zambo	AF com afectação "Permanente"	Linda Jemusse Zambo	70	846466579	840000000	BI	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0086	Nora Fazenda	AF com afectação "Permanente"	Nora Fazenda	43	863063933		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0089	Esperança Ambewane	AF com afectação "Permanente"	Esperança Ambewane	37	844134850	855284471	BI	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0090	Elisa Albino	AF com afectação "Permanente"	Elisa Albino	38	846895518		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0091	Januário Vilanculos	AF com afectação "Permanente"	Domingas Luís	24	848615986	849251667	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0092	Manuel Massiamboca	AF com afectação "Permanente"	Manuel Massiamboca	78	852569500		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0093	Fernando Andela	AF com afectação "Permanente"	Fernando Andela	42	840522276	840522376	Nenhum	Chefe do Agregado Familiar	Por assinar
0094	João Banito Alberto	AF com afectação "Permanente"	Maria António	20	847294690		Nenhum	Esposo (a)	António Viano Romão
0095	Cecilia Manuel António	AF com afectação "Permanente"	Cecilia Manuel António	72	846240435		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando

AF	Nome CF	Nova afectação	Nome entrevistado	Idade entrevistado	contacto_1	contacto_2	Documento identificação	relacao_com_Chef_AF	PC_6testemunha
0096	Manhiça João Jone	AF com afectação "Permanente"	Aida Chataica Fundice	40	847993915		Espera BI	Esposo (a)	António Fernando
0097	Ana Luís Mussa	AF com afectação "Permanente"	Ana Luís Mussa	54	843997435		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0098	Chataica Fundice	AF com afectação "Permanente"	Isabel Fundice	50	842656370	842160396	BI	Filho (a)	Domingos Fombe
0099	António Jone	AF com afectação "Permanente"	Isabel Fundice	50	842656370	844135646	BI	Esposo (a)	Domingos Fombe
0100	Quisito Da Silva	AF com afectação "Permanente"	Quisito Da Silva	26	843764761	872290039	BI	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0101	Marcos Hilário	AF com afectação "Permanente"	Marcos Hilário	33	841335496	850000000	Cédula	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0102	Armando Colaço	AF com afectação "Permanente"	Armando Colaço	72	840000000	850000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0103	Anita César	AF com afectação "Permanente"	Anita César	37	845472602	850000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0110	Tomás Simbe Nhatua	AF com afectação "Permanente"	Rasca Fernando Arnanca	47	848911246	848170256	Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Viano Romão
0111	Victoria José Ficial	AF com afectação "Permanente"	Victoria José Ficial	57	847033172	846165868	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Júlio Ventura Jequecene
0113	António Manuel Boavida	AF com afectação "Permanente"	António Manuel Boavida	83	840000000	844028301	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0114	Luísa Juma Canhoca	AF com afectação "Permanente"	Luísa Juma Canhoca	77	855542541	847568475	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0115	Luís António Gundana	AF com afectação "Permanente"	Roce Ernesto Tinga Gundana	45	845717689	867567888	BI	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene
0116	Maria Jemusse Ncuenda	AF com afectação "Permanente"	Maria Jemusse Ncuenda	78	874167272		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0117	José Elias Chiboa E	AF com afectação "Permanente"	Rosa Luís Chibante	48	846187086		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0118	Flora Artur	AF com afectação "Permanente"	Flora Artur	70	840000000		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0119	Carlito Armando	AF com afectação "Permanente"	Adelina Costa Mussalama	24	840000000	842269383	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene
0120	Helena Maria Bonde	AF com afectação "Permanente"	Helena Maria Bonde	42	840000000	846497935	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Júlio Ventura Jequecene
0121	Costa Mussalama	AF com afectação "Permanente"	Isabel Inácio Paiva	46	840000000	855616344	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Júlio Ventura Jequecene
0124	Manuel Jone Tembo	AF com afectação "Permanente"	Manuel Jone Tembo	60	840000000		Nenhum	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0125	Luísa Elias Matsinhe	AF com afectação "Permanente"	Luísa Elias Matsinhe	66	844942014		BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0126	Dolis Donate Manjor	AF com afectação "Permanente"	Dolis Donate Manjor	26	844101952		BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0127	Lurdes José Sandrame	AF com afectação "Permanente"	Lurdes José Sandrame	40	849082782		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0128	Alexandre Wiliamo	AF com afectação "Permanente"	Alexandre Wiliamo	51	840000000		BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0129	Zuca Tangata	AF com afectação "Permanente"	Zuca Tangata	71	852258330		BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0130	César Cebola	AF com afectação "Permanente"	César Cebola	60	844292803		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0131	João Lampião	AF com afectação "Permanente"	João Lampião	58	850191264		BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0132	Usa Da Silva	AF com afectação "Permanente"	Usa Da Silva	26	841804610	850000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0133	Isabel Brissimo Bande	AF com afectação "Permanente"	Isabel Brissimo Bande	52	852495492		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0134	Esta Sitole	AF com afectação "Permanente"	Esta Sitole	58	847307396	850000000	BI	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0135	Linda Maulane Januário	AF com afectação "Permanente"	Linda Maulane Januário	59	849098319		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0136	José Sandrame	AF com afectação "Permanente"	José Sandrame	63	849082782		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0137	Beatriz Paulino Torres	AF com afectação "Permanente"	Beatriz Paulino Torres	54	848477963		BI	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0138	Onésia Abílio	AF com afectação "Permanente"	Onésia Abílio	30	852440267	867565284	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0139	Catarina Nhagande	AF com afectação "Permanente"	Catarina Nhagande	57	845111150		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0140	Carlos Muavanhane	AF com afectação "Permanente"	Marta Augusto Machava	52	847258279		BI	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0141	Sebastião Joaquim Pondozaú	AF com afectação "Permanente"	Sebastião Joaquim Pondozaú	39	848345037	871962825	BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0142	Teresinha Mineses Arota	AF com afectação "Permanente"	Teresinha Mineses Arota	66	845203300		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0143	Rafael Jone Cardoso	AF com afectação "Permanente"	Suzana Jone	48	849035835		Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Viano Romão
0146	Jorge Blaunde	AF com afectação "Permanente"	Jorge Blaunde	47	852495492		Nenhum	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0147	Maria Nteia	AF com afectação "Permanente"	Maria Nteia	51	852420434	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe

AF	Nome CF	Nova afectação	Nome entrevistado	Idade entrevistado	contacto_1	contacto_2	Documento identificação	relacao_com_Chef_AF	PC_6testemunha
0148	Maria Guente	AF com afectação "Permanente"	Maria Guente	53	852420434	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0150	Jocene Castigo	AF com afectação "Permanente"	Jocene Castigo	68	840000000		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0151	Amos Abreu	AF com afectação "Permanente"	Amos Abreu	23	863063933	840000000	BI	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0153	Ivo Pedro	AF com afectação "Permanente"	Ana Castigo	45	840000000	848932551	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando António
0154	Omardine Júlio	AF com afectação "Permanente"	Joana Marro	42	840000000	847173886	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando António
0155	Bernardo Francisco	AF com afectação "Permanente"	Leta Arnaldo	32	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando António
0157	Ana Ceramica	AF com afectação "Permanente"	Ana Ceramica	45	852852559		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0158	António Faustino	AF com afectação "Permanente"	Regina Banito	27	855328665		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0159	Joana Nhampoca	AF com afectação "Permanente"	Joana Nhampoca	59	842015977		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0160	Jeremias Tomossene	AF com afectação "Permanente"	Rosa João	43	848415440		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0161	Domingos Wate	AF com afectação "Permanente"	Domingos Wate	69	845128372		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0162	Joaquim Jaime	AF com afectação "Permanente"	Rabeca Joaquim	26	846652506		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0163	Gonçalves José Joaquim Simbe	AF com afectação "Permanente"	Maria João Chaumar	23	852852559		Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Fernando
0269	Dias Alfandega Dias	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Graca Eugenio Luís	36	844910151	840000000	BI	Esposo (a)	Maria Amélia António
0165	Alberto Mendes	AF com afectação "Permanente"	Aster Manuel Simbe	28	855767849		Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Fernando
0169	Domingos Torres	AF com afectação "Permanente"	Imaculada Alberto	36	848477963	848289246	BI	Esposo (a)	Domingos Fombe
0170	Antónia Nhamizinga	AF com afectação "Permanente"	Antónia Nhamizinga	54	846828358	850000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0171	Sara Domingos	AF com afectação "Permanente"	Sara Domingos	29	846820358	848660252	BI	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0172	Salvador Francisco	AF com afectação "Permanente"	Salvador Francisco	23	872271103	850000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0173	Simba Charles	AF com afectação "Permanente"	Simba Charles	34	842320549	866117371	BI	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0174	José Nota	AF com afectação "Permanente"	Tonica Sebo	52	850000000	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Domingos Fombe
0178	Rainha Joaquim Rice	AF com afectação "Permanente"	Rainha Joaquim Rice	36	840000000	840000000	Nenhum	Chefe do Agregado Familiar	Júlio Ventura Jequecene
0179	Júlio Ventura Jequecene	AF com afectação "Permanente"	Júlio Ventura Jequecene	37	852415363	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Júlio Ventura Jequecene
0181	Francisco Chivale	AF com afectação "Permanente"	Amélia Mungueze	60	846852722		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0182	Luís Pouvo	AF com afectação "Permanente"	Luís Pouvo	44	845492839		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0183	Manuel Sulmade	AF com afectação "Permanente"	Manuel Sulmade	63	847463703		BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0184	Inês Jocene	AF com afectação "Permanente"	Inês Jocene	66	869764058		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0185	Chano Machado	AF com afectação "Permanente"	Isaque Maia	26	848272367	842190127	BI	Filho (a)	Fernando António
0186	João Mule Birrisao	AF com afectação "Permanente"	João Mule Birrisao	60	843801226		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0187	Gonçalves Domingos	AF com afectação "Permanente"	Gonçalves Domingos	23	845051960	844302141	BI	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Fombe
0188	Domingos Fombe	AF com afectação "Permanente"	José Domingos	19	849592598	850000000	Cédula	Filho (a)	Domingos Fombe
0190	Julieta Luís	AF com afectação "Permanente"	Julieta Luís	66	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Júlio Ventura Jequecene
0192	Aurélio	AF com afectação "Permanente"	Gilberta Marcelino	33	840000000	840000000	Nenhum	Vizinho (a)	António Viano Romão
0198	Pascual Nhavotso	AF com afectação "Permanente"	Pascual Nhavotso	60	849403352	825159870	BI	Chefe do Agregado Familiar	António Viano Romão
0205	Jacinto Tomo	AF com afectação "Permanente"	Jacinto Tomo	32	852637558	846711965	BI	Chefe do Agregado Familiar	Fernando António
0211	Helton Fernando De Sousa	AF com afectação "Permanente"	Ruth Mugoto	38	825011111	845000504	BI	Esposo (a)	António Viano Romão
0216	Rabeca Jaime Faera	AF com afectação "Permanente"	Rabeca Jaime Faera	27	847309392		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0217	Madalena Lúcio Domingos	AF com afectação "Permanente"	Madalena Lúcio Domingos	30	852463174		BI	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0218	Joséfa Dido Marcelino João	AF com afectação "Permanente"	Joséfa Dido Marcelino João	28	826876227		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0219	Alufina Roque Nahmamimba	AF com afectação "Permanente"	Alufina Roque Nahmamimba	73	852362107		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando

AF	Nome CF	Nova afectação	Nome entrevistado	Idade entrevistado	contacto_1	contacto_2	Documento identificação	relacao_com_Chef_AF	PC_6testemunha
0220	Julieta Pereira Delgado	AF com afectação "Permanente"	Julieta Perreira Delgado	46	861113372		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0221	Nelson Luís César Andela Furruma	AF com afectação "Permanente"	Nelso Luís César Andela Furruma	23	845472602		BI	Chefe do Agregado Familiar	António Fernando
0231	Teresa Hagi Nicola Bacar	AF com afectação "Permanente"	Teresa Hagi Nicola Bacar	58	846104153	825904400	BI	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0232	Sérgio Filipe Chin	AF com afectação "Permanente"	Nico Domingos José	45	850586413	853866590	Nenhum	Irmão do trabalhado do Sr. Sérgio	Fernando António
0249	Ines Luís Moquene	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Ines Luís Moquene	67	850341379	840000000	Cartão de eleitor		Maria Amelia Antonio
0251	Micaela Parafino	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Januario Carlitos	24	846834230		BI	Neto (a)	João Lampião
0252	Orlando Nhandale	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Chiquinho José	36	846841107		BI	Irmão (ã)	João Lampião
0253	Laura José	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Laura José	58	845437067		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	João Lampião
0254	Catarina Manuel	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Catarina Manuel	56	848395020		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	João Lampião
0256	Aninha Saimone	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Aninha Saimone	49	845609896		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0257	Luís Caetano Joaquim	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Flora Armando	30	846024106		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0258	Sergio Banze	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Dominga Augusto	30	870334156	870334156	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0259	Ricardo João Pombo	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Joana Torres	55	846408564		Cédula	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0260	Chica António Gimo	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Chica António Gimo	73	848395020		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0261	Joaquim João	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Rita Joaquim	38	846702873	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Domingos Waite Charle
0263	Bernardo António Lampene	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Bernardo António Lampene	47	872053802	870000000	BI	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Waite Charle
0265	Nelson Alberto	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Lisa Domingos Florindo	40	856922605	850000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Domingos Waite Charle
0266	António Ndipeu César	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Adélia Vasco Fole	48	848966913	840427418	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Maria Amélia António
0267	Albertina Manuel Gasto	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Albertina Manuel Gasto	27	856074666	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Maria Amélia António
0268	Jone Alberto	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Genifa Francisco	33	846063991	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Maria Amélia António
0022	Santos Taiamanja	AF com afectação "Permanente"	Sara Florindo Demo	22	855250278	844724506	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Pedro Jaime Maconha
0270	José Chico Xawa	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	José Chico Xawa	62	845345017	856559927	BI	Chefe do Agregado Familiar	Maria Amélia António
0271	Aida Vasco Fole	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Aida Vasco Fole	41	844240732		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0276	Fineja Bene	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Fineja Bene	60	849999999		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	João Lampião
0277	Jorge Paulo Muteia	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Linda Mantete Avelino José	36	856922605	872678574	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Domingos Waite Charle
0278	Samuel Alberto Tembo	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Juliana Jone Charle	33	856687363	840000000	Cédula	Esposo (a)	Domingos Waite Charle
0279	Francisco José Paulino	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Rosita Ngano	69	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Domingos Waite Charle

AF	Nome CF	Nova afectação	Nome entrevistado	Idade entrevistado	contacto_1	contacto_2	Documento identificação	relacao_com_Chef_AF	PC_6testemunha
0280	António Caetano	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Aginalda Zeca Terra	52	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Domingos Waite Charle
0281	Castigo Armando	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Francisca Nelson Alberto	19	849463276	840000000	Cédula	Esposo (a)	Domingos Waite Charle
0283	Flora João Safur	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Flora João Safur	42	848435077	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Maria Amélia António
0284	Titos João Potense	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Isabel Domingos António	38	847526717	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Maria Amélia António
0285	Josefa Manuel Dias	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Josefa Manuel Dias	65	840000000	840000000	Outro	Chefe do Agregado Familiar	Maria Amélia António
0286	Madalena Vasco Fole	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Madalena Vasco Fole	63	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Maria Amélia António
0287	Alberto Luís Sampululu	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Sonia Charles João	26	847003087	842420913	BI	Esposo (a)	Maria Amélia António
0288	João Mutchennesse	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Domingas Luís Miguel	35	846026036		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0289	Chissaia Jofrice	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Chissaia Jofrice	71	842343783		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0290	Alberto Campira	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Amina Jo	70	847052879		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0291	Jorge Alberto Campira	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Rosita Verniz Saene	30	840401042		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0292	Samuel João	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Isabel Singalo	20	840466484		Cédula	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0294	Luísa Moniwa Vinte	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Lucas Senda	28	856409542	840175074	Cartão de eleitor	Filho (a)	João Lampião
0295	Luísa Manuel	AF com afectação "Temporária"	Luísa Manuel	44	859999999		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	João Lampião
0298	Santos João	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Santos João	45	867560326		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0299	Neolege Zarco Fole	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Anatalia Chico	24	844704741		Outro	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0301	Ernesto Vicente	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Ernesto Vicente	39	847747168		BI	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0302	Jonita Jornal	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Jonita Jornal	72	847747168		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0303	Filista Tese Tesoura	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Filista Tese Tesoura	78	847747168		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0062	Virgínia Jaime Senguere	AF com afectação "Permanente"	Virgínia Jaime Senguere	75	846529471	867863504	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Pedro Jaime Maconha
0305	Mariana Augusto	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Mariana Augusto	52	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Waite Charle
0308	António Paulo Gaspar	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	António Paulo Gaspar	22	842218426	840000000	BI	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Waite Charle
0309	Joana Joaquim Chirungo	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Joana Joaquim Chirungo	58	845697223	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Domingos Waite Charle
0310	José Sabunete	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Chonipha Agilda Mutizo	30	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Domingos Waite Charle
0312	Marco Gaspar	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Luísa Moisés	47	849999999		Cédula	Esposo (a)	João Lampião
0314	Benvista Francisco	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Benvista Francisco	23	846479516		Cartão de eleitor	Esposo (a)	João Lampião

AF	Nome CF	Nova afectação	Nome entrevistado	Idade entrevistado	contacto_1	contacto_2	Documento identificação	relacao_com_Chef_AF	PC_6testemunha
0318	Dama Zito	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Zeria Mário	30	845465203		Cartão de eleitor	Esposo (a)	João Lampião
0319	Mário Lapuquene	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Emília Fombe	51	846018309		Cartão de eleitor	Esposo (a)	João Lampião
0326	Ana Durão De Sousa	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Ana Durão De Sousa	55	861972887	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Maria Amélia António
0327	Nsay Nhamitambo Chico	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Nsay Nhamitambo Chico	68	840375428		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0328	Fineja Goncalves Vicente	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Fineja Goncalves Vicente	70	840375428		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0329	Fernando Neto Jone Nhamadze	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Fernando Neto Jone Nhamadze	57	855841724		BI	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0330	João Manuel Mabalane	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Teresa Luís José	38	848424729		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0331	Augusta António	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Augusta António	88	840375428		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0335	Luanda João	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Marta Madeira Joaquim	46	852941824	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Domingos Waite Charle
0336	Teresa Bernardo	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Teresa Bernardo	51	840000000	840000000	Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	João Lampião
0341	Inês Abílio José	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Inês Abílio José	60	840375428		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0344	Victor Ngrazi	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Adélia José	61	849684278		Cartão de eleitor	Esposo (a)	João Lampião
0345	Tina Jemusse	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Tina Jemusse	59	859999999		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	João Lampião
0346	Chaçaga Gemuce	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Chaçaga Gemuce	81	859999999		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	João Lampião
0347	António José	AF com afectação "Permanente"	Josefa Armando Horácio	40	856540023	840000000	Cartão de eleitor	Esposo (a)	João Lampião
0348	Ema Assumane	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Josefa	40	840000000	856232631	Cartão de eleitor	Vizinho (a)	João Lampião
0349	Albino Alexandre	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Isabel Alberto Santo	25	840000000	847394268	Cartão de eleitor	Esposo (a)	João Lampião
0350	Davide Simbi	AF com afectação "Permanente"	Inês Rui Danca	35	840000000	845559326	Cartão de eleitor	Esposo (a)	João Lampião
0351	Francisco Faztudo	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Regina Cebola	41	849199420		Cartão de eleitor	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0352	Luís Francisco	AF com afectação "Permanente"	Marina Alterlado	31	847670514		Cédula	Esposo (a)	Fernando Lufiande
0353	Emília Tomas	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Emília Tomas	80	850000000		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0354	Manuel Bento	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Manuel Bento	65	844037014		BI	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0355	Tome Domingos	AF com afectação "Temporária"	Chanazi José	31	850000000	856232631	Cartão de eleitor	Cunhado (a)	Fernando Lufiande
0356	Mariana Latibo	AF com afectação "Permanente"	Mariana Latibo	56	845559326		Cartão de eleitor	Chefe do Agregado Familiar	Fernando Lufiande
0358	Arthur Ricardo	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Pascua Viegas	53	845287180	849322710	Cartão de eleitor	Esposo (a)	Maria Amélia António
0164	Manuel Simbe	AF com afectação "Permanente"	Maria Luísa Francisco	60	852355190		Cartão de eleitor	Esposo (a)	António Fernando
0360	João Armando	AF com Afectação "Permanente subterrânea"	Eva Batista	35	840000000	840000000	Outro	Esposo (a)	Maria Amélia António

Anexo V – Tabelas Detalhadas dos Resultados do Censo

1. ESTRUTURA ETÁRIA

a) Estrutura Etária para todas as idades de acordo com o género

Idade	Mulheres	Homens	Total
0	7	13	20
1	13	15	28
2	19	14	33
3	11	12	23
4	17	17	34
5	19	20	39
6	20	14	34
7	19	23	42
8	30	24	54
9	15	18	33
10	25	24	49
11	24	19	43
12	27	24	51
13	21	19	40
14	14	15	29
15	20	23	43
16	18	24	42
17	12	16	28
18	16	28	44
19	18	19	37
20	23	22	45
21	12	15	27
22	17	19	36
23	8	9	17
24	14	8	22
25	10	7	17
26	10	12	22
27	6	10	16
28	6	10	16
29	3	4	7
30	12	8	20
31	6	6	12
32	4	6	10
33	2	7	9
34	2	8	10
35	11	3	14
36	9	5	14
37	5	4	9

38	8	2	10
39	3	5	8
40	8	6	14
41	7	4	11
42	5	2	7
43	6	2	8
44	3	1	4
45	9	5	14
46	3	5	8
47	3	2	5
48	6	2	8
49	1	3	4
50	5	8	13
51	4	1	5
52	8		8
53	6		6
54	3	3	6
55	4	4	8
56	3	2	5
57	2	4	6
58	6	4	10
59	3		3
60	6	8	14
61	1	3	4
62	2	6	8
63	1	3	4
64	2	1	3
65	1	3	4
66	6		6
67	2	1	3
68	2	1	3
69	2	1	3
70	5	3	8
71	2	2	4
72	4	2	6
73	2		2
75	1	2	3
77	1	1	2
78	2	1	3
80	1		1
81	1	1	2
82	1		1
83		1	1
88	1		1

100	1		1
Não sabe	1	2	3
TOTAL	679	651	1330

b) Principais grupos etários de análise

GRUPOS DE ANÁLISE ECONÓMICA	INTERVALOS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	% em rel. Total membros
		#	%	#	%		
Pop. Que não vai a escola	0 a 5	91	51,4	86	48,6	177	13,3
Pop. Em idade escolar	6 a 18	271	50,9	261	49,1	532	40,0
Pop. Economicamente Activa	15 a 64	359	49,8	362	50,2	721	54,2
							1330

GRUPOS DE ANÁLISE SOCIAL	INTERVALOS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	% em rel. Total membros
		#	%	#	%		
Pop. Jovem	0 a 17	334	50,2	331	49,8	665	50,0
Pop. Adulta	18 a 59	275	47,8	300	52,2	575	43,2
Pop. Idosa	> 60	40	46,0	47	54,0	87	6,5
							1 330,0

População abaixo dos 30 anos	991	74,5
-------------------------------------	-----	------

2. VULNERABILIDADES

a) Vulnerabilidade de acordo com situação de afectação

Vulnerabilidade	# de Afs	# de membros
SEM vulnerabilidade	76	1072
COM vulnerabilidade	163	258
AF com afectação "Permanente"	162	257
AF com afectação "Temporária"	1	1
Totais	239	1330

b) Situações por tipo de vulnerabilidade

Vulnerabilidade	#Afs	# de membros
Deficiência física	43	50
Deficiência mental	2	3
Pessoa socialmente desfavorecida (p.e. albinos)	3	3
Mãe solteira	31	33
Viúva	74	76
Mulher chefe de família	70	70
Criança órfã	22	46
Criança chefe de família	0	0

Pessoa idosa (acima dos 60 anos de idade)	71	81
Pessoa com doença crónica/incapacitante	17	26
Outra (especificar)	3	3
Totais	163	258

3. OCUPAÇÃO PRINCIPAL

a) Distribuição de Ocupação Principal por género e grupos etários

Ocupação Principal	Mulheres		Homens		Total
	# de membros	%	# de membros	%	
Menor abaixo dos 6 anos	86	48,6%	91	51,4%	177
Vai a escola	269	48,1%	290	51,9%	559
6 a 9	72	52,9%	64	47,1%	136
10 a 14	107	53,2%	94	46,8%	201
15 a 19	66	41,3%	94	58,8%	160
20 a 24	17	34,7%	32	65,3%	49
25 a 29	6	50,0%	6	50,0%	12
30 a 34	1	100,0%		0,0%	1
Em idade escolar, mas não vai à escola (dos 6 aos 18 anos)	20	42,6%	27	57,4%	47
6 a 9	12	44,4%	15	55,6%	27
10 a 14	3	37,5%	5	62,5%	8
15 a 19	5	45,5%	6	54,5%	11
20 a 24		0,0%	1	100,0%	1
Agricultor	233	73,5%	84	26,5%	317
15 a 19	7	63,6%	4	36,4%	11
20 a 24	36	78,3%	10	21,7%	46
25 a 29	20	74,1%	7	25,9%	27
30 a 34	17	73,9%	6	26,1%	23
35 a 39	26	78,8%	7	21,2%	33
40 a 44	25	86,2%	4	13,8%	29
45 a 49	20	74,1%	7	25,9%	27
50 a 54	24	82,8%	5	17,2%	29
55 a 59	15	68,2%	7	31,8%	22
60 a 64	10	50,0%	10	50,0%	20
65 a 69	12	70,6%	5	29,4%	17
70 a 74	12	70,6%	5	29,4%	17
75 a 79	4	50,0%	4	50,0%	8
>80	4	66,7%	2	33,3%	6
Não sabe	1	50,0%	1	50,0%	2
Artesão		0,0%	3	100,0%	3
30 a 34		0,0%	1	100,0%	1
45 a 49		0,0%	1	100,0%	1
70 a 74		0,0%	1	100,0%	1
Comerciante	18	34,0%	35	66,0%	53

15 a 19	1	100,0%		0,0%	1
20 a 24	7	50,0%	7	50,0%	14
25 a 29	2	28,6%	5	71,4%	7
30 a 34	5	38,5%	8	61,5%	13
35 a 39	2	33,3%	4	66,7%	6
40 a 44	1	25,0%	3	75,0%	4
45 a 49		0,0%	3	100,0%	3
55 a 59		0,0%	1	100,0%	1
60 a 64		0,0%	2	100,0%	2
70 a 74		0,0%	1	100,0%	1
Não sabe		0,0%	1	100,0%	1
Trabalhador assalariado	19	33,9%	37	66,1%	56
15 a 19	1	100,0%		0,0%	1
20 a 24	2	40,0%	3	60,0%	5
25 a 29	2	20,0%	8	80,0%	10
30 a 34	1	12,5%	7	87,5%	8
35 a 39	6	60,0%	4	40,0%	10
40 a 44	2	50,0%	2	50,0%	4
45 a 49	2	33,3%	4	66,7%	6
50 a 54	1	25,0%	3	75,0%	4
55 a 59	2	33,3%	4	66,7%	6
60 a 64		0,0%	2	100,0%	2
Pescador		0,0%	1	100,0%	1
60 a 64		0,0%	1	100,0%	1
Outro (especificar)	34	29,1%	83	70,9%	117
10 a 14	1	33,3%	2	66,7%	3
15 a 19	4	40,0%	6	60,0%	10
20 a 24	12	37,5%	20	62,5%	32
25 a 29	5	22,7%	17	77,3%	22
30 a 34	2	13,3%	13	86,7%	15
35 a 39	2	33,3%	4	66,7%	6
40 a 44	1	14,3%	6	85,7%	7
45 a 49		0,0%	2	100,0%	2
50 a 54	1	20,0%	4	80,0%	5
55 a 59	1	33,3%	2	66,7%	3
60 a 64	2	25,0%	6	75,0%	8
65 a 69	1	50,0%	1	50,0%	2
70 a 74	1	100,0%		0,0%	1
>80	1	100,0%		0,0%	1
Total	679	51,1%	651	48,9%	1330

b) Distribuição de outras atividades por género e grupos etários

Ocupação Principal	Feminino		Masculino		Total
	# de membros	%	# de membros	%	
Ajudante de Pedreiro		0,0%	2	100,0%	2
30 a 34		0,0%	2	100,0%	2
Alfaiate		0,0%	2	100,0%	2
55 a 59		0,0%	1	100,0%	1
60 a 64		0,0%	1	100,0%	1
Aposentado		0,0%	3	100,0%	3
60 a 64		0,0%	2	100,0%	2
65 a 69		0,0%	1	100,0%	1
Barbeiro		0,0%	1	100,0%	1
20 a 24		0,0%	1	100,0%	1
Biscateiro (faz biscoitos)	2	8,0%	23	92,0%	25
15 a 19	2	66,7%	1	33,3%	3
20 a 24		0,0%	5	100,0%	5
25 a 29		0,0%	5	100,0%	5
30 a 34		0,0%	3	100,0%	3
35 a 39		0,0%	2	100,0%	2
40 a 44		0,0%	3	100,0%	3
50 a 54		0,0%	2	100,0%	2
60 a 64		0,0%	2	100,0%	2
Carpinteiro		0,0%	1	100,0%	1
45 a 49		0,0%	1	100,0%	1
Carregador de saco		0,0%	1	100,0%	1
20 a 24		0,0%	1	100,0%	1
Desempregado/a	7	46,7%	8	53,3%	15
10 a 14		0,0%	1	100,0%	1
15 a 19		0,0%	2	100,0%	2
20 a 24	4	66,7%	2	33,3%	6
25 a 29		0,0%	1	100,0%	1
30 a 34	1	50,0%	1	50,0%	2
40 a 44		0,0%	1	100,0%	1
60 a 64	2	100,0%		0,0%	2
Doméstico/a ou Empregado/a Doméstico/a	17	77,3%	5	22,7%	22
10 a 14	1	50,0%	1	50,0%	2
15 a 19	2	100,0%		0,0%	2
20 a 24	6	85,7%	1	14,3%	7
25 a 29	4	66,7%	2	33,3%	6
30 a 34	1	100,0%		0,0%	1
35 a 39	2	100,0%		0,0%	2
50 a 54		0,0%	1	100,0%	1
70 a 74	1	100,0%		0,0%	1

Electricista		0,0%	2	100,0%	2
20 a 24		0,0%	1	100,0%	1
25 a 29		0,0%	1	100,0%	1
Forneiro (faz fornos)		0,0%	1	100,0%	1
30 a 34		0,0%	1	100,0%	1
Mecânico	1	100,0%		0,0%	1
20 a 24		0,0%	1	100,0%	1
25 a 29		0,0%	1	100,0%	1
Médico/a Tradicional					
50 a 54	1	100,0%		0,0%	1
Mestre de obras		0,0%	6	100,0%	6
20 a 24		0,0%	3	100,0%	3
25 a 29		0,0%	2	100,0%	2
30 a 34		0,0%	1	100,0%	1
Motorista	1	20,0%	4	80,0%	5
15 a 19		0,0%	1	100,0%	1
20 a 24		0,0%	1	100,0%	1
30 a 34		0,0%	1	100,0%	1
40 a 44	1	50,0%	1	50,0%	2
Não tem ocupação nenhuma	4	66,7%	2	33,3%	6
15 a 19		0,0%	1	100,0%	1
20 a 24	1	50,0%	1	50,0%	2
25 a 29	1	100,0%		0,0%	1
65 a 69	1	100,0%		0,0%	1
>80	1	100,0%		0,0%	1
Pedreiro		0,0%	14	100,0%	14
15 a 19		0,0%	1	100,0%	1
20 a 24		0,0%	3	100,0%	3
25 a 29		0,0%	4	100,0%	4
30 a 34		0,0%	3	100,0%	3
35 a 39		0,0%	1	100,0%	1
40 a 44		0,0%	1	100,0%	1
60 a 64		0,0%	1	100,0%	1
Pensionista	1	100,0%		0,0%	1
55 a 59	1	100,0%		0,0%	1
Secretário de 10 Casas		0,0%	4	100,0%	4
30 a 34		0,0%	1	100,0%	1
35 a 39		0,0%	1	100,0%	1
45 a 49		0,0%	1	100,0%	1
50 a 54		0,0%	1	100,0%	1
Sem informação	1	50,0%	1	50,0%	2
20 a 24	1	100,0%		0,0%	1
25 a 29		0,0%	1	100,0%	1
Serralheiro		0,0%	1	100,0%	1

55 a 59		0,0%	1	100,0%	1
Total	34	29,1%	83	70,9%	117

4. MACHAMBAS FORA DA ÁREA DO PROJECTO

Distâncias e Meios de Deslocação	# de Machambas	# de AFs	% de AFs	Tempo médio de deslocação (min)
0 a 2 Km	26	17	12,0%	80
A pé	25	16	11,3%	75
A pé De bicicleta	1	1	0,7%	130
2 a 5 Km	84	48	33,8%	113
A pé	75	44	31,0%	113
A pé De bicicleta	2	1	0,7%	
A pé De Chapa/Transporte público	2	1	0,7%	
A pé De motorizada	1	1	0,7%	
De motorizada	4	1	0,7%	
5 a 10 Km	67	41	28,9%	148
A pé	47	30	21,1%	139
A pé De bicicleta	2	1	0,7%	130
A pé De Carro	1	1	0,7%	
A pé De Carro De motorizada	3	1	0,7%	
A pé De Chapa/Transporte público	4	2	1,4%	
A pé De motorizada	6	4	2,8%	90
De Carro	2	1	0,7%	300
De Chapa/Transporte público	2	1	0,7%	
10 a 15 Km	27	15	10,6%	
A pé	23	13	9,2%	
A pé De motorizada De Carro	2	1	0,7%	
De bicicleta	2	1	0,7%	
15 a 20 Km	16	11	7,7%	103
A pé	6	4	2,8%	65
A pé De Carro	1	1	0,7%	
A pé De motorizada	2	1	0,7%	
De Carro	1	1	0,7%	180
De Chapa/Transporte público	3	2	1,4%	
De Chapa/Transporte público De motorizada	1	1	0,7%	
De motorizada	2	1	0,7%	
Acima de 20 Km	19	10	7,0%	60
A pé	12	6	4,2%	
De Carro	2	1	0,7%	
De Chapa/Transporte público	3	2	1,4%	
De Chapa/Transporte público De motorizada	2	1	0,7%	60
Total	239	142	100,0%	112

5. ACTIVIDADE COMERCIAL

Em que tipo de instalação exerce a actividade comercial	Como obtém os produtos para a venda?	Rendimento médio mensal proveniente da (s) banca (s)
Banca móvel	Produção própria	MZN 300,00
Banca móvel	Produção própria	MZN 300,00
Banca móvel	Produção própria	MZN 500,00
Nenhuma (vendedor ambulante)	Produção própria	MZN 700,00
Nenhuma (vendedor ambulante)	Produção própria	MZN 4 000,00
Nenhuma (vendedor ambulante)	Produção própria	MZN 10 000,00
Nenhuma (vendedor ambulante)	Produção própria	MZN 30 000,00
Nenhuma (vendedor ambulante)	Produção própria	Não sabe
Nenhuma (vendedor ambulante)	Produção própria	Não sabe

6. ACTIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA

a) Distribuição por situação de afectação

Actividades de rendimento	# de AFs	Afectação Permanente	Afectação Permanente Subterrânea	Afectação Temporária
Venda de culturas alimentares	44	34	10	
Venda de culturas de rendimento	2	2		
Venda de fruta	3	2	1	
Venda de animais	4	4		
Venda de gado bovino	0			
Fabrico e venda de bebida tradicional	9	7	3	
Compra e revenda de produtos (banca fixa, comércio ambulante)	31	29	2	
Fabrico e venda de produtos alimentares	6	5	1	
Produção e venda de artesanato	1	1		
Venda de plantas medicinais	2		1	
Produção e venda de mel	0			
Venda de madeira/estacas/caniço	9	6	3	
Produção e venda de carvão e/ou lenha	50	31	19	
Produção e venda de blocos de adobe (argila)	1	1		
Produção e venda de pedra de construção	2	2		
Transporte de passageiros e mercadorias e/ou aluguer de transporte	9	6	3	
Trabalho especializado (carpinteiro, pedreiro, pintor, canalizador, etc.)	24	13	11	
Pesca com barco/rede próprio	2	2		
Pesca como tripulante / rede de outra pessoa	1	1		
Trabalho temporário para outros	68	41	26	1
Trabalho permanente para outros	26	22	4	
Remessas de dinheiro de familiares a trabalhar fora do distrito	14	14		
Outra actividade	54	49	5	
Não quiseram responder	20	15	4	1

b) Detalhes das principais (4) actividades de geração de renda

TRABALHO TEMPORÁRIO									
Quem realiza	Homens		Mulheres		Todos		Não quis responder		Total
	34	50,0	25	36,8	8	11,8	1	1,5	
Quando	Ocasional		Todo ano		Parte do ano		Não quis responder		Total
	47	69,1	18	26,5	2	2,9	1	1,5	
Rendimento Médio Anual	Valor				Não Sabe		Não quis declarar		
	21 066,32				0		1		
PRODUÇÃO E VENDA DE CARVÃO OU LENHA									
Quem realiza	Homens		Mulheres		Todos		Não quis responder		Total
	19	38,8	21	42,9	9	18,4	0	0,0	
Quando	Ocasional		Todo ano		Parte do ano		Não quis responder		Total
	27	55,1	22	44,9	0	0,0	0	0,0	
Rendimento Médio Anual	Valor				Não Sabe		Não quis declarar		
	26 137,50				0		1		
VENDA DE CULTURAS ALIMENTARES									
Quem realiza	Homens		Mulheres		Todos		Não quis responder		Total
	2	4,7	31	72,1	10	23,3	0	0,0	
Quando	Ocasional		Todo ano		Parte do ano		Não quis responder		Total
	29	67,4	9	20,9	5	11,6	0	0,0	
Rendimento Médio Anual	Valor				Não Sabe		Não quis declarar		
	12 463,95				0		5		
COMPRA E VENDA DE PRODUTOS (BANCA FIXA, VENDEDORES AMBULANTES)									
Quem realiza	Homens		Mulheres		Todos		Não quis responder		Total
	10	31,3	17	53,1	5	15,6	0	0,0	
Quando	Ocasional		Todo ano		Parte do ano		Não quis responder		Total
	2	6,3	30	93,8	0	0,0	0	0,0	
Rendimento Médio Anual	Valor				Não Sabe		Não quis declarar		
	42 772,41				0		3		

Anexo VI – AFs do Segmento Subterrâneo e Condições de Vulnerabilidade

1. Lista de AFs do segmento subterrâneo que não tem outra machamba fora da área do Projecto e se encontram com vulnerabilidade acentuada (idosos sozinhos, idosos com crianças e AFs monoparentais).

AF	Nome do CAF	Vulnerabilidade acentuada
0256	Aninha Saimone	AF Monoparental
0303	Filista Tese Tesoura	Idosa com 1 criança e AF Monoparental
0327	Nsay Nhamitambo Chico	Idosa sozinha
0328	Fineja Goncalves Vicente	Idosa sozinha

2. Lista de AFs do segmento subterrâneo que não tem outra machamba fora da área do Projecto e não produziram o suficiente nos últimos 12 meses.

AF	Nome do CAF	Motivos para Produção Insuficiente
0249	Ines Luís Moquene	Falta de braços para trabalhar na machamba
0281	Castigo Armando	Não tem terra suficiente
0285	Josefa Manuel Dias	Falta de braços para trabalhar na machamba
0310	José Sabunete	Não tem terra suficiente
0336	Teresa Bernardo	Outro motivo (especificar) - Doença
0344	Victor Ngrazi	Seca
0345	Tina Jemusse	Outro motivo (especificar) - Cheias

3. Lista de AFs do segmento subterrâneo que tem têm apenas uma machamba fora da área do Projecto e se encontram com vulnerabilidade acentuada (idosos sozinhos, idosos com crianças e AFs monoparentais).

AF	Nome do CAF	Vulnerabilidade acentuada
0251	Micaela Parafino	Idosa com 1 criança e AF Monoparental
0279	Francisco José Paulino	2 idosos sozinhos
0331	Augusta António	Idosa sozinha
0253	Laura José	AF Monoparental
0267	Albertina Manuel Gasto	AF Monoparental
0309	Joana Joaquim Chirungo	AF Monoparental

4. Lista de AFs do segmento subterrâneo que tem têm apenas uma machamba fora da área do Projecto e não produziram o suficiente nos últimos 12 meses.

AF	Nome do CAF	Vulnerabilidade Acentuada	Motivos para Produção Insuficiente
0253	Laura José	AF Monoparental	Falta de braços para trabalhar na machamba
0254	Catarina Manuel	Não	Seca
0263	Bernardo António Lampene	Não	Outro motivo (especificar) - Desastres Naturais (cheias e ciclones)
0266	António Ndipeu César	Não	Roedores/insectos/pragas
0267	Albertina Manuel Gasto	AF Monoparental	Roedores/insectos/pragas
0268	Jone Alberto	Não	Roedores/insectos/pragas
0279	Francisco José Paulino	2 idosos sozinhos	Falta de braços para trabalhar na machamba
0283	Flora João Safur	Não	Roedores/insectos/pragas
0286	Madalena Vasco Fole	Não	Roedores/insectos/pragas
0287	Alberto Luís Sampululu	Não	Falta de braços para trabalhar na machamba Outro motivo (especificar) - Doença
0305	Mariana Augusto	Não	Seca Não tem terra suficiente
0309	Joana Joaquim Chirungo	AF Monoparental	Roedores/insectos/pragas
0314	Benvista Francisco	Não	Seca
0326	Ana Durão De Sousa	Não	Roedores/insectos/pragas
0358	Arthur Ricardo	Não	Outro motivo (especificar) - Doença
0359	Armando Fernando Semo	Não	Seca
0360	João Armando	Não	Seca